PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇAO EM LETRAS

AS ALTERNÂNCIAS DE SENTIDO NO DISCURSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: ANÁLISE DE DOIS MOMENTOS DISCURSIVOS

Elizabeth Antônia de Oliveira

BELO HORIZONTE

2009

ELIZABETH ANTÔNIA DE OLIVEIRA

AS ALTERNÂNCIAS DE SENTIDO NO DISCURSO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: ANÁLISE DE DOIS MOMENTOS DISCURSIVOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa, elaborada sob a orientação do professor Hugo Mari.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

2009

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Oliveira, Elizabeth Antônia de
O48a As alternâncias de sentido no discurso do partido dos trabalhadores: análise de dois momentos discursivos / Elizabeth Antônia de Oliveira. Belo Horizonte, 2009.
110f.

Orientador: Hugo Mari
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Análise do discurso. 2. Nomes. 3. Partido dos Trabalhadores. 4. Direita e esquerda (Ciência política). 5. Ideologia política. I. Mari, Hugo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 801.3:32

Elizabeth Antônia de Oliveira

As alternâncias de sentido no discurso do Partido dos Trabalhadores: Análise de dois momentos discursivos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e aprovada pela Comissão Examinadora:

_____

Profª. Drª. Patrícia Rodrigues Tanuri Baptista

Faculdade Novos Horizontes

_____

Prof. Dr. William Augusto Menezes

Universidade Federal de Ouro Preto

_____

Prof. Dr. Hugo Mari (Orientador)

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2009.

_____

Prof. Dr. Hugo Mari
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC-Minas

Agradecimentos

Agradeço, acima de tudo, a Deus, que me sustenta e me dá vida. Agradeço também à minha família, em especial à minha irmã Silvânia, pela inspiração e ao meu irmão Silvestre, pela transpiração: haja ouvidos, coitado! À minha sobrinha Daiany e ao Leonardo Barcelos agradeço pelo apoio técnico e pela atenção. Ao meu amigo Cláudio Lessa agradeço pelo apoio científico e pela disponibilidade. Não poderia deixar de me lembrar do Estado de Minas Gerais, na minha função pública, que, através de meus chefes imediatos, adaptou meus horários e ainda permitiu algumas ausências minhas, para o desenvolvimento deste trabalho. Dr. Jésus Trindade Barreto Jr. e Dr. Anselmo Rezende Gusmão, estou encantada com tamanho incentivo!

Quero agradecer também, de coração, à professora Vanda Bittencourt pelo funcionalismo e pelo encanto funcional. E às professoras Maria Ângela e Virgínia Ribeiro, agradeço pela oportunidade de tão rica sequência didática no grupo “Oficinas de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos”. Ao professor Hugo Mari, obrigada por aceitar as minhas dúvidas, pela paciência, pela inteligência. A ele todas as honras pela doçura didática e pelo brilhantismo intelectual e filosófico, humano, sem igual. Aquele dia que você deixou de almoçar me tocou profundamente.

Costumamos acreditar que, de acordo com nossos desejos, seremos capazes de transformar o mundo que nos cerca; na verdade, não alcançamos êxito em transformar o mundo segundo nossos desejos, mas, gradualmente, o que transformamos são justamente os nossos desejos.

Marcel Proust

RESUMO

Esta dissertação traz um pequeno estudo sobre dois momentos específicos do discurso do Partido dos Trabalhadores (PT): as campanhas para Presidente da República de 1989 e de 2006. Foram examinados recursos lexicais recorrentes no discurso político e a expressividade que têm enquanto instrumentos do discurso do PT.

Para desenvolver a pesquisa, parti da hipótese de que o PT é um partido de esquerda. Com essa hipótese, tentei comparar não somente a fala do partido nesses dois momentos, mas sua posição ideológica em relação a outras *formações discursivas* do campo político e intelectual; além da força ilocucional dessa fala.

Contribuíram para a construção de minha pesquisa, estudos desenvolvidos principalmente por Saussure (1977), Bakhtin (2002), Benveniste (1989), Maingueneau (1993), Charaudeau (2008) e Orlandi (1993).

PALAVRAS-CHAVE: discurso político, formação discursiva, ideologia, léxico, esquerda, direita.

RÉSUMÉ

Cette thèse apporte une petite étude sur deux moments spécifiques de le discours du Partido dos Trabalhadores (PT): les campagnes pour la présidence en 1989 et en 2006. Ressources lexicales récurrent dans le discourse politique ont été examinées. Et l'expressivité qui sont comme des instruments du discours du PT.

Pour développer la recherche, j'ai quité de l'hypothèse que le PT est un parti de gauche. Avec cette hypothèse, j'ai essayé de comparer non seulement la fable de le parti dans ces moments-là, mais sa position idéologique par rapport à d'autres formations discursives du champ discursif politique et intellectuelle, au-delà de ce discours iloccional.

Contribué à la construction de ma recherche, des études menées principalement par Saussure (1977), Bakhtin (2002), Benveniste (1989), Maingueneau (1993), Charaudeau (2008) e Orlandi (1993).

MOTS-CLES: discours politique, formation discursive, idéologie, lexique, gauche, droite.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 09

1.2 Os passos da pesquisa 11
1.3 Rota de viagem do trabalho 11

2 A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO DISCURSO 13

2.1 Considerações iniciais sobre o sentido 13
2.2 Elementos tópicos e o sentido 16
2.2.1 Instrumentos de topicalização 18
2.3. O sentido e a representação 21
2.4 As várias arestas para o sentido 23
2.4.1 O sentido na interlocução 27
2.5 O signo.....30
2.5.1 A dinamicidade do signo 30
2.5.2 O sentido dos *slogans* de campanha 36
2.5.3 Do signo ao símbolo 40
Considerações finais sobre este capítulo 42

3 IDEOLOGIA 44

3.1 Ideologia: como ajustar o sentido dessa palavra ao discurso político? 44
3.2 Instrumentos de ideologia 47
3.3 Ideologia e *formação discursiva* 49
3.4 Formações discursivas e a construção do sentido 53
Considerações finais sobre este capítulo 57

4 OS CONTORNOS IDEOLÓGICOS DA POLÍTICA 58
4.1 Instrumentos políticos e ideológicos usados pelo PT 58
4.2 A palavra com função ideológica 59
4.3 A história com função ideológica - aspectos históricos sobre o PT 63
4.2 Lula: um símbolo? 65
Considerações finais sobre este capítulo 66

5 ASPECTOS POLÍTICOS DO DISCURSO DO PT 67

5.1 A palavra como índice de comportamento político 67
5.2 As palavras e a construção do sentido no discurso do PT 70
5.2.1 Dados e números (os quadros): a palavra como índice de significação 78
5.2.2 O gráfico 92
5.2.3 A construção do sentido em processo: de 1989 para 2006 93
5.3 O discurso do PT: instâncias de comunicação 96
5.4 Novos rumos ou crise de identidade?: 2006 101
Considerações finais sobre este capítulo 104

CONCLUSÃO 106

Referências 109

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é identificar e explicar o sentido que passam a ter alguns itens lexicais que compõem os discursos do Partido dos Trabalhadores (PT) em dois momentos pré-eleitorais distintos: a primeira e a última eleições nas quais o partido concorreu à presidência da República. Para tanto, procurei analisar a força argumentativa que carregam alguns recursos lingüístico-discursivos, a maioria deles substantivos, avaliados dentro de uma perspectiva semiótica, semântica e também sintática, principalmente se estão posicionados na condição de tópicos. Busquei, a partir daí, verificar se há um vínculo entre a posição que essas palavras ocupam no discurso e a expressão de uma linha ideológica.

Depois de uma garimpagem no material de campanha para as eleições à presidência da República de 1989 e 2006, foram selecionados e analisados os seguintes substantivos: *povo, trabalhador, sociedade, luta, socialismo, comunismo, capitalismo, ditadura, ideologia, neoliberalismo, sindicato, democracia, burguesia, companheiro, direita, esquerda, centro.* A partir dessas palavras, trabalhei também com alguns instrumentos lexicais ou expressões correlacionadas. Isto é, a pesquisa se deu a partir de palavras-base e correlações que permitem aglutinar em torno delas um conjunto de outros termos do mesmo campo semântico.

Por que a escolha dessas palavras? Acredito que são, talvez, os instrumentos lexicais mais importantes nas construções discursivas envolvendo partidos políticos, principalmente se se denominam de esquerda. Foi o que constatei ao ler o material de campanha. Defendo, nesse primeiro momento, que o emprego dessas palavras no discurso político, principalmente no discurso de partidos de esquerda, tem importante representatividade e marcação de sentido. Palavras como ‘socialismo’, ‘anticapitalismo’, ‘luta de classes’, ‘trabalho’, nortearam os primeiros passos do Partido dos Trabalhadores.

O PT, segundo Iasi (2006), foi fundado sobre uma proposta considerada socialista e anticapitalista, mas partiu para uma posição socialdemocrata. Iasi observa também que as ideias socialistas advindas de Marx e consideradas utópicas, foram dando lugar a novos valores, inclusive capitalistas, que culminaram na defesa, não da socialdemocracia, mas da democracia. Esse autor argumenta ainda que Marx teria inventado a classe operária, para depois lhe atribuir um papel histórico de revolucionar a sociedade, o que não teria ocorrido.

Iniciemos, então, esta discussão defendendo que, apesar de controvérsias sobre a identidade do PT, foi construído, ao longo de sua história, um imaginário que sustenta a sua condição de partido de esquerda. Partindo da hipótese de que os partidos políticos se denominam como entidades que defendem linhas ideológicas diferentes e específicas, principalmente se se posicionam como de direita ou de esquerda, tento fazer meu estudo começando pelo sistema/estrutura textual. Em seguida passo por aspectos sintático-semânticos, até chegar ao discurso. A partir daí, a análise da força argumentativa que carregam certos instrumentos discursivos que povoam os textos analisados foi de fundamental importância para a conclusão deste estudo. Será que, levando-se em conta algumas características semióticas, semânticas e sintáticas que essas palavras apresentam, é possível dizer que posições ideológicas ocupa o PT nesses dois momentos políticos?

Pode-se dizer que, principalmente, por se tratar de um ator social com características institucionais e ideológicas visivelmente definidas, um partido político, objetivando que o interlocutor reconheça nele sua postura, costuma desempenhar suas operações discursivas de maneira cautelosa, o que pode investir o discurso de sentidos delimitados socialmente. A argumentação na instituição partido político tem por objetivo principal a persuasão. Por isso, um partido pode ser cauteloso no manejo das palavras para garantir o convencimento. Porém, sabe-se que o poder de persuasão desse ator está cercado por uma única instituição: a sociedade com sua estrutura histórica e cultural. Isto é: as influências sociais e as respostas do interlocutor são definitivas para o processo comunicativo, pois a comunicação se dá nessa interlocução, isto é: passa pela interferência do interlocutor.

Depois de garimpadas as palavras, primeiramente foi feita uma análise quantitativa, através de tabelas e gráficos, quando procurei visualizar, com maior exatidão e clareza, o material levantado no discurso político do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, parti para uma análise dos aspectos semióticos e sintático-semânticos que esses instrumentos foram dando ao discurso. Que sentido essas palavras conseguiram levar para os discursos que povoam os textos publicados nessas duas épocas eleitorais distintas? É a busca desse sentido que me instiga a fazer esse percurso.

Investigar o emprego de elementos lexicais usados na construção de textos que amarram o discurso de um partido político, principalmente no momento que antecede um processo eleitoral, é importante porque a investigação pode trazer indicadores das características ideológicas do referido partido, bem como respostas sobre possíveis mudanças na sua linha de pensamento, tendo em vista a recorrência e a forma com que esses instrumentos lexicais são instalados nos textos que dão forma a esse discurso. Ressalto aqui

que, como discutirei abaixo, as escolhas lexicais não são, de maneira alguma, aleatórias, na medida em que estão a serviço das intenções do locutor.

1.1 Os passos da pesquisa

Os recursos lexicais selecionados para esta pesquisa foram levantados em revistas, jornais, panfletos, volantes, publicados pelo Partido dos Trabalhadores no momento que antecede o processo eleitoral para presidente da República na primeira e última campanhas a que o PT concorreu, isto é: 1989 e 2006.

O material objeto de análise foi levantado através da Fundação Perseu Abramo, cuja sede está instalada na capital paulista. Fundada pelo Partido dos Trabalhadores em 1996, a entidade é hoje responsável pelo arquivamento e manutenção de todo o acervo utilizado nas campanhas políticas do partido. Fiz dois deslocamentos àquela capital para fotografar o material, que, depois de copiado em papel, foi organizado e distribuído em um total de quatro volumes, dois que tratam da campanha de 1989 e dois da campanha de 2006.

Referente a 1989, o primeiro volume contém 197 páginas e o segundo 255, as quais agrupam um total de 172 documentos. Já no material referente à campanha de 2006, o primeiro volume tem 262 páginas e o segundo um total de 168, agrupando um total de 61 documentos. É importante observar que, na última campanha, o volume de material, apesar de ser menor, foi produzido em formato de cadernos, os quais trazem separadamente todos os assuntos que o Partido dos Trabalhadores se propôs a tratar no período da campanha.

Para facilitar a contagem e a posterior localização das palavras a serem analisadas, cada ocorrência, com suas correlações, foi destacada com uma cor. *povo:* verde, *trabalhador:* marrom, *sociedade:* marrom, *luta:* verde, *socialismo*: azul escuro, *comunismo*: azul escuro, *capitalismo*: azul escuro, *ditadura*: preto, *ideologia*: verde claro, *neoliberalismo*: laranja, *sindicato*: rosa, *democracia*: azul claro, *burguesia*: vermelho, *companheiro*: amarelo, *direita*: amarelo, *esquerda*: amarelo, *centro:* amarelo.

1.2 Rota de viagem do trabalho

No *capítulo* 2, são trabalhados aspectos da construção do sentido no discurso, como informar, discutir e principalmente convencer, a enunciação, que envolve processos

enunciativos e a conversão da língua em discurso. Isto é: comunicação como sistema de influência recíproca, de cooperação. Abordo também aspectos da polifonia no discurso do PT, topicalização e expressividade semântica. Trago ainda uma discussão sobre o sentido intencional, produzido, inclusive, através de instrumentos semióticos.

Partimos, então, para uma discussão sobre o signo, seus aspectos ideológicos e a importância da semiótica para a linguagem. Tento mostrar como as palavras, enquanto instrumentos sígnicos, podem expressar importantes posturas ideológicas nas interações discursivas do Partido dos Trabalhadores. Desenvolvo ainda uma pequena abordagem sobre os processos de construção simbólica dos signos e a expressividade dos *slogans* na campanha do PT.

No *capítulo* 3, a discussão entra nos aspectos ideológicos do discurso do PT. Segundo Bakhtin (2002), todo signo é ideológico, logo, todo discurso é ideológico. Pêcheux (1988) defende que a ideologia está atrelada não só ao sujeito, mas à língua e ao sentido, instrumentos que, juntos, são constitutivos do discurso. Tentando buscar mais características do discurso do PT, faço uma breve discussão sobre *formação discursiva*, principalmente com base nas discussões de Orlandi (1993).

No *capítulo* 4, faço uma breve discussão sobre ideologia e política. Trago à discussão autores como Chauí (2006), Boff (2006) e Iasi (2006), que apontam, inclusive, aspectos neoliberais no PT, depois da crise de 2005. Com Aristóteles (2004), tento fazer uma discussão sobre ideologia, autoridade e poder. Apresento ainda, neste *capítulo*, traços da história do PT e de Lula, trajetória e crises.

No *capítulo* 5, retomo o objeto principal deste trabalho, a palavra, e tento mostrar como pode mudar de sentido ao passar de uma *formação discursiva* a outra. Apresento também os quadros e o gráfico que construí ao longo da pesquisa, e trago um conjunto maior de análises. As propostas de Charaudeau (2008) sobre situação de comunicação ajudam a definir as posições dos interlocutores no discurso do PT. Trabalho também os aspectos técnicos referentes às eleições de 2006 e o sentido desse discurso.

2 A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO DISCURSO

2.1 Considerações iniciais sobre o sentido

Sabe-se que nos comunicamos por intermédio de textos, que são atividades discursivas, cujas principais funções podem ser: informar, discutir e, principalmente, convencer o outro. Além disso, grande parte dos eventos discursivos são derivados de práticas sociais associadas a instituições ou domínios sociais particulares. E essas instituições costumam defender pontos de vista socialmente estratificados e seus discursos podem ser ao mesmo tempo individualizados e polifônicos. Para clarear esse conceito, podemos dizer que a "[...] polifonia põe em causa a unicidade do sujeito falante e inscreve-se, então, na problemática mais ampla da heterogeneidade discursiva" (MAINGUENEAU, 1989). O discurso "[...] aparece, assim, como interior e exterior aos outros, que ele atravessa e pelos quais é atravessado" (MAINGUENEAU, 1989, p. 48).

Cada discurso é gestor de uma grande pluralidade de outros na rede social de enunciação. Isto é: nunca ou raramente o locutor traz apenas a sua voz no discurso e muitas vezes esse locutor representa a voz de um grupo ou de vários grupos. No discurso do Partido dos Trabalhadores, há vários indícios da voz do grupo, mas alguns discursos trazem especificamente a voz de Lula, principalmente quando ele assina os textos. Contudo, mesmo assinados, esses discursos não deixam de apresentar características polifônicas.

A análise das palavras-chave, por mim levantadas, tenta mostrar essa relação polifônica. Elas são, acima de tudo, índices de ideologia política, sistemas de pensamento, de discursos e podem representar tanto a voz do PT como a de Lula e até a de outros personagens que falam em nome do partido. Isso significa que os signos podem ter seus sentidos definidos e até modificados de acordo com os contextos em que são usados e de acordo com o posicionamento ideológico de quem fala.

Essa premissa permite explicar por que o PT recorreu a determinados termos e não a outros ao longo de sua trajetória. Alguns desses termos usados no primeiro momento, sinalizavam uma esquerda mais combativa, socialista, totalmente anti-capitalista. Já o segundo momento aponta um partido mais discreto, que recorre, inclusive, a discursos técnico-científicos, mas com possíveis intenções subjacentes ao texto.

Porém, só é possível perceber a postura do Partido dos Trabalhadores se levarmos em conta que esses instrumentos estão instalados no processo enunciativo. Segundo Benveniste (1989), somente com a enunciação, a língua passa à instância de discurso. Isto é: quando utilizamos a língua, fazemos um discurso e, logo, implantamos o outro diante de nós. Esse outro pode ser tanto alguém com quem eu realmente falo ou com quem eu penso que falo ou desejo falar. Logo, penso que está em comunicação comigo.

Para Benveniste, não é a sociedade que contém a língua, mas "a língua que contém a sociedade" (BENVENISTE, 1989, p. 63). Isso significa que a língua abraça e controla todos os contornos sociais. Quando se fala da língua em ação, estamos falando de enunciação, que é, segundo Benveniste (p. 82), colocar a língua em uso. Esse uso se dá, é claro, socialmente e, logo, desencadeia ações. Então, falar é também agir.

Fiorin (2008) toma a presentificação do acontecimento como referência para mostrar como se dá o processo de enunciação e retoma as instâncias do eu-aqui-agora, já discutidas por Benveniste (1989), as quais são inseparáveis quando se pensa a enunciação. A partir daí, levando essa relação para o discurso do PT, temos o momento da enunciação, que é o presente e, a partir daí, o momento de referência passado ou futuro: uma anterioridade e uma posterioridade em relação ao presente.

Segundo Benveniste, "O que o tempo lingüístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso." (1989, p. 74). Recorrendo a essas formulações para compreender as situações enunciativas do discurso do PT, verifica-se que o locutor se instala no presente: momento da enunciação, e fala, ora do passado, para apontar o que esse locutor fez – realizações partidárias - ou o que o outro (partidos, empresários, etc.) deixou de fazer (críticas); ora no futuro, para mostrar somente o que pretende fazer (promessas, desejos do partido).

A partir das discussões acima, vejamos como esses processos de construção do sentido se dão no discurso do PT. Na proposição a seguir, o sujeito do discurso faz projeções sobre o futuro e dá explicações ao interlocutor discursivo, recorrendo aos seus interlocutores oracionais.

> (01) "Antes de mais nada, é preciso entender que o nosso governo será exercido com a participação da **população** e dos **trabalhadores** organizados, com o apoio **popular**." (1989, v. 1, p. 184)

O verbo ‘será’ afirma como funcionará o governo Lula: “a partir da população e dos trabalhadores [...]”

No próximo exemplo outro verbo, ‘continuar’, mostra uma situação de progresso.

> (02) “O Brasil continuará empenhado em sua **luta** contra a fome e pela paz.” (2006, v. 1, p. 57)

Neste caso, temos um momento de referência presente, que é o momento da enunciação, e uma posterioridade em relação ao momento da enunciação – o desejo de continuidade da luta -, mas está aí implícita uma anterioridade – a existência de fome e paz. O verbo ‘continuar’ aponta que a ação de lutar já estava sendo praticada.

Juntamente com a palavra ‘Brasil’, o substantivo ‘luta’ forma o tema central do enunciado, isto é: o tópico. O pronome possessivo ‘sua’ pode tanto restringir quanto ampliar o conceito de ‘luta’, porque ‘Brasil’ representa tanto o Partido dos Trabalhadores à frente da nação, com Lula na presidência, como metonimicamente a parte da nação que luta por esses ideais. O recurso ao elemento lexical ‘luta’ pode estar apontando uma situação de guerra, mas também de uma etapa para uma conquista, pois existe aí um processo que vem se estendendo desde o passado.

Uma vez que minha proposta é discutir a língua partindo do signo em direção ao semântico/sentido; para desenvolver esta proposta, tomei como orientação teórica principalmente o capítulo três do livro “Problemas de Lingüística Geral II”, de Émile Benveniste, cujo título: “Semiologia da língua”, fala das relações entre o significante e o significado na construção do texto. O teórico discute a importância do sistema de signos na língua enquanto instrumento das relações sociais, isto é: instrumento semântico/pragmático, conforme se vê abaixo.

> *A língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento:*
> *1º. ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;*
> *2º. ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;*
> *3º. ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;*
> *4º. ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva. Por estas razões, a língua é a organização semiótica por excelência* (BENVENISTE, 1989, p. 63).

As etapas acima mostram não só que a língua é uma organização semiótica, mas principalmente que a sua forma serve de base para organizar o discurso e é determinante para a construção de sentido no processo social de comunicação, isto é: na língua em uso. O processo que encadeia a relação de uso do signo até o momento da comunicação pode ser constatado quando o teórico faz um parâmetro entre semântica e semiótica. “O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO” (BENVENISTE, 1989, p. 66). Isso significa que, no processo enunciativo, nossa mente, ao fazer essa percepção, passa por etapas que vão do semiótico ao semântico, acompanhando o aprofundamento da complexidade de sentido.

Partimos agora para uma reflexão que tem por objetivo apontar a relevância do posicionamento, tanto no enunciado quanto na enunciação, de certos recursos discursivos.

2.2 Elementos tópicos e o sentido

Conforme já salientado acima, este trabalho tem a pretensão de apontar também, não de forma exaustiva, a relevância que certos elementos lexicais, em algumas situações, passam a ter quando posicionados na condição de tópicos.

> *A noção de cadeia tópica decorre da noção de tópico como pólo da informação transmitida num texto multiproposicional. A presença de um referente tópico numa cadeia, e o tamanho dessa cadeia (o número de vezes que esse referente é retomado numa sequência) são índices seguros do grau de centralidade desse referente no fluxo do discurso* (VOTRE e NARO, 1989, p. 180).

Esses autores dizem ainda que cada referente, tendo em vista a regularidade com que aparece no discurso e a necessidade de seu uso, apresenta um grau de topicalidade inerente. Elementos linguísticos marcados com o traço {mais humano}, são mais tópicos do que aqueles marcados com traço {menos humano}. Votre e Naro defendem ainda que entre os humanos, o falante é o referente mais tópico, por ser centro natural da *dêixis*.

Mas, como funciona o centro natural da *dêixis*? Segundo Levinson (2007), a *dêixis* está ancorada na enunciação e o EU passa a ser, então, o centro da enunciação. Do grego, *dêixis* significa apontar ou indicar, através de signos indiciais: demonstrativos (gestos),

pronomes da primeira e segunda pessoas, tempos verbais, advérbios de tempo, lugar e outros traços gramaticais ligados àquele que aponta [EU] na enunciação. Isto é: a *dêixis* está relacionada à condição do sujeito que enuncia no tempo e no espaço.

Como funcionalistas, Votre e Naro (1989), ao falar do centro natural da *dêixis*, levam em conta o uso da língua. Isso significa que, no discurso do PT, no processo enunciativo, temos um tópico evidente: o locutor que fala em nome do Partido dos Trabalhadores. Sabendo que o locutor que representa o PT é o tópico da construção discursiva, vamos passar ao primeiro plano de análise, o da topicalização no discurso do PT, levando-se em conta que a proposição desses autores tem por objetivo deslocar o conceito de tópico de uma dimensão do enunciado para uma dimensão enunciativa.

Na proposição abaixo, se tomamos apenas o enunciado, o substantivo 'trabalhadores', ali empregado, funciona como sujeito e, logo, é mais tópico.

> (03) "Os **trabalhadores** urbanos e rurais têm um papel primordial, não apenas como produtores da riqueza do país, mas também como cidadãos [...]" (1989, v. 1, p. 65)

Os funcionalistas defendem ainda que os agentes são mais tópicos, o que implica dizer que, diante de dois nomes mais humanos, prevalece como tópico aquele que for o agente da ação. Nesse caso, 'os trabalhadores' são duas vezes topicalizados: no papel de produtores de riquezas e no papel de cidadãos. Essa análise do tópico se dá no plano do enunciado, já que, no plano da enunciação, o locutor, isto é: o PT/Lula seria o tópico da enunciação.

Como pretendo levar em conta a relevância da recorrência do recurso lexical para um dado discurso, posso dizer que houve "topicalização" quando ficar visível o destaque que os instrumentos lexicais por mim selecionados podem ganhar na fala dos locutores que representam o Partido dos Trabalhadores. "Topicalização é uma operação linguística que consiste em fazer de um constituinte da frase o 'tópico', isto é, o tema [...]. Na asserção, a topicalização faz do sintagma nominal sujeito o tópico da frase." (DUBOIS *et al*, 1973, p. 590).

O tema é, logo, segundo Dubois, "o constituinte imediato [...] a respeito do qual se diz alguma coisa", mas ele observa que o tópico pode ser não só o sujeito da frase. Isso significa que, se destaco uma palavra com grifo, negrito, ou no tamanho da fonte, posso estar focalizando tal elemento lexical, o que pode dar a ele a condição de tópico. Logo, no

enunciado, é possível perceber outros tantos elementos tópicos, além do falante e do agente. Como estou analisando enunciados, na maior parte do tempo recorro a esses elementos, que podem não ser o falante nem o agente.

Veja o *slogan* "Frente Brasil POPULAR", extraído de publicações da campanha do Partido dos Trabalhadores para as eleições presidenciais de 1989. O *slogan* é constituído com a sequência de dois substantivos e de um adjetivo, com topicalização no último recurso lexical: 'popular'. O objetivo do locutor, com certeza, foi salientar a palavra 'popular', cuja fonte vem em tamanho maior e toda em maiúsculas. Isso pode significar que as pessoas devem ler que elas, como povo brasileiro, estão não só incluídas, mas em condição de destaque no projeto do candidato.

No próximo sub-tópico, tento mostrar que situações, como: retomada do referente, posição como figura e como centro dêitico, bem como a repetição do recurso lexical, favorecem a topicalização de alguns instrumentos discursivos.

2.2.1 Instrumentos de topicalização

Também a presença de um referente e o número de vezes que esse referente é retomado numa sequência pode dar-lhe uma condição de tópico. No exemplo a seguir o item lexical 'trabalhado' é instrumento central na construção e sua retomada 'trabalhista' reforça ainda mais o seu sentido no texto.

> (04) "Dar continuidade à democratização das relações de **trabalho**, com a aprovação da Reforma Sindical e encaminhamento do debate sobre a atualização da legislação **trabalhista [**...]" (2006, v. 1, p. 61).

Outro aspecto importante na topicalização é a relação figura/fundo. No exemplo acima, o Partido dos Trabalhadores, como locutor, ocupa a posição de figura no discurso e as entidades das quais ele trata podem ocupar, num primeiro instante, a posição de fundo. As noções de figura/fundo foram apropriadas da Gestalt - teoria da forma -, pelos funcionalistas, e muito têm contribuído para orientar as análises das posições dos sujeitos do discurso e, consequentemente, dos sentidos que são estabelecidos para esses recursos léxico-discursivos.

O que o falante codifica como núcleo e como acessório ou complemento determina o grau de centralidade dos instrumentos do discurso. Logo, figura representa aquilo que selecionamos como mais importante em um contexto. Pode ser uma imagem, uma palavra, uma frase. O fundo é, então, uma moldura em que a figura está enquadrada. Nesta situação específica: os discursos do PT nas campanhas de 1989 e 2006, podemos ter, na condição de figura, principalmente as palavras-chave e algumas expressões correlatas selecionadas e na condição de fundo o texto que abarca essas palavras nas construções discursivas.

Recursos altamente tópicos, como agentes, tendem a ocorrer na condição de figuras, já instrumentos não tópicos tendem a aparecer em trechos de fundo. Isso significa que, como já observei em outro momento, o sentido pode ficar ainda mais delimitado se o elemento lexical está na condição de tópico/figura.

> (05) “Aprendemos que a **luta sindical**, as reivindicações **trabalhistas** são fundamentais, mas não bastam” (1989, v.1, p. 187 - Carta assinada por Lula, aos metalúrgicos).

Sabe-se que é Lula quem está falando, porque ele, inclusive, assina o texto. Lula é, então, como falante, o centro natural da *dêixis*, o que significa que é mais tópico e, por isso, é claramente reconhecido como figura. Agora, tirando a voz do narrador e partindo para uma análise das orações, pode-se dizer que o sujeito ‘nós’ é mais tópico. Entretanto, não se pode negar a expressividade de itens como: ‘luta sindical’, ‘reivindicações trabalhistas’. Essas expressões, tendo em vista a força argumentativa que carregam, podem funcionar como tópicos nesse contexto, o qual atualiza o discurso sindical. Essas duas expressões são o tema em torno do qual a discussão é desenvolvida e marcam importante posição para a ação.

Tomemos outro exemplo:

> (06) “Os **companheiros** metroviários sofrem as consequências deste descaso do poder público para com o transporte de massa” (1989, v. 1, p. 23).

Observa-se que o substantivo ‘companheiros’ é o tópico do enunciado e, nesse caso, pode-se dizer que seu sentido está estampado na superfície do texto, já que é o sujeito da oração. Porém, tem muito mais expressividade do que o sujeito ‘nós’, no exemplo (05). No

exemplo acima, o enunciador mostra que há uma relação de proximidade com quem se fala, o que também ajuda a topicalizar ‘companheiros’. Este recurso lexical foi empregado 95 vezes na campanha de 1989 e apenas três vezes na campanha de 2006[1]. Esses números também são relevantes para a determinação do sentido, ainda mais porque ‘companheiros’, se assim posso dizer, é, ou foi, uma marca exclusiva do Partido dos Trabalhadores.

Se a palavra ‘companheiros’ foi empregada apenas três vezes na campanha de 2006, isso pode significar que o partido não mais vê o eleitor como um companheiro e, inclusive, que o discurso do PT mudou. Pode-se concluir também que o partido adotou um discurso não mais endereçado somente a um grupo de pessoas, mas a todos os eleitores, o que sinaliza que o partido pretende atender aos interesses de todos, e não mais só dos ‘companheiros’. Ou ainda, que não deseja manter proximidade com ninguém.

Vamos a mais um exemplo que pode ampliar a noção de tópico:

> (07) “O avanço do desenvolvimento **social** deverá se assentar em um novo e ampliado esforço de articulação entre políticas **sociais** e econômicas [...]” (2006, v. 2, p. 31).

Quando o Partido dos Trabalhadores retoma insistentemente o recurso lexical ‘social’, que é repetido 815 vezes no discurso de 2006 (item lexical mais usado nos dois momentos pré-eleitorais), essa repetição pode tanto ampliar como delimitar o sentido. A ampliação se dá pela força da retomada bem como pelo processo de visualização da palavra. Já a delimitação ocorre pela marcação de identidade discursiva. A repetição pode ser analisada como característica retórica do discurso político. Trata-se de um recurso argumentativo de presentificação das ideias e, devido a tamanha repetição, essa palavra pode passar à condição de tópico do discurso.

As palavras repetidas têm o poder de ativar um esquema cognitivo no leitor. A palavra passa a ter uma expressividade maior só pela possibilidade de ser visualizada no texto, mesmo sem se saber de qual assunto está-se tratando. Segundo Dubois “*A análise do vocabulário é então uma parte da análise das* performances *verbais*, isto é, *do discurso*; uma análise não pode estar isolada da outra. (DUBOIS, p. 104, *apud* ORLANDI, 2004). Veja-se que, no discurso, há uma progressão na construção, desde a palavra. Logo, não estou afirmando que só aqui se constrói o sentido, mas estou afirmando que também por aqui é possível perceber o

[1]Esses e outros dados poderão ser visualizados tanto nos quadros, elencados no *capítulo* 5, quanto no gráfico, na página 92 (*cap*. 5).

significado do discurso. A palavra foi recortada do texto, mas não perdeu o contexto. Estou dizendo de onde ela vem. Estou, logo, defendendo que não existem palavras descontextualizadas.

Na discussão que vem a seguir, podemos visualizar mais uma etapa do processo de construção do sentido: do sistema à enunciação.

2.3 O sentido e a representação

Benveniste observa que não é a adição de signos/palavras que produz o sentido, mas, o sentido, depois de concebido globalmente, se realiza e se divide em signos. “O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 66). Isso quer dizer que o emprego das palavras no discurso não é aleatório e representa importante força de expressão. Não se pode desprezar a riqueza de sentido de cada palavra, sobretudo quando ela está inserida em um processo de enunciação.

Também é importante lembrar aqui dos conceitos e imagens acústicas propostos por Saussure nas suas análises sobre língua enquanto constituinte do que chama de um sistema. “[...] a unidade linguística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos” (SAUSSURE, 1977, p. 79). Desprezado por muitos estudiosos modernos, que apontam muitos problemas na teoria de Saussure, esse linguista tem sido resgatado hoje principalmente pela escola de Genebra, que tenta mostrar que há importantes aspectos semânticos: enunciativos, discursivos, nos estudos desenvolvidos por ele.

Segundo Saussure, a linguagem pertence ao mesmo tempo ao domínio individual e social (1977). Isso significa, então, que o linguista não nega os aspectos discursivos da língua. É preciso dizer, no entanto, que Saussure delimitou seu objeto de estudo. Ele reconheceu a dimensão da fala como realização concreta do sistema, como instrumento do individual, porém esses aspectos não foram os objetos principais de seus estudos.

O próprio Benveniste (1989) já fazia uma breve ‘defesa discursiva’ do linguista suíço ao observar que “Para Saussure, diferentemente do que para Peirce, o signo é antes de tudo uma noção linguística, que mais largamente se estende a certas ordens de fatos humanos e sociais.” (1989, p. 49)

Mas, conforme tento salientar nos exemplos abaixo, além dos aspectos semióticos e semânticos, as funções sintáticas que os elementos lexicais por mim garimpados desempenham, são também de fundamental importância para a conclusão deste estudo. Isso representa que a língua se constitui do conjunto desses três aspectos, somados ao uso.

(08) “O **povo** tem a solução para tirar o Brasil da crise!” (1989, v. 1, p. 16).

No exemplo acima, o item lexical ‘povo’ funciona como sujeito e está visivelmente topicalizado. Conforme já observei, o sujeito tende à condição de tópico e, nesse caso, fica ainda mais determinada a sua condição por ser agentivo. A ação está implícita no verbo ‘ter’. O fato de ocupar a posição de sujeito agentivo, que equivale ao tópico da sentença, dá ao substantivo ‘povo’ maior expressividade e, logo, um sentido ainda mais determinado.

Não se pode negar que o substantivo ‘crise’, mesmo funcionando como adjunto, tem fundamental valor discursivo. ‘Povo’ é o instrumento com força positiva que o locutor implanta, para apagar, destruir, enfraquecer o instrumento negativo ‘crise’. É importante observar que construções desse tipo aparecem menos vezes nos discursos analisados, pois, geralmente, iniciam-se principalmente com a primeira pessoa do plural: nós (voz do Partido dos Trabalhadores) ou com a primeira pessoa do singular: eu (voz de Luís Inácio Lula da Silva ou de intelectuais que falam pelo PT).

(09) “Nosso objetivo principal é assegurar terra para quem nela **trabalha** [...]” (1989, v. 2, p. 84).

Veja que, na construção acima, a voz de quem fala está no plural. Isso marca a representação de um grupo, no caso, o Partido dos Trabalhadores: o sujeito é reforçado. Mas o discurso dá destaque para dois elementos lexicais: o verbo ‘trabalhar’, e o substantivo ‘terra’. Essas duas palavras são o assunto principal do enunciado, isto é: estão topicalizados.

Agora, vejamos outros aspectos que concorrem para o processo de construção do sentido e sua ocorrência em instrumentos do *corpus*. Estou me referindo, sobretudo, às intenções dos actantes e à dimensão argumentativa no discurso.

2.4 As várias arestas para o sentido

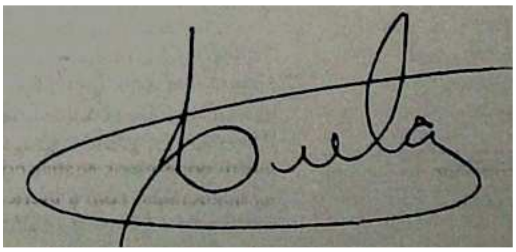
Segundo Mari (1999), só o conhecimento de fatos não é suficiente para perceber o que há de mais relevante no texto. “[...] a *intenção* contém uma discursividade que permite traduzir a realidade não por fatos e convenções que indicam uma certa imediaticidade com sua existência, mas por uma maneira particular de enxergá-la [...]” (p. 199). Mari observa que há inúmeras exigências impostas à atividade de leitura. Um leitor não seria capaz de dar sentido a um texto sem ativar conhecimentos de seu domínio. Uma dessas estratégias pode ser, por exemplo, a ‘desconfiança’. O leitor pode ficar atento ao não dito, a aspectos subjacentes, a modalizadores, que podem apontar novos sentidos para o texto. Com isso percebe-se que “[...] nem todo efeito de sentido está estampado na superfície do texto” (p. 205).

A estratégia ‘desconfiança’ pode ser um instrumento importante no processo de visualização e leitura do signo textual “Lula/Brasil”, conforme se vê à esquerda. O último ‘l’ da palavra ‘Lula’ foi cortado pela extensão do desenho do ‘B’ de Brasil. Veja que essa leitura só é possível porque a construção ocorreu dentro de condições específicas de produção: a campanha eleitoral de 1989, que se deu depois de uma história de lutas sindicais envolvendo Lula como o principal expoente. É legítimo dizer que, no caso acima, houve a intenção de fazer uma construção semiótica que instrua o interlocutor a colocar os dois instrumentos lexicais ‘Lula’ e ‘luta’ em um mesmo campo semântico. Logo, percebe-se que, tendo em vista as intenções do locutor, o objetivo pode ser misturar, imbricar as palavras ‘Lula’ e ‘luta’.

O que isso pode representar? Que Lula é sinônimo de luta e também de Brasil. Os dois substantivos se interligam, se justapõem, para construir um terceiro: ‘luta’, que também pode simbolizar a ‘luta de Lula pelo Brasil’. Isso representa que ‘Lula’, ‘Brasil’ e ‘luta’ são elementos lexicais que convergem para uma questão global de sentido, isto é, o da transformação do país. Então, se eleito, Lula, que, no enunciado tem sua imagem construída como sinônimo de luta, vai lutar pelo Brasil e cumprir o que está prometendo.

Outra marca semiótica importante é a própria assinatura de Lula, na qual os dois ‘ls’ são cortados, podendo ser lido também ‘luta’. (1989, v. 1, p. 95), conforme mostra a imagem

a seguir:



Essas construções têm importante peso semiótico e ampliam ainda mais o sentido do texto. Um leitor atento vai perceber que existe uma intenção na representação que está vendo no papel. Essas representações provocam no interlocutor a capacidade de visualização do que está sendo dito também com a reconstrução do desenho gráfico. O aspecto visual pode criar, no inconsciente, um sentido ainda mais amplo tanto para ‘Lula’ como para ‘luta’, pois essas palavras são desenhadas no texto de forma destacada e se fundem em um único signo. Veja que o corte do primeiro ‘l’ representa apenas uma continuidade da imagem.

Ambos os exemplos acima foram levantados na campanha de 1989 e um terceiro aspecto com função semiótica e também determinante na construção do sentido do discurso do Partido dos Trabalhadores na campanha de 1989 é a relação ‘povo’–‘Lula’. Vejamos um exemplo.

> (10) “Eles não sabem como o **povo** vive e subestimam o que o **povo** é capaz de fazer [...]” (1989, v. 2, p. 81).

Na oração “[...] subestimam o que o **povo** é capaz de fazer [...]”, fica claro que, além de tentar valorizar o sentido do elemento lexical ‘povo’, verifica-se que este mesmo elemento pode ser facilmente substituído por ‘Lula’, como se ‘povo’ e ‘Lula’ fossem uma só entidade. O sujeito ‘eles’, não pode, com certeza, ter valor de tópico, principalmente por se tratar de pronome que aponta uma referência, à primeira vista, indefinida, não especificando, no enunciado, quem são ‘eles’.

Mas, levando-se em conta a enunciação, ‘eles’ passa a ser um elemento tópico com forca negativa. Trata-se do conjunto dos adversários do PT/Lula. Temos, então: a) ‘eles’ é um índice de referência indefinida (tudo que não é povo nem Lula); b) ‘eles’ é um índice de referência definida: referem-se aos adversários do PT/Lula. O tópico com valor positivo trata-se do elemento lexical ‘povo’, que foi lançado por duas vezes na proposição, ambas com a função de objeto, mas com visível poder argumentativo.

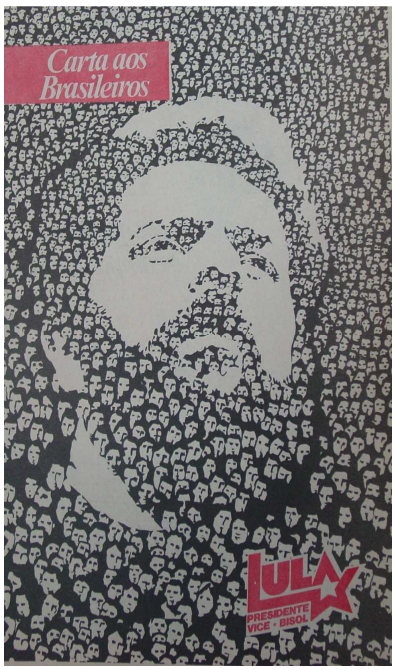
Vejamos outra construção com a palavra ‘povo’.

> (11) “As classes dominantes farão tudo o que estiver ao seu alcance para impedir a vitória do **povo**” (1989, v.1, p. 41).

Observa-se que, no exemplo acima, a expressão ‘as classes dominantes’ pode ter a mesma representatividade que tem o pronome pessoal ‘eles’ do exemplo (9). Temos, então: a) primeiro contraste: classes dominantes x eles > referência definida x referência indefinida; (b) segundo contraste: classes dominantes x ‘eles’ = adversários) > ambos têm o valor de uma referência definida.

No enunciado do exemplo (11), percebe-se que, subjacente ao substantivo ‘povo’, está subentendida a ideia de que Lula representa o povo, é um representante típico do povo no contexto da enunciação e, considerando a memória discursiva da época, Lula, então, equivale também a ‘povo’. Conforme pode-se visualizar no exemplo abaixo, o recurso gráfico é, mais uma vez, importante instrumento para determinar a construção do sentido.

> (12) “Um presidente feito de **povo**” (1989, v. 1, p. 97).



A proposição acima trata-se de *slogan* de campanha, cuja construção se deu em conjunto com a imagem de Lula, isto é: um retrato montado a partir de várias caras.

Essa figura será analisada mais detidamente no tópico 2.5.2.

Sendo assim, podemos retomar Mari (1999), quando fala que o que dizemos nem sempre está contido na forma que acionamos para falar e, da mesma forma, o que queremos dizer pode não estar contido naquilo que dizemos. Ele dá um exemplo.

> *Se falamos a proposição “A porta está aberta!”, descrevemos um certo estado de coisas (está aberta) sobre um objeto (porta), que*

> *independe da linguagem (ela foi usada apenas para registro de um fato). Entretanto, podemos com a proposição, estar dizendo mais do que realmente proferimos, sugerindo a alguém fechar a porta, ou o convidando para se retirar do recinto etc. [...] Por outro lado, o uso da proposição ainda pode trazer, em complemento aos efeitos de sentido já descritos, uma outra dimensão que lembra o querer dizer: ela pode refletir o estado de irritação de quem a enuncia com o barulho exterior, ou ela pode ser usada para provocar alguém que sempre deixa a porta aberta etc*. (MARI, 1999, p. 207/208).

Mari traz à discussão Barthes (1975), quando este autor observa que ler é entrar em um jogo em que o leitor deve ter pleno acesso ao significante do texto. Barthes observa que não há uma oposição entre conotação e denotação e a denotação seria um fundamento para a conotação, isto é, a conotação não existe, já que antes de ser conotação, é denotação. Para Barthes, muito do que lemos não está escrito no texto, mas está inscrito. Deve ser percebido na construção do significado, já que ler é encontrar sentidos para o texto.

> *Ler é encontrar sentidos, e encontrar sentidos é nomeá-los; mas esses sentidos nomeados recebem novos nomes; os nomes chamam os nomes, reúnem-se, e esse conjunto pretende que de novo o nomeiem; nomeio, denomino, volto a nomear. Assim passa o texto: é uma nomeação em potência, uma aproximação incansável, um trabalho metonímico* (BARTHES, 1975, p. 16).

É importante lembrar que o texto é construído em um campo semântico específico, mas muitas vezes a rede de significações pode ultrapassar o próprio campo semântico. “O campo semântico estruturado só tem valor, portanto, nas circunstâncias textuais que foram criadas para que ele funcionasse” (MARI, 1999, p. 212).

Isso significa que às unidades lexicais que entram na composição do texto, deve ser acrescentada a leitura do discurso, isto é: do sentido que esses elementos carregam, quando associados a uma dimensão enunciativa específica. O saber de cada sujeito sobre o mesmo objeto pode ser diferente, já esses sujeitos estão condicionados a uma série de fatores biológicos, históricos, sociais, culturais, que influenciam na construção do sentido. E isso propicia verdades diferentes para um mesmo texto, tendo em vista pontos de vista diferentes.

Charaudeau (2001) fala que esses sujeitos estão “implicados num jogo que lhes é proposto por uma *relação contratual*” (p. 30). A relação contratual depende de três tipos de componentes: *comunicacional, psicossocial e intencional*. Intencional envolve apelos a saberes partilhados. “O *que* está sendo colocado em questão, com qual intenção de

informação? *De que maneira* isso está sendo veiculado, ou, qual será a intenção estratégica de manipulação?" (CHARAUDEAU, 2001, p. 31).

Tomemos o substantivo 'companheiros'. É um instrumento característico dos partidos denominados de esquerda e pode ser empregado em construções que pedem os seguintes complementos: 'de trabalho', 'de luta', 'de batalha'. Os companheiros aparecem como laços de semelhança e de exclusão do outro. Esse recurso lexical, hoje uma entidade decadente, se empregado por um partido considerado de direita, poderia soar como ironia, deboche, crítica a alguém ou aos partidos considerados de esquerda. Isto é: antes da escolha das palavras, o locutor precisa saber quais as suas intenções para o uso delas.

Vamos buscar agora outros aspectos, além das intenções, para a construção do sentido. Em outro momento de seus estudos, Mari (2008) observa que há várias possibilidades de construção do sentido: o sentido pode estar no sistema, no sujeito e na história. Isto é: a estrutura é também um aspecto que deve ser levado em consideração nas discussões linguísticas. "[...] há textos cujo sentido resiste a uma decodificação linear da relação significante/significado; há textos que resistem a uma significação automática, já que certos significantes precisam ter o seu significado reconstruído" (MARI, 2008, p. 47).

A discussão de Mari, acima, vem a confirmar a análise que se pode fazer na construção da assinatura de Lula, cujos 'ls' são cortados, ou na construção Lula/Brasil, em que o desenho do 'B' corta o último 'l', podendo-se ler, assim, 'Lula' e/ou 'luta', conforme já exemplificado. Verifica-se que tais construções são, com certeza, propositais, pois, tratando-se de uma disputa em uma campanha política, pode haver o claro objetivo de relacionar o nome 'Lula' às lutas de classes, de trabalhadores, do povo brasileiro, principalmente se levarmos em conta a sua história de trabalhador pobre.

A seguir, tento mostrar estratégias usadas pelo sujeito enunciador, para, a partir de sua atividade discursiva, interferir na construção de sentido que o interlocutor procura dar ao discurso.

2.4.1 O sentido na interlocução

É importante ressaltar que esta proposta não nega, em absoluto, todos os outros caminhos pelos quais se pode analisar o discurso. Não nego aqui outras importantes linhas de raciocínio sobre o sentido, mas devo relembrar que minha análise aborda também aspectos específicos do uso do léxico, isto é: a posição que certos substantivos e formas substantivadas

ocupam no interior de construções enunciativas e a repetição desses mesmos elementos lexicais num ambiente de organização ideológico-discursiva específico: a política.

Agora, “Se o sentido não fosse também o resultado de uma atividade do sujeito, como seriam possíveis formas de linguagem que se fazem representar, por exemplo, como ficção, ou pelo menos como formas possíveis de ficção?” (MARI, 2008, p. 52). O sujeito central, em minha análise, é o Partido dos Trabalhadores, com seu discurso com carga visivelmente individual, do locutor que cria estratégias para se mostrar solidário às necessidades do povo, para que este se identifique com esse locutor e com seu discurso.

Essa estratégia parece resultar em um efeito discursivo cujo objetivo é mostrar proteção ao interlocutor, o povo brasileiro, e atacar o sujeito de quem se fala, parte desse povo, que pode ser alguns estratos sociais como outros partidos políticos e grupos empresariais. Esse discurso carrega também importantes aspectos polifônicos, não só quando expressa a voz do PT como uma entidade social, histórica, ideológica, mas quando demonstra se deixar envolver totalmente por aquele com quem se fala, e começa a falar por ele: “o povo brasileiro”. O PT/Lula assimila, então, a voz do ‘povo’, da ‘sociedade’, do ‘trabalhador’, dos ‘companheiros’ de luta, objetivando, talvez, influenciar na construção da resposta do interlocutor.

O locutor, segundo Bange, quer que a enunciação produza um efeito sobre o alocutário, graças ao reconhecimento da intenção, já que interlocutores gozam de saber partilhado. Grice (*apud* BANGE, 1992), fala que o efeito visado pelo locutor é uma crença ou uma volição a ser produzida no alocutário. O alocutário deve reconhecer a intenção do locutor. “A língua é o principal instrumento social de tipificação do saber e sabemos que esta tipificação é necessária para a construção de uma realidade intersubjetiva.” (BANGE, 1992, p. 126). Logo, conforme observa Bange, comunicação é um sistema de influência recíproca, com cooperação.

No discurso do PT, mesmo que o alocutário não esteja identificado por formas alocutivas, como voz integrante e produtora do próprio discurso, constata-se que os textos são elaborados visando à sua identificação, principalmente a partir da forma linguística que foi empregada, ou seja, da presença de itens lexicais que referenciam esses interlocutores.

> (13) “[...] queremos mais participação **popular**, **sociedade** livremente organizada, amplo acesso aos meios de comunicação de massa [...]”. [...] “Uma **sociedade** em que o **povo** seja senhor de seu destino” (1989, v. 2, p. 130).

As construções acima podem criar no interlocutor tanto sensação de inclusão como de exclusão. Inclusão: eleitor que pretende votar em Lula e sente a oportunidade de participar mais da vida social. Exclusão: eleitor que não pretende votar em Lula, por exemplo: grupos que formam outros partidos ou militantes destes e podem se sentir excluídos desse processo. Tanto em uma situação como na outra, pode-se dizer que as intenções do locutor podem ser atingidas.

> *Quando comunicamos desejamos, acima de tudo, materializar nossas intenções. Onde não há intenção, não há necessidade de comunicação. O sujeito falante se comunica, portanto, quando quer colocar em cena uma intenção qualquer* (EMEDIATO, 2005, p. 18).

Retomando Mari (1999), este autor observa que é importante perceber as *intenções* discursivas, que dependem não só dos sujeitos que enunciam, mas daqueles que interpretam o discurso. Isso significa que a maioria dos textos que produzimos pode ter mais de um sentido. Os contextos em que são produzidos os enunciados e as intenções dos interlocutores são definitivos para delimitar o sentido.

Essas intenções podem ser fortalecidas ou enfraquecidas de acordo com os interesses dos falantes, tendo em vista os grupos sociais que representam. É também nas teias sociais que crenças, ideologias, podem ser conhecidas, confirmadas e até mudadas. Vamos a mais este exemplo levantado no discurso do PT.

> (14) “Os países que iniciaram a construção do **socialismo** também enfrentaram crises agudas” (1989, v. 2, p. 127).

Há, na proposição acima, a intenção de ressaltar aspectos positivos do regime socialista, mesmo que a construção se dê mostrando exatamente o contrário, isto é: aspectos negativos. Embora faça restrições ao socialismo, reconhecendo que o regime tem lá suas limitações, o locutor quer mostrar que esse regime ainda pode ser uma aposta válida, em razão da própria identidade ideológica do locutor. Ele tenta provar ao interlocutor que a situação contraditória não sustenta a verdade.

No exemplo abaixo o locutor se posiciona justamente de forma inversa. Nega e critica outro regime: o ‘capitalismo’.

> (15) “Enfrentaremos o **capitalismo** excludente, concentrador, predatório” (1989, v. 2, p. 156).

Nesse caso, a intenção do locutor é chamar a atenção do interlocutor para o sentido negativo do substantivo ‘capitalismo’. Os recursos que usa para tal são os adjetivos que qualificam o substantivo: ‘excludente’, ‘conservador’, ‘predatório’. O interlocutor, ao ler esse enunciado, apropria-se facilmente do sentido proposto. “[...] parece correto dizer que o sentido de uma ação – força ilocucional – de comunicação é idêntico ao seu objetivo ou, para ser mais preciso, ao objetivo que os interlocutores lhe atribuem” (BANGE, 1992, p. 128).

A seguir parto para uma discussão mais aprofundada desses itens lexicais, na sua condição de signos. Abordo também outros instrumentos sígnicos, além da palavra, que são fundamentais para a construção do sentido no discurso do PT.

2.5 O signo

2.5.1 A dinamicidade do signo

Conforme propôs Benveniste (1989), a semiologia é a ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social, isto é: os signos não estão desvinculados das relações históricas, sociais e cognitivas de indivíduos socialmente organizados nas interações linguageiras. “O signo pede assim a co-presença de indivíduos (autor/leitor) no quadro das relações sociais (e não fora delas), no confronto de forças políticas e ideológicas” (ORLANDI, 1993, p. 102).

Benveniste (1989) propõe a diferença entre sociologia, para a qual a língua funciona no interior da sociedade, e semiologia, que inverte esta situação: “[...] somente a língua torna possível a sociedade” (p. 63). A língua oferece, então, dois caminhos para a significação, o semiótico: signo/unidade e o semântico: discurso/enunciação. “O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 66). Bakhtin, um dos precursores da teoria da enunciação, defende que as leis da evolução linguística são leis essencialmente sociológicas. E a criatividade da língua está ligada a valores ideológicos.

> *A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações* (BAKHTIN, 1981, p. 123).

Conforme venho argumentando, é essa língua que transporto para a minha discussão. A língua que não é só signo nem só enunciação, mas um processo de construção do sentido, que, dinamicamente, vai de um ao outro.

Tomemos novamente a palavra ‘povo’ extraída do discurso do PT e os vários contextos em que foi aplicada.

> (16) “O **povo** pobre deste país, sobretudo os negros, ficou cada vez mais à margem da sociedade [...]” (2006, v. 1, p. 42).

> (17) “[...] o **povo** brasileiro elegeu Lula para presidir um país corroído por profundas contradições econômicas, sociais e políticas que deixaram um legado de desigualdade, autoritarismo e dependência externa” (2006, v. 1, p. 48).

Em (16), o sentido que veicula o elemento lexical ‘povo’ retrata, quase que fielmente, o discurso de campanha de 2006, o qual deseja incluir todos os grupos sociais. Esse sentido é diferente do sentido que tem em (17). No exemplo (16), ‘povo’ são os pobres, sobretudo os negros. Há, então, uma restrição sobre o conceito de ‘povo’. Já no exemplo (17), ‘povo’ tem um sentido amplo e o discurso é mais parecido com o discurso de 1989. ‘Povo’ é o conjunto da população que vota, independente da classe social ou da cor. Temos o mesmo signo, que adquire sentidos diferentes, conforme uma dada conjuntura histórico-social e conforme as intenções do sujeito.

Muito antes de Benveniste, Bakhtin observou que o signo é criado para uma função ideológica específica e defende que todo signo é ideológico. Conforme pudemos constatar acima, “Tudo que é ideológico possui um valor semiótico” (BAKHTIN, 1981, p. 32). Bakhtin defende, porém, que a ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra tanto interior quanto exterior desordenada e não fixada num sistema. Os aspectos social, discursivo e ideológico do signo são fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Por isso a importância da introdução das ideias de Bakhtin na discussão. “O signo dialético, dinâmico,

vivo, opõe-se ao ‘sinal’ inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato” (BAKHTIN, 2002, p. 5).

O teórico está criticando Saussure e, para defender seu ponto de vista, Bakhtin apresenta duas dimensões para o signo: signo interior, que equivale à atividade mental e signo exterior, que equivale à ideologia. “A atividade psíquica é uma passagem do interior para o exterior; para o signo ideológico, o processo é inverso” (p. 50). Isto é: os signos são processados na mente e, quando exteriorizados, adquirem novos contornos, devido às influências sociais.

Nos exemplos (16) e (17), quando o locutor processa na mente a palavra ‘povo’, ela tem um sentido; quando é externalizada, pode ter esse sentido ampliado e até alterado, tendo em vista as influências vindas do contexto. Reforçando sua tese, Bakhtin defende que “Todo signo é social por natureza, tanto o exterior quanto o interior” (BAKHTIN, 2002, p. 44). O signo é, para ele, diacrônico. Isto é: toda palavra traz consigo os contextos de onde ela viveu sua vida de palavra, pois é instrumento dinâmico nos processos históricos, sociais, culturais.

Se levarmos essa discussão para a análise que venho tentando fazer do discurso do PT, seria possível abordar o signo nessa dimensão? Segundo Foucault (1995), “Nos séculos XVII e XVIII, a existência própria da linguagem, sua velha solidez de coisa inscrita no mundo foram dissolvidas no funcionamento da representação; toda linguagem valia como discurso” (p. 59). O autor mostra que, desde longa data, o signo vem sendo percebido como instrumento dinâmico, diacrônico.

Foucault observa ainda que “[...] a linguagem não será nada mais que um caso particular de representação (para os clássicos) ou de significação (para nós) [...] As coisas e as palavras vão separar-se” (1995, p. 59). Foucault mostra que a significação, em um dado momento da história, estava ligada à soberania do semelhante, isto é: a significação do signo não existia. De acordo com Iasi (2006), aquele autor estaria dizendo que

> *Um dos passatempos prediletos de certo tipo de discurso do saber científico é procurar os significados ocultos nos espaços que se interpõem entre as palavras e as coisas. No fundo é esta a acusação dirigida a Marx; ele teria substituído o proletariado concreto pelo conceito de proletariado e atribuído ao conceito o papel histórico dos proletários* (IASI, p. 5).

A partir daí, verifica-se que o signo passou não só a representar, mas a significar, pois é social, histórico, o que não significa que essa dinamicidade não tenha seus contornos mais ou menos estratificados. Autores contemporâneos, como Charaudeau, não descartam esses

contornos. “A linguagem, mesmo sendo dominante no conjunto das manifestações linguageiras, corresponde a um certo código semiológico, isto é, a um conjunto estruturado de signos formais, [...]” (CHARAUDEAU, 2001, p. 24).

Com as discussões acima, não estou negando, mas justamente chamando, mais uma vez, a atenção para a dinamicidade, força argumentativa, que busco nos elementos lexicais por mim garimpados nos discursos políticos do PT às vésperas das eleições presidenciais concorridas pelo partido em 1989 e 2006.

Quando, em um mesmo discurso, a palavra ‘companheiro’ é empregada 93 vezes e ‘povo’ apresenta 354 recorrências (vide quadros no capítulo 5) esse recurso lexical pode passar a ter força argumentativa maior, mais determinante, do que o primeiro. Mesmo tendo sentidos ora idênticos, ora apenas semelhantes, conforme poderá ser confirmado mais à frente, verifica-se que o substantivo ‘povo’, nos discursos do PT, é um instrumento com sentido bem abrangente, mas, mesmo assim, não atinge toda uma coletividade. Já ‘companheiro’, apesar de abrangente, tenta restringir grupos com quem se fala, mas não exclui a coletividade de ‘povo’.

> (18) “O governo da Frente defenderá a luta dos **povos [**...]”, (1989, v. 1, p. 55).

Veja que o uso do plural: ‘povos’, no exemplo acima, ao invés de ampliar, restringe o significado. O locutor está falando de alguns povos, de grupos, que podem ser étnicos, de estudantes, trabalhadores etc. e não de todo o conjunto da população. Esse discurso é ainda mais presente na campanha de 2006: o direcionamento do discurso para grupos específicos.

> (19) “Mobilizar intelectuais, dirigentes sindicais, artistas e outros **companheiros [**...]” (1989, v. 2, p. 34).

Na situação acima, o objetivo do locutor é falar a cada grupo especificamente. O locutor enumerou três segmentos, isto é: está falando de grupos específicos, porém todos eles estão dentro do conjunto que chama de ‘companheiros’, o que também amplia o sentido deste elemento lexical.

O substantivo ‘burguesia’, por exemplo, que é um estrato do conjunto ‘povo’, não foi incluído no conjunto do exemplo (19) de pessoas. Então, ‘burguesia’ não significa nem ‘povo’ nem ‘companheiros? O fato de o locutor não incluir ‘burguesia’, apenas mostra que o termo ‘companheiros’ não é universal.

Para ampliar esta análise, vejamos um exemplo que recorre ao item lexical ‘burguesia’.

> (20) “O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, mostrou a falta de patriotismo da **burguesia**, dizendo que oitocentos mil empresários fugiriam do Brasil após a vitória de Lula” (1989, v. 2, p. 22).

Nesta situação, ‘burguesia’ é um recurso lexical topicalizado tanto no discurso como na sentença. Mesmo funcionando como complemento nominal, delimita um grupo de pessoas, mas diferente, ou não integrado ao conjunto ‘povo’ ao qual o PT se refere. A expressão ‘falta de patriotismo’ topicaliza ainda mais a palavra ‘burguesia’, reforçando o seu valor negativo na construção discursiva.

Para Peirce (1958), a língua se iguala às palavras, isto é: são igualmente signos. Como semioticista, Peirce concebe o conhecimento através de signos, pois, segundo ele, não somos capazes de conhecer o mundo diretamente. A partir das propostas de Peirce, penso que as palavras podem ser analisadas tanto como signos quanto como língua. Uma palavra sozinha pode tanto passar uma informação específica como trazer um conjunto de informações. Pode ser lida como um texto, comunicar, representar atos específicos e até passar de uma *formação discursiva*[2] a outra, desde que submetida a condições enunciativas apropriadas. Isso significa que, em cada contexto, o signo pode incorporar sentidos diferentes. Vejamos o enunciado seguinte:

> (21) “Proibido virar à direita” (2006, v. 2, p. 266).

Neste caso, é possível passar pelo seguinte processo de interpretação de mundo:

> EM[3]: persuasão, ‘sugestão’.
> Crença: a direita não é confiável, é o adversário a ser batido.
> Desejo: vote na esquerda.
> Intencionalidade: desqualificar a direita.
> Ação/efeitos de sentido: crítica ao candidato da direita e elogio ao da esquerda.

[2] Este conceito será trabalhado no *capítulo* 3.
[3] EM equivale a ‘Estado Mental’, que é como nossa mente se posiciona, para se ajustar e compreender as coisas do mundo.

Razão: construção do raciocínio a partir da imagem (a imagem é a causa da ação).

Nota-se que o locutor apropriou-se não somente do signo gráfico, mas recorreu também ao texto verbal, desnecessário no trânsito. O verbal e o não-verbal se complementam. Os dois instrumentos sígnicos são sinônimos e juntos reforçam o sentido do discurso. Os elementos gráficos e textuais foram apropriados de um outro contexto, o trânsito, mas com fácil leitura no contexto político. Quando tomamos o enunciado "Proibido virar à **direita.**" podemos perceber que a palavra 'direita' foi usada com o intuito de negar o seu próprio sentido. O enunciador parece desejar que se pense em 'direita' como algo que deve ser negado, esquecido.

O documento trata-se de um volante, convidando para um *show* às vésperas do segundo turno para as eleições presidenciais de 2006. O objetivo do locutor é dizer que o PT é um partido de esquerda e, para manter uma política de esquerda, já que Lula busca a reeleição, é preciso votar novamente nele, pois se o outro candidato, Geraldo Alckmin, ganhar, o país não mais será de esquerda, mas de direita. O texto, metaforicamente, diz: Alckmin é um candidato da direita e a direita é uma via, um viés ruim na política, logo deve ser 'proibido'.

No trânsito, tanto 'direita' como 'esquerda' são vias que oferecem acesso aos motoristas. Têm o mesmo grau de importância. A apropriação, pelo PT, de instrumentos desse campo discursivo, tem por objetivo também dizer que virar à direita, diferentemente de uma situação no trânsito, pode traduzir uma conduta negativa. É claro que, concretamente, não se trata de uma ordem, mas há uma intenção clara de convencer o eleitor a não votar no candidato da direita.

Virar à direita equivale a votar no candidato da direita. Espera-se convencer o eleitor a não fazer isso. No trânsito há um valor ilocucional inerente ao gênero: as condições jurídicas implícitas obrigam o leitor, o transeunte, a obedecer. A placa tem, portanto, valor de ordem, o que não ocorre no uso do símbolo pelo PT. Há, então, a passagem de um símbolo com valor de proibição, nas vias públicas, para um símbolo com teor de advertência, na política.

O texto, embora reportando fatos sobre trânsito, foi apropriado para construir um novo sentido: a relação direita/esquerda na política. Os signos da língua são, para Benveniste, diferentes dos signos da sociedade. “os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso” (BENVENISTE, 1989, p. 55). A língua será, então, o interpretante, não só da sociedade, mas de todos os sistemas semióticos. “Nenhum outro sistema dispõe de uma “língua” na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma” (BENVENISTE, 1989, p. 62).

Temos abaixo uma construção com dois elementos semióticos com sons idênticos, porém com sentidos totalmente diversos. A língua lida com esse tipo de construção sem percalços, pois o contexto se encarrega de definir o sentido mais adequado.

(22) “O **povo** a um passo do paço” (1989, v. 1, p. 14).

No enunciado acima, a língua sabe lidar com os sons e sentidos em ‘passo’ e ‘paço’, adequando-os aos seus devidos lugares em razão das funções atribuíveis a cada um deles no interior do discurso – eles não seriam intercambiáveis sem prejuízos à clareza – e em razão de termos um contexto de comunicação que nos permite essa adequação. ‘Paço’, no exemplo acima, evoca o paço imperial, o palácio: símbolo do poder. A construção tem por objetivo facilitar a memorização através da rima e, mais ainda, de dizer que, se Lula for eleito, o ‘povo’ ocupará o palácio com ele. Há aí uma construção metonímica, já que seria impossível essa possibilidade. Mas a intenção parece tentar aguçar nas pessoas a crença de realmente poderem participar efetivamente do Governo.

Continuemos, então, a discussão da dimensão sígnica a partir dos *slogans* de campanha. Eles são recorrentes no *corpus*, e parecem sinalizar uma importante força expressiva na construção dos sentidos nos discursos de campanha aqui em análise.

2.5.2 O sentido dos *slogans* de campanha

A palavra *slogan* foi apropriada do inglês e significa ‘lema’. O *slogan*, em uma campanha política, é tão importante, que pode ser o ‘carro chefe’ na disputa. Tem forte expressividade e serve como ‘grito de guerra’. Em uma discussão sobre heterogeneidade no

discurso, Charaudeau observa que “Quando a citação de autoridade chega ao estatuto de *slogan*, do ponto de vista pragmático, adquire novas propriedades, sobretudo a de estar essencialmente ligada à ação: [...]”. (1993, p. 101). O eleitor, vendo ou ouvindo o *slogan*, é impulsionado a agir, isto é: a participar do processo eleitoral, a votar. Também logo o relaciona com o candidato, conforme pode ser visto no *slogan* usado pelo Partido dos Trabalhadores na campanha de 2006 para presidente da República.

(23) “Lula de novo com a força do **povo**”

Temos acima uma construção que se apropria da rima, cria ritmo, cadência sonora: ‘novo/povo’, o objetivo é ajudar na memorização, além de produzir o seguinte sentido: Lula vai novamente ganhar as eleições, porque o povo vai novamente votar nele. Vai agir de tal forma, mobilizar-se, sair para votar em Lula. O sintagma nominal ‘Lula de novo’ está diretamente relacionado com o sintagma ‘força do povo’. Um é consequência do outro. Logo, não é possível ‘Lula de novo’ sem ‘a força do povo’. Veja que ‘a força do povo’ pode implicar uma ação. É como se o povo pudesse fazer o gesto de realmente empurrar Lula para a presidência.

É possível, então, fazer a seguinte análise: é o ‘povo’ quem impulsiona, leva Lula, por isso ele é novamente candidato a presidente. O substantivo ‘povo’ funciona como adjunto adnominal. É o último item da oração. Mas, quanto ao aspecto semântico, observa-se que tal substantivo é um referente importante no discurso e, mesmo sendo gramaticalmente secundário, está diretamente relacionado com o substantivo ‘Lula’.

Pode-se dizer que, mesmo ocupando a última posição na oração, ‘povo’ funciona como tópico juntamente com ‘Lula’. Nota-se aí a tentativa de mostrar uma relação de intimidade entre o presidente Lula e o povo, o que marcou a história do PT e foi reforçado nos movimentos sociais e comícios, cujas fotos, imagens, mostram grandes aglomerações de pessoas.

Enunciação, discurso, ação, seriam, segundo Bakhtin (1981), “expressões semióticas” e estariam diretamente relacionados à nossa capacidade cognitiva e, logo, à nossa razão e às nossas tendências ideológicas. Podemos, então, construir o seguinte quadro para “Lula de novo com a força do **povo**”

EM: repetição, retomada.

Crença: Lula é novamente candidato.

Desejo: que Lula ganhe a eleição.
Intencionalidade: lembrar novamente de Lula.
Ação/efeitos de sentido: votar novamente em Lula.
Razão: reforçar a lembrança do nome de Lula, para que ele ganhe novamente as eleições.

Dessa forma, é possível visualizar no enunciado, signos interiores: atividade mental; e signos exteriores: ação verbal ou física, geradas a partir da atividade mental (BAKHTIN, 1981). Esses signos são processados internamente, mediante uma representação mental que temos deles, até atingirem situações externas, materializando-se em fatos e ações sobre o mundo objetivo.

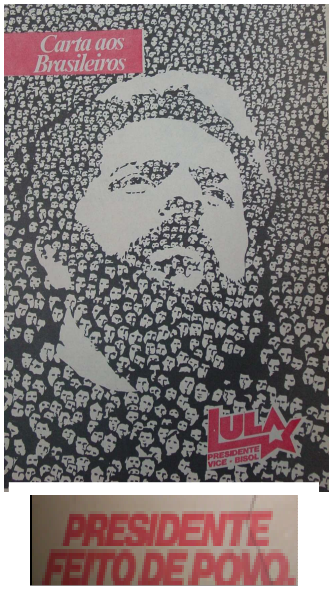
Segundo Courtine, *apud* Orlandi (1982)

> *[...] o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico no sentido em que ele representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, inversamente, ele manifesta a existência da materialidade lingüística no interior da ideologia* (ORLANDI, 1982).

Tomemos o cartaz com o seguinte *slogan*:

(24) “Presidente feito de povo” (Campanha de 1989).

A partir do enunciado, relacionado à imagem abaixo, podemos ter:

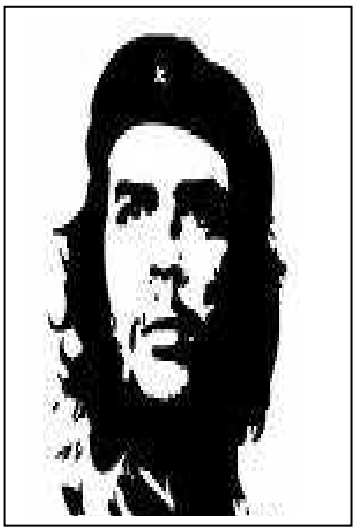


EM: proximidade, confiança, semelhança.
Crença: Lula é o povo.
Desejo: eleger Lula.
Intencionalidade: identificar (mais) Lula ao povo.
Ação/efeitos de sentido: identificação, Lula/povo.
Razão: a imagem é a causa da identidade.

“Presidente feito de **povo**.” é um dos *slogans* da campanha de 1989, e o cartaz com o rosto de Lula foi construído a partir da montagem de um mosaico, utilizando-se de figuras de rostos

de pessoas e da composição luz e sombra, que pode facilmente ser relacionado à figura de Che Guevara no retrato de Gorca, a imagem-foto mais divulgada do século 20, conforme se vê abaixo. Outras analogias são perfeitamente possíveis, como a relação com Tiradentes e, por que não, com Jesus Cristo, o que reforça ainda mais o teor messiânico do discurso do partido.

No cartaz com a imagem de Lula, apesar de ser um signo gráfico, pode-se fazer a mesma leitura e tem-se o mesmo sentido que traz a frase exclamativa que o compõe. O elemento lexical ‘povo’ ocupa a posição de objeto, mas tem força de tópico juntamente com a palavra ‘presidente’. O tempo do verbo fazer, particípio, também tem um valor muito importante. ‘feito’ quer dizer: está pronto. Lula e povo se integram e interagem. Um depende do outro. Não há como desfazer a relação, porque está feita. Então, Lula, para se tornar presidente, depende desse ‘povo’.



Outra característica da imagem de Lula, acima, é que ela pode simbolizar a esquerda justamente por ser uma espécie de réplica da imagem do Guevara, talvez o maior símbolo do regime comunista na América Latina, conforme se vê acima. Temos, então, uma intertextualidade. A imagem de Lula pode ter sido construída a partir de uma imagem de Che Guevara. Essa construção pode ter por objetivo produzir no eleitor um importante sentido: Lula é como Che Guevara, como Tiradentes, isto é: é um mártir, um líder, um herói, mas é também um messias, assim como Jesus foi.

Tomando os dois *slogans*: de 1989 e 2006, observa-se que, de um momento para o outro, há a mudança de ‘feito de povo’, para ‘com a força do povo’. Assim como o particípio ‘feito’, o substantivo ‘força’ representa importante instrumento que cria uma relação entre Lula e o povo. Porém ‘feito’ pode ser muito mais determinante do que ‘força’, pois o verbo representa um produto, já o substantivo, uma ligação, que pode ser, inclusive, indireta. Isto é: em 2006, o sentido de ‘povo’ poderia ser outro. Já não se esperava tanto desse ‘povo’?

Nota-se que ambos os enunciados “Lula de novo com a força do povo” e “Presidente feito de povo”, estão desgarrados de um locutor/enunciador. Parece que a falta do determinante “o”, para destacar as palavras ‘presidente’ e ‘Lula’ os torna menos sujeitos, isto é: menos subjetivos e, logo, menos agentivos. Dessa forma, passam a ter um caráter objetivo, o que representa mais proximidade com o interlocutor, também sujeito do discurso: o eleitor.

Segundo Fauconnier e Turner (2002), a linguagem, antes de servir para comunicar, serve para viver. Eu me identifico e identifico o outro usando a linguagem. É verdade para mim aquilo com o que me identifico e só temos acesso à realidade via linguagem. Logo, a língua constrói a identidade não só daquele que enuncia, mas daquele para quem e de quem se fala.

Fauconnier e Turner estão se referindo à construção de sentido a partir dos espaços mentais, de como a mente constrói significados nas nossas relações com o mundo. Na leitura das imagens de Lula, de Che Guevara, de Tiradentes e até de Cristo, esse processo de identificação e construção de sentido fica claro. Segundo Goffman (1985), a construção da identidade se dá por meio de técnicas comuns que os indivíduos usam para procurar controlar a impressão que os outros têm deles. Relação ambiente, aparência e maneira de agir.

No sub-tópico a seguir, tento mostrar como se dá a progressão de instrumentos sígnicos para a condição de símbolos e como esse processo é construído no discurso do PT.

2.5.3 Do signo ao símbolo

Sabe-se que alguns signos, devido à expressividade política, social, cultural que têm, podem se transformar em símbolos de grupos sociais, de povos e até em símbolos mundiais. Os signos são, em algumas circunstâncias, tão amplamente representativos da cultura, da ideologia de um povo ou de grupos sociais, que, quando vistos, em qualquer lugar do mundo, são facilmente identificados e interpretados como símbolos. Isto é: passam a ser marcas da cultura de um povo ou de grupos de pessoas.

Na semiótica, todo signo cuja convencionalidade predomina, possui uma relação simbólica. Temos, por exemplo: ‘pomba branca’: paz; ‘vermelho’: comunismo; ‘águia’: Estados Unidos; ‘chimarrão’: gaúcho, etc. Segundo Bakhtin, “[...] um instrumento pode ser convertido em signo ideológico: é o caso, por exemplo, da foice e do martelo como emblema da União Soviética. A foice e o martelo possuem aqui, um sentido puramente ideológico.” (2002, p. 18). Para mim, muito além de signos, esses instrumentos se tornaram símbolos não apenas políticos, mas também nacionais e sociais, pois passaram a representar a marca daquele povo.

Não somente instrumentos materiais, conforme mostrado acima, mas palavras e até traços gráficos, podem ter valor simbólico. Palavras, expressões, também podem concentrar informações específicas, que lhes dão, inclusive, valor de símbolos de um grupo de pessoas,

de entidades ou de povos. No discurso em análise, acredito que uma das palavras com valor mais emblemático com condição de símbolo é: ‘capitalismo’. Vamos, então, à análise de alguns exemplos de proposições garimpadas no discurso do PT para as campanhas de 1989 e 2006.

> (25) “O descaso governamental, a ganância **capitalista**, a criminosa ansiedade por lucros vêm provocando o assassinato [...] de milhares de brasileiros [...]” (1989, v. 2, p. 46).

Neste exemplo, o item lexical ‘capitalismo’, analisado como símbolo, pode ser facilmente recuperado como instrumento cuja trajetória representa a expressão do controle econômico sobre os povos. ‘Capitalismo’ é também símbolo do mundo ocidental. Apesar das mudanças advindas principalmente da queda do muro de Berlim, em 1989, os países ocidentais são, ainda hoje, considerados capitalistas e isso equivale também a serem símbolos de riqueza, de poder, mas também de dominação, isto é: de desigualdade entre os povos.

No exemplo abaixo, o sentido de ‘capitalismo’, principalmente devido aos adjetivos ‘brutal’, ‘repressiva’, ‘antipopular’ e ‘selvagem’, é construído levando-se em conta esse capitalismo símbolo de dominação.

> (26) “[...] é importante evitar que chegue ao poder um personagem perigoso, identificado com a *Opus Dei*, e com a versão mais brutal, repressiva e antipopular do **capitalismo** selvagem” (2006, v. 2, p. 259).

Observa-se que o locutor recorreu à expressão ‘capitalismo selvagem’ acima, para construir uma imagem negativa do candidato adversário. Quem recorre a esse termo, pejorativamente, está dizendo que os homens do mundo capitalista vivem como os animais, isto é: só os mais fortes sobrevivem. Isso significa que, se eleito o candidato da direita, o Brasil funcionaria assim: os pobres seriam excluídos do processo.

Esse grupo dominante seria encabeçado pelo candidato do PSDB, Geraldo Alckmin e seus correligionários, entre eles Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente pelo PSDB e considerado, principalmente pelo PT, um símbolo da direita, do neoliberalismo, tendo em vista o processo de privatização de entidades então públicas que se deu em seu governo, favorecendo, é claro, o capitalismo.

O locutor recorre também a outro símbolo, agora da igreja católica, '*Opus Dei*' ('obra de Deus') para, também, de forma pejorativa, relacionar a direita a grupos com objetivos duvidosos, já que, inclusive segundo o livro "O Código da Vinci", os membros do *Opus Dei* são acusados de chegar à prática de assassinato para defender seus interesses. O movimento católico também é criticado como organização rica, de extrema-direita, que pretende dominar a Igreja[4]. O conjunto desses elementos lexicais, associados a 'capitalismo', simboliza vários aspectos negativos do mundo político e converge para uma desqualificação do capitalismo a ser praticado pelo oponente. Temos, então, para 'capitalismo' um símbolo com valor negativo.

Vamos tomar agora a sigla 'PT'. É bem provável que, se for feita uma pesquisa de rua em que se peça às pessoas que relacionem alguma coisa com 'PT', a maioria dos entrevistados vá dizer 'Lula'. Na campanha de 1989, a sigla 'PT' foi empregada 361 vezes. Essa repetição, algumas produzidas na logomarca do partido, é um signo que passa a funcionar como símbolo, pois toda vez que o leitor visualizar a sigla, vai fazer relação com o Partido dos Trabalhadores e, logo, com Lula. Entre os objetos de campanha de 1989, foi criada uma logomarca em que se lia: 'oPTei', o que confirma que o símbolo 'PT' já estava armazenado na memória do leitor/eleitor e quem lesse a palavra viria, antes de tudo, a sigla PT. Em seguida viria a leitura com sentido de escolher o PT e não outro partido e, por último, a relação com o verbo 'optar'.

Considerações finais sobre este capítulo

Em síntese, a partir de algumas análises acima, pode-se dizer que o sentido co-negociado, co-interpretado, é construído principalmente na interlocução, a partir do momento em que os locutores se apropriam dos recursos enunciativos e fazem uso deles. Aí também entram em jogo as interações comunicativas que movem os usuários da língua nas relações interlocutivas. Mas é possível também buscar sentido no enunciado, nas circunstâncias específicas de uso de certos recursos lexicais, nas convenções que esses usos implicam dentro do sistema, na forma que tomam quando são reproduzidas.

[4] Informações levantadas no site www.padrehenrique.com/index.

Neste capítulo tento refletir também sobre os aspectos sígnicos que permeiam e sinalizam os sentidos no discurso: seu caráter social e ideológico.

A partir desta discussão estou levando em conta que o signo tanto pode estar vinculado à enunciação como chegar a ela através de um processo, isto é, o signo nasce antes da enunciação. Mas o signo e o sentido estarão sempre atrelados e, muitas vezes, mudando o campo semântico, o signo muda de sentido, passando a ter outra função discursiva. Alguns signos podem ser tão determinantes, tão marcantes nos processos históricos, sociais, culturais e ideológicos, principalmente, que acabam se transformando em símbolos, tanto com valor positivo como negativo, mas de símbolos. O discurso do PT trata-se de uma formação discursiva que agrega esses dois aspectos do símbolo e, consequentemente, do signo.

Tendo em vista a relação signo/ideologia, que, principalmente a partir de Bakhtin, defino como um processo social de construção de sentido, passo, a seguir, a analisar a amplitude do termo ‘ideologia’ e sua relação com o discurso político.

3 IDEOLOGIA

3.1 Ideologia: como ajustar o sentido dessa palavra ao discurso político?

A palavra Ideologia, segundo Althusser (1983), foi forjada por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos - grupo de ideólogos que em 1795 representavam a Academia de Ciências Morais e Políticas - e designava por objeto a teoria (genérica) das ideias. Althusser observa que Marx retoma o termo e lhe confere um sentido totalmente distinto: “A ideologia é, aí, um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1983, p. 81). Observa-se que, na teoria de Marx, o termo ‘ideologia’ é tomado com sentido negativo e está voltado para as relações sociais. As ideias passam a ser a expressão das ideias da classe dominante.

Já Verón (1980) propõe uma leitura voltada para o discurso. Ele defende que “uma ideologia não é um repertório de conteúdos, ‘opiniões’, ‘atitudes’, ‘representações’, para ‘deformação’ ou ‘ocultação’ do ‘real’, mas uma gramática de engendramento de sentido, de investimento de sentido em matérias significantes” (VERÓN, 1980, p. 197). Esse autor fala que os discursos reproduzem crenças e as crenças é que podem gerar efeitos ideológicos e políticos.

À produção social de sentido do discurso, Verón chama de ideologia. Veja que essa discussão já vem das teorias de Bakhtin, que defende a dinamicidade e diacronicidade do signo. Para Bakhtin, a criatividade da língua está ligada a valores ideológicos e defende que todo signo é ideológico. Segundo Bakhtin, tudo que é ideológico é um signo. Em outros termos, tudo que é ideológico possui um significado. “*Sem signo não existe ideologia*” (BAKHTIN, 2002, p. 17). A proposta de Bakhtin amplia ainda mais o conceito de ideologia.

Brandão (1995), na mesma linha de pensamento de Bakhtin, observa que a linguagem, enquanto discurso, é um signo ideológico que se caracteriza por posicionamentos. Tratando dessa relação entre linguagem e ideologia, ela observa:

> *Isso visa acarretar uma compreensão dos fenômenos linguagem e ideologia como noções extremamente vinculadas e mutuamente necessárias, uma vez que a primeira é uma das instâncias significativas em que a segunda se materializa. Nesse sentido, não há um discurso ideológico, mas todos os discursos o são* (BRANDÃO, 1995, p. 27).

Temos, a partir de Brandão, que pode haver uma sequência, primeiro ideologia, depois linguagem. Mas, o aspecto mais relevante, nesta discussão, é observar que ideologia está relacionada ao papel mediador nas integrações sociais. A noção de ideologia não carrega, para Brandão, um sentido propriamente negativo proposto por Marx. Porém os teóricos sociais e políticos trazem outros pontos de vista. O dicionário de Política de Bobbio (2004) aponta dois tipos de ideologia: um forte e outro fraco. O conceito fraco está ligado às crenças políticas: "um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos" (BOBBIO, 2004, p. 584). O conceito forte

> *tem origem no conceito de Ideologia de Karl Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: ideologia é uma crença falsa* (p. 584).

No primeiro conceito de ideologia, o fraco, percebe-se uma tendência à positividade em oposição à negatividade. Já o segundo conceito orienta-se para uma visão negativa do item lexical 'ideologia'. Segundo o dicionário de Bobbio, quando se fala em ideologia, estão envolvidos certos elementos típicos, como doutrinarismo, dogmatismo, fanatismo, crenças políticas, com fortes cargas passionais. Verifica-se aqui uma proximidade maior com Althusser, porém este autor traz duas teses que transcendem o sentido do termo para além das crenças, e chega ao aspecto material: humano.

Tese I: "A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (p. 85). Tese II: "A ideologia tem uma existência material" [...] Isto é, "as "ideias" ou "representações" etc., que em conjunto compõem a ideologia, não tinham uma existência ideal, espiritual, mas material" (ALTHUSSER, 1983, p. 88). Essa definição está relacionada não só ao imaginário, mas à existência material dos indivíduos históricos e sociais, aspectos esses também trazidos das ideias de Marx.

A partir das definições acima, vejamos o exemplo abaixo.

> (27) "Comprometendo-me com um projeto político, jamais reduziria meu testemunho e serviço, como cristão, aos limites das **ideologias** e da história" (1989, v. 1, p. 37. Palavras de um bispo católico).

Observe-se que no exemplo acima, o substantivo ‘ideologia’ tem, nos moldes propostos por Bobbio, significado fraco, isto é: aquele conceito que serve para orientar os comportamentos coletivos. O item ‘Ideologia’ nesse caso está relacionado a consciência política, crença. O recurso ao termo ‘Ideologias’, para o bispo, tem relação com divergência de ideias, oposição de formas de pensar que não contribuem para a prática política. Podemos dizer que, levando em conta as ideias de Althusser, o autor está se posicionando como indivíduo material no processo histórico e social para sustentar uma asserção.

Outros aspectos que podemos levantar são as escolhas linguísticas do locutor. O advérbio de negação ‘jamais’ reforça no substantivo ‘ideologia’ o sentido que o locutor quer dar ao termo. Mari (2001, p. 123) argumenta que no processo enunciativo “As *condições de conteúdo proposicional* permitem destacar uma dimensão linguística, ao imporem à forma proposicional contida num ato, restrições de ordem sintático-semântica, determinantes para o seu desempenho.” A partir do exemplo (27) e da discussão que Bobbio levanta abaixo, podemos confirmar as restrições que podem trazer a palavra ‘ideologia’.

> *Tanto na linguagem política prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à Ideologia pela frequência com a qual é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos* (BOBBIO, 2004, p. 585).

O Estado, segundo Althusser (1983), possui um aparelho repressor: o governo, a polícia, o jurídico; e outro ideológico. O aparelho ideológico é tão amplo que envolve instrumentos políticos, sindicais, religiosos, escolares, familiares, culturais. Nessa gama de instrumentos, o termo pode ser empregado tanto como crença quanto como matéria; tanto com significado fraco quanto com significado forte. Nos dois exemplos abaixo, verifica-se não só um conjunto de crenças, mas existência material para ‘ideologia’, conforme propõe Althusser. Já a partir dos conceitos propostos por Bobbio (2004), pode-se dizer que a palavra passa do significado fraco ao significado forte.

> (28) “A candidatura Lula é um projeto político cuja **ideologia** reconhece, postula, valoriza e propõe a primazia da pessoa humana e do trabalho sobre o capital e o lucro” (1989, v. 1, p. 39).

Neste exemplo, o item lexical ‘ideologia’ tem importante força argumentativa e todo o contexto discursivo coloca-o como centro do enunciado. Neste caso, ‘ideologia’ trata-se de instrumento político, que foi empregado com o sentido fraco, isto é, temos aí “[...] um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (BOBBIO, 2004, p. 585). A partir daí, a representação que se tem para ‘postula’, ‘valoriza’ e ‘propõe’ aponta um conjunto de crenças ligadas à existência material do conjunto de pessoas que estão relacionadas a essas crenças.

Na proposição a seguir, ‘ideologia’ é apenas um dos elementos com força de tópico, mas a construção ‘ideologia neoliberal’ reforça o sentido negativo do substantivo, que, conforme as teorias de Bobbio, tem aí um sentido forte. O locutor do PT procura passar ao leitor a ideia de que o “[...] Programa de Privatização do Estado, inspirado pela ideologia neoliberal” cria uma falsa consciência sobre sua importância para a sociedade, ou melhor, uma crença falsa, invertida, sobre o alcance social dos projetos que estavam sendo implementados com a privatização.

> (29) “[...] de um lado, em torno do Programa Democrático e Popular defendido pelo Partido dos Trabalhadores e seus aliados e, de outro, em torno do Programa de Privatização do Estado, inspirado pela **ideologia** neoliberal [...]” (2006, v. 2, p. 54).

No exemplo acima, o locutor aponta ao interlocutor uma contraposição. Tenta mostrar que os responsáveis pelo Programa de Privatização não estariam preocupados nem com a democracia, nem com o povo, e ainda estariam promovendo uma falsa consciência da realidade, construída em nome da modernização.

Abaixo, veremos como alguns instrumentos discursivos, palavras, garantem características ideológicas do PT na hora de se posicionar socialmente como entidade política.

3.2 Instrumentos de ideologia

Quando o locutor, representando o Partido dos Trabalhadores, se apropria, por exemplo, do substantivo ‘neoliberalismo’ para criticar outros grupos, isso já aponta uma posição ideológica desse locutor. Ele constrói a imagem, a identidade do “adversário”.

Escolhe usar esse item lexical porque tem conhecimento do sentido que desempenha. A observação que acabo de fazer mostra que é possível perceber a posição ideológica que o PT está adotando ao escolher esta e outras palavras, que carregam em seu bojo sentidos preestabelecidos.

Vejamos dois momentos de expressão dessa posição ideológica assumida pelo partido.

> (30) “As classes dominantes têm sua proposta de responder a esta crise com o chamado “projeto **neoliberal**”, que representa uma grande ameaça para nós” (1989, v. 1, p. 15).

Apesar de ocupar a posição de adjunto na oração, o item lexical ‘neoliberal’ apresenta importante força discursiva e tem valor negativo para quem fala e valor positivo para aquele de quem se fala. Não é possível a uma facção política considerada de esquerda usar a palavra ‘neoliberalismo’ ou suas correlações com sentido positivo, e isso pode evidenciar que existem certos signos, entre eles ‘capitalismo’, que, pelo seu teor ideológico, estariam alijados dos discursos do PT, pelo menos com um valor que confrontaria a ideologia deste partido. Isso pode ser observado na proposição a seguir.

> (31) “Muito ainda precisa ser feito para corrigir séculos de exclusão social, agravada pelo governo **neoliberal** do PSDB e PFL [...]” (2006, v. 1, p. 24).

Mais uma vez, o locutor que enuncia em nome do PT se apropria do elemento lexical, agora o adjetivo ‘neoliberal’, para se posicionar contrariamente àqueles que denomina ‘neoliberais’. Esse posicionamento mostra, acima de tudo, características ideológicas que definem o PT: está do lado oposto ao dos grupos considerados neoliberais.

O exemplo (31) trata-se de um dos raros momentos em que o PT, em seu discurso de 2006, faz uma crítica clara a outras instituições partidárias, principalmente apontando quais são essas instituições. O enunciado propõe que o problema da ‘exclusão social’ ficou ainda mais grave porque o país foi governado por um partido neoliberalista. Observa-se que

‘exclusão social’ e ‘governo neoliberal’ são os instrumentos tópicos, o que determina e reforça ainda mais o sentido do discurso.

O substantivo ‘neoliberalismo’ vem de liberalismo. Segundo Bobbio (2004), é difícil definir ‘liberalismo’, mas observa que “a história do Liberalismo acha-se intimamente ligada à história da democracia; é, pois, difícil chegar a um consenso acerca do que existe de liberal e do que existe de democrático nas atuais democracias liberais;” Bobbio observa também que há graus diferentes de desenvolvimento do liberalismo de país para país. Isto é: algumas democracias seriam, por exemplo, mais liberais, com mais incentivo aos grupos econômicos, e outras seriam mais socialistas, com mais investimentos sociais.

Conforme já observei acima, alguns aspectos do discurso do PT não alteram muito de um momento para o outro no seu percurso político, isto é: o partido mantém uma linha ideológica mais consistente tanto em 1989 quanto em 2006, quando fala sobre determinados aspectos do discurso, como ‘ditadura’, ‘neoliberalismo’, ‘capitalismo’. Porém, conforme já observei em outros momentos, há um abrandamento da fala do PT, ou mudança ideológica, quando discute em relação a aspectos como: conceitos de ‘povo’, de ‘trabalhador’, de ‘sociedade’ e até de ‘burguesia’.

A seguir, proponho uma discussão sobre os aspectos ideológicos que envolvem os sujeitos não só nas suas condições psicológicas, individuais, mas nos seus aspectos sociais, relacionados a *formações discursivas* específicas.

3.3 Ideologia e *formação discursiva*

Vários teóricos (ORLANDI, 1993, AUSTIN, 1990), inclusive os que estudam aspectos outros da língua, têm apontado a relevância que têm o momento da enunciação e a posição ideológica de quem fala como um delimitador para a construção do sentido das palavras. Isso significa que o PT, tendo em vista sua posição histórica, social, política, direcionou, com certeza, o sentido das palavras aqui analisadas.

A essa posição ideológica e direcionamento do discurso podemos chamar *formação discursiva*. As FDs são, então, práticas discursivas associadas ao lugar social do usuário. Segundo Orlandi (1993), a *Formação Discursiva* liga um lugar sócio-institucional a um

posicionamento ideológico. Pode-se falar que, a partir do estudo que venho fazendo, ‘esquerda’ e ‘direita’ são duas FDs distintas?

Tendo em vista a proposta de Orlandi, quando o locutor que representa o PT se apropria, por exemplo, da palavra ‘povo’, ou da palavra ‘esquerda’, consegue dar a esses elementos lexicais uma roupagem que se adeque às suas intenções discursivas e, logo, pode influenciar o interlocutor na construção de sentido. Isso significa que não só as escolhas lexicais, mas quem as escolhe e o contexto discursivo são determinantes para a construção do sentido. Austin (1990, p. 89), tratando dos atos de fala, pode reforçar esse argumento. Segundo ele, “[...] a ocasião do proferimento tem enorme importância e as palavras usadas têm de ser, até certo ponto, explicadas pelo contexto [...]”. Isto é, temos aí um processo de co-construção discursiva, em que o sentido do que é dito é co-negociado, co-interpretado, ou seja, o sentido é da responsabilidade de ambos os interactantes.

A partir dos exemplos a seguir, tento fazer uma análise da posição ideológica que o PT/Lula ocupa quando se manifesta, enquanto entidade política, ligada a uma *formação discursiva* específica, isto é: a um contexto interdiscursivo.

> (32) “O governo da Frente terá claro que somente com a mobilização **popular** será possível sustentar e aprofundar a **luta** contra o FMI [...]” (1989, v. 2, p. 157).

O exemplo acima traz alguns recursos discursivos que ajudam a definir as características ideológicas do Partido dos Trabalhadores. ‘Mobilização popular’ e ‘luta contra o FMI’, por exemplo, são escolhas lexicais feitas pelo locutor, cujo sentido tem por objetivo dizer que posição ocupa esse locutor diante do outro. Quando o locutor se apropria, por exemplo, de construções como ‘mobilização’, ‘luta contra’, está apontando caminhos para se colocar o discurso em prática, isto é: está mostrando a posição do partido diante de situações específicas, está mostrando a identidade do grupo e, acima de tudo, chamando o eleitor à ação. As expressões ‘mobilização popular’ e ‘aprofundar a luta’ carregam importante força ilocucional. “Uma **força ilocucional** pode ser compreendida, de modo genérico, como um conjunto de parâmetros que, atuando sobre um dado conteúdo proposicional, transforma-o em um ato [...] (MARI, 2001, p. 79).

O exemplo abaixo também traduz características ilocucionais do discurso do PT e mostra como esses instrumentos que chamam à ação ajudam a confirmar características ideológicas do partido.

> (33) “Os movimentos **sociais** e a **luta** pelos direitos humanos, [...] impulsionaram o processo de organização e participação das **pessoas** com deficiência [...]” (2006, v. 2, p. 150).

Neste exemplo, expressões como ‘movimentos sociais’, ‘luta pelos direitos humanos’ e ‘participação das pessoas com deficiência’ tematizam situações que apontam ações sociais que resgatam o caráter ideológico tanto de quem fala como de quem se fala: identidade. A preocupação com as pessoas com deficiência é mais um instrumento discursivo que pode apontar características institucionais do PT e, logo, ideológico: tentativa de incluir os deficientes na vida social.

Segundo Bakhtin, há no discurso uma dupla direção de sentido: do sujeito para a ideologia e da ideologia para o sujeito. Isto é: o locutor, ao manifestar uma postura ideológica, exterioriza esse posicionamento quando aponta um sujeito de quem fala como objeto dessa postura. “É preciso dizer que toda expressão semiótica exterior, por exemplo, a enunciação, pode assumir duas orientações: ou em direção ao sujeito, ou, a partir dele, em direção à ideologia” (Bakhtin, 2002, p. 46). Então, temos acima quatro orientações: duas em direção aos sujeitos e duas em direção à ideologia. Isto é: o discurso é construído e interpretado (ideologia) tanto pelo locutor quanto pelo interlocutor. Temos aí uma co-construção e uma co-interpretação.

Essa teia que tece a produção e a interpretação discursiva é o ponto culminante da construção do sentido. Conforme venho tentando sinalizar neste estudo, o processo se dá nas mais variadas formas de expressão: através do signo gráfico, da palavra; na forma, no sistema, no sujeito. Sendo assim, pode-se dizer que o sentido é construído no inter-relacionamento entre o formal, o situacional, o histórico-social, e acima de tudo, o ideológico.

Para confirmar a importância do raciocínio acima, vamos retomar Orlandi (1993), quando defende que o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas dos falantes, quando colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Neste mesmo sentido, Mari afirma que “O sentido [...] se mostra como resultado de configurações atreladas a uma *formação ideológica* específica que está submetida a uma *formação social* de teor mais amplo” (MARI, 2008, p. 27). Outro autor, Mainguenau (2005) defende que todas as *formações discursivas* são recortes de interdiscursos. Isto é: as formações discursivas são fronteiras frouxas e umas dependem das outras.

Isso mostra que o PT, muitas vezes, pode não ter dado conta de dar o sentido que queria ao seu discurso, já que, em determinados momentos de campanha eleitoral, o seu discurso passa a ser entrecruzado por outras *formações discursivas*. Consequentemente, outras instituições sociais detinham forte influência sobre sua fala. Sem contar que muitas vezes os partidos, objetivando justamente influenciar o outro, tentam esconder suas posturas, quando também estão se posicionando ideologicamente. Goffman (1985) chama esses disfarces de fachada, onde prevalece o tom da formalidade. Logo, a identidade é construída objetivando algum tipo de benefício.

Segundo Althusser,

> *[...] o que aparentemente ocorre fora da ideologia (mais exatamente na rua) ocorre na realidade na ideologia. Portanto o que na realidade ocorre na ideologia parece ocorrer fora dela. Por isso aqueles que estão dentro da ideologia se pensam, por definição, como fora dela: é um dos efeitos da ideologia a negação prática do caráter ideológico da ideologia, pela ideologia: a ideologia nunca diz: "eu sou ideológica* (ALTHUSSER, 1984, p. 97).

O que Althusser propõe é que não adianta ao sujeito fugir de sua condição de ser ideológico. E, para complementar essa discussão, trago Pêcheux (1988), que defende que a ideologia está atrelada não só ao sujeito, mas à língua e ao sentido, instrumentos que, em conjunto, são constitutivos do discurso (ou podem estar nele instituídos).

Pêcheux apresenta duas soluções para a sua proposta: (a) "uma *saída do sujeito para fora da ideologia*" para ir além da subjetividade do discurso, isto é: quebrar o espelho da subjetividade e entrar no realismo metafísico; (b) "*imaginar que a "ciência*" é a ideologia mais cômoda, em um momento dado e em circunstâncias dadas [...]" (PÊCHEUX, 1988, p. 179). O autor está aqui falando de empirismo, da relação da ideologia com a ciência. Pêcheux está se referindo a um momento político dado: o stalinismo, e toma como ponto de partida o que chama de "forma-sujeito" que é, para ele, um efeito e um resultado.

Para Haroche, Henry e Pêcheux, *apud* Robin (1977)

> *cada formação ideológica constitui assim um complexo conjunto de atitudes e de representações que não são nem 'individuais', nem 'universais', mas se reportam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito, umas em relação às outras* (ROBIN, 1977, p. 1).

Isso porque, segundo esses autores, conforme defende também Fiorin (1988), *formações ideológicas* comportam uma ou mais *formações discursivas*. Pêcheux (1988) e Orlandi (1993) defendem que as palavras mudam de sentido segundo as posições assumidas por aqueles que as empregam, isto é, elas mudam de sentido ao passarem de uma *formação discursiva* a outra. “O dizer, logo, nunca é só um” (ORLANDI, 1994, p. 10). É evidente também que quem ouve/lê essas palavras exerce influência sobre o sentido das mesmas.

A interpretação do discurso do PT se dá principalmente a partir do lugar político e social que ocupa quem o lê. E é em relação a esse lugar do leitor que se define, se completa, o seu sentido. Dessa forma, se há mudança no discurso do PT, o interlocutor também vai redirecionar sua interpretação. A ideologia do PT se define, então, a partir do resultado dessa interação partido/sociedade.

3.4 Formações discursivas e a construção do sentido

A partir das discussões acima, tento, agora, mostrar como é possível perceber a variação de sentido que ocorre em alguns recursos lexicais, a partir do momento que migram de uma *formação discursiva* para outra. Segundo Mari (2008, p. 26), “[...] o discurso não é também essencialmente universal, pois haverá nele traços que o caracterizam como produto de condições específicas e localizadas.”

Mari está, também, tratando de *formação discursiva* que é, segundo Fiorin (1988), a materialização da *formação ideológica*. Fiorin defende que, se uma *formação ideológica* impõe o que pensar, uma *formação discursiva* impõe o que dizer. O discurso é, segundo ele, muito mais lugar de reprodução do que de criação. Quando o locutor que representa o PT fala, suas escolhas lexicais, além de apontar características ideólogicas da política, devem estar inseridas na *formação discursiva* cujas características principais são: defender o trabalhador, lutar por igualdades sociais, criticar pessoas ou grupos considerados de direita etc.

Como isso funciona? Veja o exemplo abaixo.

> (34) “Collor é o candidato da **direita** e dos simpatizantes da **Ditadura**!” (1989, v. 2, p. 9).

Temos aqui uma afirmação: Collor (Fernando Collor de Melo, presidente deposto) tem uma relação estreita com a ‘direita’ e com a ‘ditadura’, ocasionada pela associação entre os dois signos através do conectivo ‘e’. Isso restringe os sentidos de ambos os substantivos. Ao criar uma relação de equivalência na campanha política, ambos compõem o campo dos adversários a serem batidos. Há uma estratégia argumentativa de associar Collor à direita. O enunciador tenta adaptar a imagem que faz de Collor a uma *formação discursiva* específica: direita e ditadura. Assim, ambos passam a compor campos semânticos bem próximos.

Segundo Pêcheux (1988), as palavras não só mudam de sentido segundo a posição daqueles que as usam, mas

> *[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)* (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Pêcheux observa que palavras, expressões, proposições podem mudar de sentido ao passarem de uma *formação discursiva* a outra. Para esse autor, “[...] a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido [...]” (PÊCHEUX, 1988, p. 162).

Tomemos, por exemplo, o elemento lexical ‘povo’ no discurso do PT. Conforme já foi analisado, no discurso de 1989, essa palavra parece carregar um sentido associado a categorias, como: gente sofrida, trabalhador braçal, menos favorecidos, pobres. Esse sentido é totalmente diferente, por exemplo, do sentido de ‘povo’ conclamado pelo novo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Neste caso, o elemento lexical ‘povo’ equivale a conjunto de pessoas que habitam um país.

Vamos tomar agora o elemento lexical ‘burguesia’. Ele tem origem no substantivo ‘burgo’, que era a denominação para aldeia, cidade, formações que foram surgindo com a retirada do homem do campo. Quem habitava ali eram os ‘burgueses’. Ainda na Idade Média, a palavra foi tomando, ao longo de sua trajetória de uso, outro sentido: aqueles que detêm o dinheiro, os bens materiais e depois passaram a se chamar de ‘classe média’.

Com os ideais marxistas e sua crítica ao capitalismo, o substantivo ‘burguesia’ tomou contorno pejorativo e as pessoas denominadas ‘burguesas’ passaram a ser alvo de muitas críticas. Segundo Bobbio (2004),

> *O termo Burguesia não tem sentido unívoco, podendo-se dar do conceito pelo menos duas definições (se não mais) alternativas. [...] a camada social intermediária, entre a aristocracia e a nobreza, detentores hereditários do poder e da riqueza econômica [...] a classe que detém, no conjunto, os meios de produção e que, portanto, é portadora do poder econômico e político. [...]* (p. 119).

Tomemos uma proposição que emprega o recurso lexical ‘burguesia’.

> (35) “Basta de apatia, vamos para as ruas derrotar Alckmin, a **burguesia** brasileira e os interesses do capital internacional!” (2006, v. 2, p. 256).

Verifica-se aqui que ‘burguesia’ não tem qualquer relação com ‘habitante do burgo’. E isso não significa apenas mutação genética de alguns significados dos elementos da língua. Não se trata, no caso, da camada social intermediária, entre a aristocracia e a nobreza, mas, com certeza, o discurso acima está tratando de um grupo detentor hereditário do poder e da riqueza econômica, da classe que detém os meios de produção e que, portanto, é portadora do poder econômico e político.

No exemplo acima, o imperativo ‘Basta de apatia’ aponta que existe uma situação que precisa ser mudada, mas falta atitude para promover a mudança. O locutor está chamando o interlocutor a participar dessa mudança. Ele propõe uma luta e, a partir do verbo na 1ª pessoa do plural (vamos), convida o interlocutor a participar desta luta. Os elementos lexicais com maior força discursiva são: ‘burguesia brasileira’, ‘Alckmin’ e ‘capital internacional’. Fundamentais para a construção do sentido, eles são os tópicos do enunciado.

No discurso de 2006, o substantivo ‘burguesia’ foi empregado somente quatro vezes e justamente às vésperas do segundo turno. Já em 1989, temos 19 ocorrências mais sete correlações para o mesmo substantivo. As ocorrências para ‘burguesia’, em 1989, não são tão relevantes se comparado com os números para, por exemplo, ‘povo’, ‘trabalhador’, mas a diferença de 1989 para 2006 pode ser significativa. Em 2006, ‘burguesia’ era uma denominação que, se assim posso dizer, estava caindo de moda; os ante ‘burgueses’ passaram a ser vistos como os brasileiros que estavam dando certo e, recorrer ao termo, poderia prejudicar o ganho de votos vindos desses grupos.

Outros recursos lexicais que podem estar em vários campos semânticos são, por exemplo, os termos ‘direita’ e ‘esquerda’. Na Bíblia Sagrada, direita tem um valor positivo é o lado do bem: “Sentado à direita do Pai.” e esquerda um valor negativo, o lado do mal.

> *[...] assim como o pastor separa as ovelhas dos cabritos. E colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: "Vinde, benditos de meu Pai! [..]." [...] Depois o Rei dirá aos que estiverem à sua esquerda: "Afastai-vos de mim, malditos" Ide para o fogo eterno, preparado para o diabo e para os seus anjos* (MATEUS, 25.32-41).

Agora, se tomarmos para análise o campo da política, teremos outros sentidos para os substantivos 'direita' e 'esquerda'. Os exemplos abaixo apontam que, tanto no discurso de 1989 como no de 2006, assim como 'neoliberalismo', 'capitalismo', o item lexical 'direita' tem sentido expressamente negativo.

(36) "A catástrofe anunciada pela **direita** foi evitada" (2006, v.1, p. 49).

Os instrumentos com mais expressiva força argumentativa são justamente 'catástrofe' e 'direita', que estão na condição de tópico tanto na sentença como no discurso. O interlocutor, ao ler ou ouvir a proposição acima, vai tomar como referência principalmente as palavras 'catástrofe' e 'direita'. O sentido negativo de 'catástrofe anunciada' faz destacar ainda mais o sentido negativo de 'direita'.

Segundo Bobbio (1995), os termos 'direita' e 'esquerda' nasceram durante a Revolução Francesa. Desde a Revolução Francesa, os que estavam sentados à direita estavam a favor do rei, logo, eram considerados os 'bons'. Já os que estavam à esquerda, contra, eram considerados os 'maus'. A partir daí até tempos recentes da história ocidental e do Brasil, os grupos políticos lidaram com esses dois pólos 'direita' e 'esquerda', como se o primeiro representasse a ordem, a estabilidade, a tradição e o segundo a desordem, a instabilidade, o novo.

Depois das novas transformações do mundo com discussões sobre o real sentido do comunismo enquanto proposta política e a crise do socialismo, houve várias discussões sobre os conceitos de direita e esquerda. Mas, para Bobbio,

> *"Direita" e "esquerda" são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas. Enquanto termos antitéticos, eles são, com respeito ao universo ao qual se referem, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos* (BOBBIO, 1995, p. 31).

A alegação de que os conceitos direita e esquerda tornaram-se obsoletos com a crescente complexidade das estruturas sociais e com a crise do socialismo (do comunismo, da social-democracia) não é aceita por Bobbio. Para ele, esses conceitos são claros. Direita: mais liberal, esquerda: mais igualitária.

Considerações finais sobre este capítulo

A discussão sobre ideologia foi apenas uma pincelada para tentar tratar de aspectos importantes do discurso político, principalmente construções que apontam *formações discursivas* específicas da esquerda. Conforme defendem Bobbio (2004) e Althusser (1983), 'ideologia' é um instrumento que tem sentido amplo, difícil de ser definido.

Ideologia pode ser, logo, um conjunto de crenças, valores, ideais, com determinante força discursiva e, logo, revela importantes características de quem fala: Bakhtin (2002) e Althusser (1983). Então, o sentido é construído a partir da *formação discursiva* de onde parte o falante, principalmente se levarmos em conta as características ideológicas dessa *formação discursiva*.

4 OS CONTORNOS IDEOLÓGICOS DA POLÍTICA

4.1 Instrumentos políticos e ideológicos usados pelo PT

Retomando Bobbio (2004), temos para política, a partir do sentido de *pólis* (*politikós*) a seguinte definição: "[...] tudo o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [...]" (p. 954). O autor observa ainda que "O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder." (p. 954).

Partamos, então, para uma discussão sobre aspectos políticos, isto é: relações de poder, envolvendo o PT durante o período em análise. Já que, em 2005, com a crise que atingiu o governo Lula, houve várias discussões, inclusive com publicação de livros, que abordaram a doutrina neoliberal, inicio essa discussão trazendo conceitos e debates que fazem reflexões sobre o tema. Essa doutrina é apenas uma das faces ideológicas da política, e nasceu, segundo Bobbio (1995), de um dos braços da Revolução Francesa: o liberalismo. "Das seis grandes ideologias nascidas a partir da Revolução Francesa, três são clássicas: o conservadorismo, o liberalismo, o socialismo científico; e três são românticas: o anarco-liberalismo, o fascismo (e o radicalismo de direita) e o tradicionalismo" (p. 83).

O neoliberalismo, segundo Chaui,

> *[...] é a decisão política de cortar a direção dos fundos públicos no polo dos direitos sociais ou do salário indireto, dirigindo a totalidade desses fundos ao capital [...] os direitos sociais se convertem em serviços vendidos e comprados no mercado* (2006, p. 37).

Chauí lembra que aprendeu com Chico de Oliveira[5] que "a economia e a política neoliberais surgiram como a solução capitalista para a crise do Estado do Bem-Estar Social" (2006, p. 36). Isso porque, conforme afirma Bobbio (1997), os próprios neoliberalistas decretaram a morte do *Welfare State*. Da mesma forma, Guimarães (2004) defende que, devido ao domínio do paradigma neoliberal, tornou-se corrente a tese da falência do *Welfare State*. Para Guimarães, a vitória de Lula nas eleições de 2002 foi também uma vitória contra o paradigma neoliberal, porque, segundo Guimarães, FHC era um liberal com valores mercantis (p. 71). Estavam esses teóricos se posicionando ideologicamente para defender a esquerda

[5] Sociólogo. Um dos fundadores do PT.

como a facção capaz de voltar a fazer valer as regras do *Welfare State*? A resposta é sim. Eles se posicionam ideologicamente, contra outra postura ideológica: o neoliberalismo.

A doutrina neoliberal tomou voz nas últimas décadas do século XX e propõe a redução do papel do Estado nas esferas econômica e social. As críticas acima, a partir de Chauí, apontam o posicionamento de um grupo de intelectuais contrários a essa doutrina. Esse é também o posicionamento do PT nos dois momentos que antecedem as eleições para presidente da República.

A ocorrência do item lexical neoliberalismo, no discurso do partido, apesar de pequena, é significativa, pois tem o mesmo viés ideológico crítico à doutrina neoliberal em ambos os momentos: 1989 e 2006. O substantivo foi empregado uma única vez no discurso de 1989, com mais cinco correlações, quando foi usado o adjetivo ‘neoliberal’. Já em 2006, houve quatro ocorrências mais 17 correlações, também com o adjetivo ‘neoliberal’. Em 2006, o número de ocorrências foi maior e esse fato se justifica porque uma das estratégias do PT naquele momento era criticar as privatizações em cadeia ocorridas no governo do PSDB, quando ocupava a presidência Fernando Henrique Cardoso. Com isso, o PT estaria criticando também o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin.

A seguir, tento abordar a progressão discursiva, desde o recurso da palavra, até alguns aspectos argumentativos com força de influência política. O poder da retórica, a persuasão desde a idade clássica até nossos dias e seu sentido no discurso do PT.

4.2 A palavra com função ideológica

É da palavra, no seu sentido mais amplo, que o PT se apropria para falar aos seus eleitores, para conquistá-los, para se expressar enquanto instituição política.

> *Somente o homem, entre todos os animais, possui o dom da palavra; a voz indica dor e o prazer, e por essa razão é que ela foi outorgada aos outros animais. Eles chegam a sentir sensações de dor e de prazer, e fazerem-se entender entre si. A palavra, contudo, tem a finalidade de fazer entender o que é útil ou prejudicial, e, consequentemente, o que é justo e injusto* (ARISTÓTELES, 2004, p. 14).

Logo, a finalidade da palavra no discurso do PT, principalmente em 1989, não foge, em absoluto, ao que defende Aristóteles. O locutor propõe um posicionamento ideológico que

vai direcionando as características não só de seu discurso, mas também do interlocutor que é implantado na sua frente. Temos aqui construção de imagens, de impressões, conforme Goffman (1985). O locutor diz quem é esse sujeito e espera convencê-lo a se portar ideologicamente de uma determinada maneira.

> (37) "Na escola da vida e da militância política, aprendi muito cedo a conhecer e combater as farsas utilizadas na sociedade brasileira para manter nosso **povo** dominado [...]" (1989, v. 1, p. 181. Lula falando em Carta à comunidade negra).

No exemplo acima, o adjetivo 'dominado' dá ao substantivo 'povo' uma condição de impotência, fraqueza, submissão. É assim que o locutor retrata seu interlocutor e isso tem um sentido ideológico que Bobbio chama de conceito fraco, cuja função é orientar o comportamento coletivo. Principalmente no discurso de 1989, o PT/Lula se posiciona como porta-voz de um discurso cujo objetivo é influenciar o comportamento social.

> (38) "Na **luta** contra as injustiças e a miséria, aprendi que sem democracia não chegaremos a uma sociedade nova e solidária" (1989, v.2, p. 115).

Nota-se que o substantivo 'luta' está topicalizado, porque o sujeito da oração, Lula, se retrai, dando destaque para a ação dele. Temos aí a voz de Lula que fala pelo Partido dos Trabalhadores, mas também se coloca como entidade individual, pessoa, que lutou contra 'injustiças' e 'miséria'. Levando a fala para a esfera do PT, este, enquanto partido político, se coloca como entidade que terá autoridade para sanar essas mazelas desequilibrantes da estrutura social. Quem, então, ficará na condição de prestar obediência?

Segundo Aristóteles, "A autoridade e a obediência não só são coisas necessárias, mas ainda são coisas úteis. Alguns seres, ao nascer, se veem destinados a obedecer; outros, a mandar" (ARISTÓTELES, 2004, p. 22). O autor explica o sentido dessa divisão de posições argumentando que alguns indivíduos são inferiores aos outros. Falando de um mundo mais contemporâneo, Chauí (2006) vem corroborar o discurso de Aristóteles, mas defende que as relações sociais de hoje foram definidas nos modelos escravistas.

> *Penso que, se tomarmos a sociedade brasileira pelo que ela é ou tem, podemos dizer que, instituída pela economia escravista, conservou os traços que lhe imprimiu o senhor de escravos: é uma sociedade autoritária, vertical, hierárquica, fundada em relações sociais de mando e obediência, nas quais há sempre um superior e um inferior* (CHAUI, 2006, p. 49).

Os representantes do Partido dos Trabalhadores não podem, nessa situação específica, ser relacionados nem ao homem clássico nem aos sistemas escravistas que contribuíram para a formação social e econômica do Brasil. Mas, quando o PT critica outras entidades, grupos políticos, pessoas políticas, está colocado na posição inferior ou superior? De obediência ou de mando? Tudo isso dá um expressivo viés ideológico ao posicionamento político desse partido. O PT parece querer convencer o outro, construindo para si a imagem do partido melhor qualificado ideologicamente para minorar as injustiças sociais. Assim, é recorrente em seu discurso retratar o povo como sofredor, vítima de políticas que não os atendem, como a privatização em cadeia ocorrida no governo de FHC.

Segundo Althusser, "Todos os aparelhos do Estado funcionam ora através da repressão, ora através da ideologia" (1983, p. 73), mas a ideologia está a serviço dos aparelhos repressivos. Isso significa que a postura do PT ou de qualquer outro partido, de tomar as rédeas da história, levando-se em conta essa proposta, é coerente. Aristóteles, todavia, pondera que o princípio essencial do governo democrático é a liberdade. E, sobre a natureza da democracia, Aristóteles já dizia que "os pobres possuem mais autoridade do que os ricos, porque são em maior número, e os seus decretos possuem força de lei" (2004, p. 213). Contudo ele em seguida argumenta:

> *[...] fazer concessões aos pobres é a mesma coisa que verter em barril furado. Contudo, o legislador realmente dedicado ao povo deve fazer com que a população não caia em excessiva indigência, pois essa é uma das razões que põem a perder a democracia* (p. 221).

Observa-se que a atitude e até a suposta preocupação do Partido dos Trabalhadores com o povo tem grande relação com os argumentos de Aristóteles, o que pode significar que o sentido da ação política não mudou muito de lá para cá. E, apesar de poucos exemplos desse tipo de discurso em 2006, é possível ainda deparar com situações em que o interlocutor/eleitor é colocado na condição de sujeito submisso e dependente dos moldes de ideologias políticas dominantes, das quais o PT se coloca como opositor. Temos, então, a imagem do eleitor, construída pelo PT, a partir da própria identidade do partido. Os exemplos abaixo mostram isso.

> (39) "Apesar desses avanços, segue em curso no contexto nacional o mesmo contraste que se pode observar no restante do planeta entre os elevados propósitos firmados na

> Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e a dura realidade de violações e vulnerabilidade a que os **povos** estão submetidos" (2006, v. 2, p. 109).

Na proposição acima, o instrumento discursivo 'povo' é colocado logo após uma vasta explicação iniciada com o modalizador 'apesar', que aponta uma adversidade. "Apesar dos avanços [...]", o povo ainda está submetido a uma 'dura realidade'. Quem diz isso é o locutor que fala em nome do PT, que assume a posição de preocupado com a realidade de um povo.

Vamos a outro exemplo.

> (40) "Adotamos como conceito fundamental a **inclusão social** para possibilitar o acesso aos direitos fundamentais, dos quais grande parte da **população** está alijada" (2006, v. 1, p. 93).

Neste exemplo, a expressão 'inclusão social' tem relação direta com 'população alijada'. O discurso foi proferido em 2006, época em que, conforme já observei, o Partido dos Trabalhadores tentou manter um diálogo mais ameno sobre os problemas sociais gerais, já que preferiu falar para grupos. Mas ainda aqui, percebe-se esse posicionamento do PT como entidade que pretende exercer forte influência e que tenta representar os grupos para os quais fala, grupos esses colocados na condição de potenciais dependentes, mesmo que seja apenas de orientações discursivas.

As questões políticas, sociais e culturais que Aristóteles então discutia viraram, nos nossos dias, estereótipos, mas continuam afetando a vida da sociedade nos seus mais diversos aspectos, principalmente na política, onde o jogo de interesses pode muito bem combinar discurso, submissão e proteção, esta última palavra no seu sentido mais perverso.

> *Explicamos que o escravo serve ao senhor para as necessidades da vida, e assim é evidente que de pouca virtude ele precisa, somente o necessário para que a negligência e o mau comportamento não o façam descurar dos seus trabalhos* (ARISTÓTELES, 2004, p. 43).

Assim pode ser o processo político: a função do eleitor é apenas votar. A participação efetiva se dá apenas na hora do voto. Nada mais precisa fazer, além de depositar o seu voto como sinal de bom comportamento como cidadão que não foge de suas funções sociais.

No sub-tópico a seguir vou discorrer um pouco sobre a história do PT, sobre características que apontam e reforçam sua linha ideológica e sobre situações que comprovam possíveis mudanças no discurso e na conduta do partido.

4.3 A história com função ideológica - aspectos históricos sobre o PT

Fruto das lutas dos movimentos sociais e sindicais urbanos e rurais, ocorridos na segunda metade da década de 1970, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em fevereiro de 1980. Segundo as propostas de fundação, o objetivo do PT seria alcançar uma sociedade socialista-democrática ou uma democracia-socialista. Uma vez que o movimento comunista já estava em crise, a nova sigla política, que se intitulava de esquerda, pode ter procurado deixar a palavra na periferia da documentação que formalizava a constituição do partido. Líderes sindicais de grande destaque, intelectuais progressistas, movimentos estudantis eram os grupos que compunham e de quem os representantes do PT esperavam todo respaldo e apoio. Com um discurso antipatronal, com características socialistas, Lula trocou a vida sindical pela vida política.

Na crise de 2005, com a CPI do mensalão, depois de denúncias da existência de um esquema montado pelo publicitário Marcos Valério, para 'irrigar' o 'caixa 2' do PT, objetivando o financiamento de campanha, Lula, como presidente e membro do PT, foi acusado de se omitir diante das denúncias veiculadas na mídia. Conforme publicação de capa pela revista *Carta Capital* de 13.08.2005, com a crise do 'mensalão', conforme ficou conhecido o esquema, o PT, "[...] uma experiência única no sistema político brasileiro [...]" (p. 26), poderia não sobreviver. Segundo a revista, o Partido dos Trabalhadores "Não era uma dissidência da costela dos partidos tradicionais. Era uma alternativa diferente de todas as que foram criadas a partir de uma cisão entre políticos tradicionais. Surgiu um partido de massas e não de quadros" (p. 32).

Petit observa que a "crise do PT é a mais profunda crise da esquerda brasileira. Para o bem e para o mal, foi o PT a vanguarda política da nossa esquerda nos últimos vinte anos [...]" (PETIT, *apud* DIAS *et al*, 2006, p. 211). Isso mostra que houve uma mudança de comportamento no partido, o que pode corroborar os meus comentários, acima levantados, isto é: o discurso de 1989 é diferente do discurso de 2006 e os fatos podem comprovar essa

mudança de comportamento e, logo, de discurso. Alguns autores, entre eles Iasi (2006) e Chauí (2006), chegaram a apontar características neoliberais no PT depois da crise.

Desde a fundação do partido, sempre houve um grupo mais radical, de esquerda e outro mais moderado e, entre esses, pode-se dizer, estava Lula. O partido e, principalmente Lula, não se considerava comunista e fugia das ligações com ideologias de Marx e Lenin. Antes de ingressar definitivamente na política, perguntado por um repórter se era leninista, Lula teria respondido ironicamente: "Não. Sou torneiro mecânico". Ele estaria falando da principal marca de seu partido: grupo de gente trabalhadora, cujo objetivo seria lutar pela valorização do trabalhador comum. Tem-se aí mais um recurso para reforçar a identidade de Lula/PT.

Alguns militantes do PT esperavam construir, nos moldes leninistas, o partido de vanguarda da classe operária. Mas com o passar do tempo, a estabilidade político-ideológica do Partido dos Trabalhadores manifestou que ali predominavam características mais moderadas. Alguns desses militantes, sentindo-se abandonados, em 1994, deixaram o PT e fundaram o Partido Socialista dos Trabalhadores-Unificado (PSTU).

Anos depois, dezembro de 2003, entre brigas e denúncias, vários integrantes do partido foram expulsos e receberam da mídia o título de 'radicais'. A partir daí, outros integrantes, entre eles intelectuais, deixaram o PT e alguns dos componentes desse grupo fundaram o P-SOL. O documento preparatório da Plenária de Consulta Popular, produzido pelo P-SOL em junho de 2004, faz a seguinte denúncia:

> *Com a chegada de Lula ao governo Federal, inclinações que estavam presentes há vários anos e que, para muitos, já eram determinantes na trajetória do PT – inclinações ao oportunismo, à burocratização, ao pragmatismo, à corrupção – tornaram-se irreversíveis. A elas, soma-se a adesão doutrinária a um neolibealismo radical* (P-SOL, jul. 2004).

Entre os intelectuais que deixaram o PT, estavam Cristóvam Buarque, Frei Betto e o ex-reitor da UFRJ, Carlos Lessa. Nem todos os intelectuais se filiaram ao P-SOL, mas não faltaram argumentos e críticas entre os que abandonaram o partido. Cristóvam Buarque disse que o PT fazia parte da elite brasileira e alguns manifestaram que já não consideravam o PT um partido de esquerda, pois havia se transformado numa máquina eleitoral e burocrática, cujas propostas já não representavam os interesses da classe trabalhadora, de onde o partido teria saído, levando, inclusive, o nome.

Abaixo, apresento alguns parágrafos que, a partir da vida de Lula, discorrem sobre a história do PT. O objetivo é tentar mostrar, com base em informações levantadas através da

imprensa e de personagens políticos, aspectos que falem de mudanças no comportamento do partido.

4.4 Lula: um símbolo?

De torneiro mecânico a líder sindical, Lula se tornou, talvez, o maior expoente da política brasileira. Ele concorreu e perdeu três eleições para a presidência da República (1989, 1994 e 1998), mas ganhou duas (2002 e 2006-reeleito).

Petit (*apud* DIAS *et al*, 2006) observa que Lula, ao vencer as eleições de 2002, confirmava que "sua história de vida e trajetória político-sindical o transformaram na liderança política mais respeitada do país [...]" (p. 180). A cada eleição, desde 1982, quando se candidatou a deputado Federal, não só Lula, mas o PT se fortalecia mais e mais. Em 2002, a vitória se deu a partir de uma situação contraditória para a ideologia do partido: a dupla candidato/vice se formou com um empregado forte: candidato a presidente e um patrão fraco: candidato a vice.

Em 1989, primeira eleição direta para a presidência da República desde 1960, apenas um pequeno número de empresários apoiou Lula. Em 2002, o Partido dos Trabalhadores estaria se aliando aos patrões? A contradição não foi muito questionada nem pela mídia nem por outras facções políticas denominadas de esquerda, muito menos pelos eleitores. As coligações que sustentaram a candidatura de Lula em 2002 foram: PT, PL, PC do B, PCB e PM.

O que importa é que parece que a dupla estava dando certo. De acordo com Petit, em 2003, as exportações brasileiras cresceram 20%, enquanto o índice do crescimento do comércio mundial foi de apenas 3%. Entre março de 2004 e fevereiro de 2005, as exportações ultrapassaram, pela primeira vez, a marca dos US$ 100 bilhões. Em 2004, a balança comercial brasileira teve um superávit de 33,6 bilhões de dólares. Um novo recorde. Lula suspendeu as privatizações e, conforme divulgações na mídia, não deu atenção à ALCA, puxando os negócios para o MERCOSUL. Tentou, ainda, fortalecer o papel do Estado em oposição à tese do Estado mínimo.

Segundo os números do IBOPE, em 2005, depois da crise, Lula tinha 33% de aprovação. "Qualquer outro presidente teria caído. São mais lulistas do que petistas", teria dito Carlos Augusto Montenegro, diretor do IBOPE.

Considerações finais sobre este capítulo

Aristóteles fala de aspectos do discurso e do comportamento político que trago aqui como posicionamento ideológico. Ele mostra o poder da palavra como instrumento para fazer entender o que é bom ou ruim e fala como funcionam as atitudes de mando e obediência nas relações de poder. A partir de Aristóteles, confirma-se que ideologia como presença de ideias que possam guiar as ações políticas, muito serve para orientar os comportamentos coletivos, isto é: o sentido fraco do termo, proposto por Bobbio, pode ser determinante.

Outro aspecto relevante deste *capítulo* é a pincelada que dou sobre a história da vida política de Lula relacionada à história do PT. Verifica-se, neste quadro, que, a partir desses aspectos históricos, pode-se confirmar, mais uma vez, mudança de posicionamento discursivo no partido. Não se trata, acredito, da constituição de uma nova *formação discursiva*, mas pode-se dizer que houve mudanças ideológicas importantes, principalmente porque entidades intelectuais, políticas e também a mídia sinalizam essas mudanças.

A partir desse breve histórico político-ideológico, trago, no próximo *capítulo*, novas discussões, com dados e números, que confirmam prováveis importantes mudanças na *formação discursiva* do PT.

5 ASPECTOS POLÍTICOS DO DISCURSO DO PT

5.1 A palavra como índice de comportamento político

Se o professor escreve no quadro a palavra '**povo**', dado aluno, com seu arquivo mental, sua história, sua cultura, vai relacionar tal palavra com algum contexto de sua vida ou com um significado maior, que vai gerar nela um sentido específico. Ninguém interpreta uma palavra isoladamente, mesmo que ela esteja isolada, pois a insere em uma rede de correlações mentais ou visuais. Não estou afirmando, com isso, que devemos analisar palavras isoladamente, mas este seria apenas um patamar da análise que ficaria circunscrito a objetivos específicos, conforme vem sendo mostrado neste pequeno estudo.

Robin (1977) faz uma crítica aos historiadores, ao dizer que eles defendiam relações isomórficas entre léxico e comportamento político. A autora nega a possibilidade de se tomar a palavra como índice de comportamento político, mas vejo que isso é possível, pelo menos sob certas condições. Neste estudo, por exemplo, as palavras das quais me aproprio são instrumentos de comunicação com força ideológica, garimpados em um discurso específico, em uma situação específica, com direcionamento específico.

E a análise desses recursos lexicais não fica no nível da palavra. Todos os itens lexicais selecionados estão contextualizados. O contexto é o discurso do PT nas campanhas publicitárias para presidente da República nas eleições de 1989 e 2006. Mas, se é assim, eu diria que minha pesquisa, no âmbito da garimpagem de palavras, tem, acima de tudo, um semanticismo pragmático, por ser um léxico visto em sua eficácia de uso pelo PT, mesmo que, para as circunstâncias de análise, tenham sido computadas ocorrências numéricas de certos termos pela sua relevância política admitida.

A partir do termo 'simulação', Robin (1977) defende também que o usuário pode tomar de empréstimo de um outro grupo um vocabulário para sustentar o discurso do seu grupo. A autora defende que qualquer usuário da língua pode sustentar um discurso que não é seu. De fato isso é uma verdade, mas, neste estudo, como se trata de análise do discurso político, sustento que, mesmo que haja 'mascaramento', no discurso, ele passa a ter outro sentido perante o interlocutor/destinatário/interpretante, que vai se posicionar principalmente de acordo com o que está dito/escrito, mas também considerando quem o diz/escreve, de onde é dito/escrito.

Estou estudando o uso, e nele, pode estar presente o mascaramento. E o mascaramento, como o uso, também tem sentido. É claro que o locutor pode estar só fazendo uma simulação discursiva, não assumindo seu conteúdo, mas isso terá também um peso no sentido do discurso, pois está lá, foi enunciado. Talvez não pese tanto na ideologia do locutor, mas no sentido do discurso, sim. O grande número de ocorrências da palavra 'social' em 2006, por exemplo, sinaliza que não se trata de simulação discursiva, mas de mudança de posicionamento.

Vejamos um exemplo

> (41) "Construir um projeto pedagógico baseado nos princípios da diversidade, igualdade e justiça **social**" (2006, v. 2, p. 178).

Observa-se que os substantivos 'igualdade' e 'justiça' são instrumentos discursivos que foram se incorporando a movimentos políticos, sociais, principalmente a partir da Revolução Francesa. Porém, 'diversidade' trata-se de um termo novo, que vem se estabilizando principalmente no século XXI, a partir da garantia de defesa dos direitos humanos, através da Organização das Nações Unidas, fundada em 1945. Isso aponta que, em política, o situacional, o histórico, delimitam, interferem, dão instruções sobre o que dizer e como dizer.

Logo, pode-se afirmar que há mascaramento na última campanha para presidente da República com relação à palavra 'sindicato'? Em 2006, essa palavra foi empregada apenas oito vezes, com mais sete correlações, contra 57 ocorrências, além das 153 correlações, em 1989. Acredito não se tratar de uma questão de mascaramento, mas de mudança de posicionamento, de interesse e até mesmo mudança na ideologia do partido em relação às questões sindicais na última eleição. Veja que, a partir desses números, é possível defender a possibilidade de se tomar a palavra como índice de comportamento político. Isto é: verifica-se, aqui, a possibilidade de isomorfismo entre léxico e posição política. Ao evitar o recurso lexical 'sindicato', o PT manifesta um novo comportamento político em relação às entidades sindicais, tão conclamadas antes.

Defendo aqui que as palavras tanto têm sentido em si mesmas como esse sentido é também determinado pela *formação discursiva* e, logo, ideológica, de quem as enuncia ou se apropria delas. No discurso do PT, o sujeito da enunciação faz escolhas lexicais, tendo em vista um conjunto de fatores históricos, sociais, culturais que o cercam. Bakhtin (1981) fala

que a palavra é extraída pelo locutor de um estoque social de signos e "a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais" (p. 113).

Podemos falar, também, em dissimulação. Ela se dá quando as palavras escolhidas tentam justamente esconder características ideológicas. Se um locutor está usando palavras que não são de seu grupo social e se isso é possível, também isso pode ser uma estratégia dele ou uma mudança natural de posicionamento. Nós nos apropriamos do discurso do outro quase que automaticamente, pois, conforme registrou Bakhtin (2002), nada é novo no meu discurso, porque todas as palavras que eu uso já foram ditas. Assim, toda fala é determinada a partir de um exterior sócio-histórico, mas não podemos eliminar de todo a vontade do sujeito falante, sua intencionalidade.

Avaliemos o discurso abaixo:

> (42) "Possibilitar a capacitação contínua da **população** nas habilidades de uso das tecnologias [...]" (2006, v. 1, p. 257).

Há nesse discurso um tom de necessidade de se fazer, com verbo no infinitivo, uma característica da campanha de 2006, em cujo discurso há grande recorrência de verbos que elencam objetivos, metas. O locutor não está direcionando o seu discurso a um grupo específico. O destinatário parece ser o conjunto do povo brasileiro.

Em 1989, seria inviável ao PT falar de tecnologia ao seu interlocutor. A grande parte de seus eleitores era advinda das camadas da população que tinham nenhum ou pouco acesso às tecnologias. O partido apropriou-se, então, do discurso da direita? Está propondo o diálogo com outro tipo de interlocutor? Authier-Revuz observa que

> *O 'dialogismo' do círculo de Bakhtin, como se sabe, não tem como preocupação central o diálogo face a face, mas constitui, através de uma reflexão multiforme, semiótica e literária, uma teoria da dialogização interna do discurso. As palavras são, sempre e inevitavelmente, 'as palavras dos outros'[...]* (1990, p. 26).

Isso significa que, tendo em vista mudanças históricas, sociais, culturais e até econômicas, era hora de haver também mudança no discurso do Partido dos Trabalhadores. Essas mudanças podem aproximar ou afastar seu discurso do discurso de outros partidos. Authier-Revuz (1990) acrescenta que tanto no sujeito quanto no seu discurso está a presença

do outro – heterogeneidade discursiva –, que influencia todas as produções linguageiras de quem fala. Essa influência envolve relações históricas, sociais, discursivas e psicológicas.

No subtópico abaixo, a partir dos quadros analíticos e comparativos referentes às palavras garimpadas em 1989 e 2006, tento confirmar a importância da palavra como instrumento de comportamento político, inclusive com forte expressão ideológica.

5.2 As palavras e a construção do sentido no discurso do PT

Vou me ater, neste primeiro momento, aos recursos lexicais que mais foram recorrentes, tanto na campanha de 1989 como na de 2006. São eles: 'povo', 'sociedade' e 'trabalhador'. Na campanha de 1989, a palavra 'povo', por exemplo, foi empregada 354 vezes nos textos analisados. Somando todas as correlações que ocorreram, foram garimpadas um total de 1.422 palavras/expressões com o sentido de 'povo'.

Critérios	**Exemplos**
1. formações cognatas	povo > população, popular, público
2. semelhanças semânticas de uso	povo > os mais pobres, famílias mais pobres, nossa gente, comunidades
3. extensões metonímicas	povo > Brasil, país, nação, sociedade

Fig. 1: campo semântico de 'povo'
Fonte: dados da pesquisa

Estas correlações para formar o campo semântico de 'povo' referem-se tanto a elementos lexicais cognatos (raiz ou radical comuns), como a construções com aproximação semântica. Em ambos os casos, é possível usar o critério de substitutabilidade sintático-semântica para justificar a semelhança de sentido. Assim, a partir do substantivo 'povo' temos, por exemplo: 'população', 'popular', 'público', que são elementos cognatos, com raiz comum, mas temos também: 'os mais pobres', 'comunidades', que, apesar de não terem a mesma raiz de 'povo', pelo menos no discurso do PT referente à campanha de 1989, fazem parte do mesmo campo semântico de 'povo', conforme o exemplo abaixo.

> (43) “[...] um Brasil com a mesma situação de fome, miséria e abandono para **a maioria [**...]” (1989, 148, v. 2).

O sintagma nominal ‘a maioria’ tem aqui o mesmo sentido de ‘povo’ e foi empregado em outras situações pelo partido com o mesmo sentido. Veja que o discurso relaciona a expressão ‘a maioria’ com situações negativas vividas pelo ‘povo’, com quem o PT contava naquele momento, já que esperava ser eleito pelas classes trabalhadoras. Essas ‘classes trabalhadoras’ equivaliam a ‘povo’ e se tomarmos ‘povo brasileiro’, podemos ter, na expressão acima ‘[...] um Brasil com a mesma situação de fome [...]’, uma extensão metonímica para ‘povo’. Mas é importante lembrar que, em 2006, a palavra ‘povo’ passa a ter um sentido mais restrito, associado a situações de exclusão/de minorias específicas:

> (44) “Fortalecer as instituições dos **povos indígenas** para a oferta de educação de qualidade [...]” (2006, v. 1, p. 197).

> (45) “Nunca se fez tanto pela inclusão da **população negra**” (2006, v. 2, p. 197).

Observa-se que, nos casos acima, o sentido de ‘povo’, representado nas expressões em destaque, parece restringido, isto é: não está sendo levado em conta o conjunto da população, mas grupos sob condições sociais específicas. Porém, falando de e para cada grupo especificamente, o Partido dos Trabalhadores mostra que está tentando dar atenção especial a todos, o que pode justamente ampliar o sentido de ‘povo’ para ‘população negra’, ‘povos indígenas’, ‘homossexuais’ e outras palavras ou expressões para as quais seja possível estabelecer equivalência semântica com ‘povo’.

Em 1989, ‘povo’ significava ‘trabalhadores’, ‘marginalizados’, ‘mais fracos e humilhados’, ‘classes oprimidas’. Já em 2006, ‘povo’ parece tratar-se justamente de toda a população brasileira, a partir de cada grupo. Tem-se aqui uma esquerda não mais ligada somente à classe trabalhadora, mas que busca defender os interesses dos vários movimentos sociais. Uma esquerda dita moderna, atualizada, em consonância com os novos problemas que surgiram contemporaneamente. É a esquerda que tenta incorporar outras bandeiras, além da bandeira em defesa do trabalhador e do anticapitalismo.

Na campanha de 1989, o substantivo ‘sociedade’ foi empregado 232 vezes, com mais 353 correlações, conforme indicadores já apontados, o que gerou um total de 585 palavras garimpadas. Já na campanha de 2006, a ocorrência do mesmo substantivo teve uma

frequência bem próxima à de 1989, isto é: em 2006, houve um total de 240 usos. Porém, é importante destacar que houve um total de 872 correlações para a palavra ‘sociedade’, o que equivale a mais do que o dobro das ocorrências levantadas em 1989, fato que gerou um total de 1.112 palavras/expressões com sentido de sociedade. Só para ‘social’, houve um total de 815 ocorrências em 2006.

Constata-se com isso que, em 1989, o discurso do PT foi mapeado a partir do substantivo ‘povo’, cujo sentido já foi definido acima. Porém, em 2006, o discurso toma uma nova direção e, nesse momento, a palavra ‘sociedade’ parece se adequar mais aos objetivos do partido, que busca uma interlocução mais ampliada com o eleitorado. Isso é uma marca importante no direcionamento do sentido no discurso do PT.

> (46) “[...] a igualdade racial passou a ser configurada como meta e um grande desafio para a gestão pública e a **sociedade** em âmbito nacional e internacional” (2006, v. 2, p. 199).

Acima, o recurso à palavra ‘sociedade’ está vinculado a ‘igualdade racial’, isto é: o partido faz construções buscando especificar grupos. Em 2006, conforme tenho observado, novas construções para o substantivo ‘sociedade’ foram costurando o discurso do PT.

> (47) “Desenvolver um amplo programa de fiscalização **socioambiental** na mineração [...]” (2006, v. 2, p. 27).

Palavras como ‘socioambiental’ e ‘socioeducativo’, que não ocorreram no discurso de 1989, povoam de maneira até expressiva o discurso de 2006. O adjetivo ‘socioambiental’ foi empregado 19 vezes em 2006. Esse número pode ser relevante se considerarmos que, em 2006, ‘sociedade’ já não tem o sentido tão próximo do sentido que carregam os itens lexicais ‘povo’ e ‘trabalhador’. Isso pode confirmar que, em 2006, o PT tenta direcionar o discurso para o maior número possível de grupos que possam representar o eleitorado brasileiro.

Critérios	**Exemplos**
1. formações cognatas	Sociedade > social, socialização, socialmente
2. semelhanças semânticas de uso	Sociedade > não houve
3. extensões metonímicas	Sociedade > não houve

Fig. 2: campo semântico de ‘sociedade’
Fonte: dados da pesquisa

Quanto à palavra ‘trabalhador’, esta foi encontrada 527 vezes na campanha de 1989. Somadas mais 865 correlações, houve um total de 1.392 elementos lexicais. Já em 2006, o mesmo elemento lexical foi citado 159 vezes, acrescido de mais 380 correlações, com um total de 539 palavras. Aqui, diferentemente do que ocorreu com a palavra ‘sociedade’, houve um decréscimo acentuado da recorrência da palavra ‘trabalhador’ e correlações.

O que significa isso? Conforme já observei, em 2006, o objetivo do PT parece ser ampliar o leque de interlocução com todas as camadas sociais, grupos, povos. Então, falar só para o trabalhador poderia significar perda de voto, já que outros grupos, inclusive trabalhadores não braçais, passaram a representar parcelas importantes do eleitorado.

Critérios	**Exemplos**
1. formações cognatas	trabalhador > trabalhar, trabalho, trabalhista
2. semelhanças semânticas de uso	trabalhador > operário, classe trabalhadora, camponeses, assalariados, lavrador
3. extensões metonímicas	trabalhador > povo, com sentido de trabalhador

Fig. 3: campo semântico de ‘trabalhador’
Fonte: dados da pesquisa

Vamos tomar agora outro elemento lexical que parece ser representativo da ideologia do Partido dos Trabalhadores: ‘operário’, que foi garimpado como correlação para ‘trabalhador’.

> (48) “Lula é o primeiro da cédula eleitoral, é o primeiro candidato **operário** de nossa história [...]”, (1989, v. 2, p. 13).

Em 2006, o recurso lexical ‘operário’ foi empregado uma única vez no discurso do Partido dos Trabalhadores. Já em 1989, houve 32 ocorrências, mais duas para ‘classe operária’. Essa informação tem também importante representatividade na construção do sentido do discurso. Em 1989, Lula estava se candidatando pela primeira vez à presidência da

República e o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, a partir de movimentos sociais, tinha como marca principal o trabalhador braçal, das fábricas, que naquele momento era chamado de operário.

Em 2006, conforme já discorri, o Partido dos Trabalhadores buscou um diálogo mais abrangente e o recurso lexical ‘operário’ já não poderia ser o único símbolo para trabalhador, pois outros setores, inclusive de serviços, cresciam cada vez mais no mercado de trabalho. Retomando Robin (1977), é claro que não disse que se as palavras de um discurso “são etiquetadas de esquerda” o discurso é que é de esquerda.

O que defendo é que a recorrência de certos elementos lexicais e o formato da construção discursiva podem apontar características ideológicas do locutor. O exemplo (47) (“Desenvolver um amplo programa de fiscalização **socioambiental** na mineração [...]” (2006, v. 2, p. 27)) pode ajudar a confirmar o meu argumento. Conforme observei acima, em 2006, o PT tem um posicionamento discursivo voltado para novos aspectos da sociedade, como grupos, meio ambiente.

Outros instrumentos lexicais, como ‘luta’, ‘sindicato’, ‘companheiro’ também tiveram ocorrências importantes. Mas, assim como aconteceu com o substantivo ‘operário’, de 1989 para 2006, houve um decréscimo no uso dessas palavras pelo partido. Conforme já analisado em outros momentos, confirma-se que, em 2006, há uma tendência para um discurso generalista, isto é: o locutor/PT busca todo o conjunto da sociedade e recorre menos a palavras/expressões que delimitem o número de interlocutores.

Para o substantivo ‘luta’, talvez a maior expressão de chamamento à ação no discurso do PT, foram levantadas, em 1989, as seguintes correlações: ‘lutar’, ‘luta de classes’, ‘sacrifícios’, ‘batalha’. Já em 2006, temos apenas o verbo ‘lutar’. O que isso representa? Mais uma vez devo dizer que, em 2006, buscou-se um novo sentido para o discurso do PT, e evitar algumas palavras/expressões era garantia da sustentabilidade desse novo sentido.

Da mesma forma ocorre com o substantivo ‘sindicato’. Em 1989, esse item lexical foi empregado 57 vezes, além das 152 correlações, enquanto que, em 2006, o substantivo aparece apenas oito vezes, com mais sete correlações. O elemento lexical ‘sindical’, por exemplo, ocorreu 116 vezes em 1989 e apenas seis vezes em 2006. Naquele momento, 1989, os movimentos sindicais estavam no auge, e tematizar o assunto era obrigação para um partido que nasceu desses movimentos.

Porém, em 2006, já não era tão bom falar em sindicalismo. Os sindicatos estavam enfraquecidos devido à crise econômica e ao desemprego, além das denúncias de corrupção envolvendo dirigentes sindicais. Veja que essas questões, de cunho histórico, social,

ideológico, vão definindo a postura do partido e, logo, o sentido de seu discurso. Essas transformações podem significar, inclusive, que o PT teria uma nova proposta de trabalho.

O PT estaria virando um PFL (Partido da Frente Liberal), já que estava perdendo o compromisso com essas palavras? Provavelmente não, mas estava buscando novas estratégias para se manter no poder, inclusive alianças com grupos que o ajudassem a alcançar um número maior de eleitores. Segundo Stédile (2006), "[...] a aliança com o José de Alencar era para ter uma ponte para construir a possibilidade de um projeto de desenvolvimento nacional com outras forças da nossa sociedade" (p. 145). José de Alencar, então senador pelo PL (Partido Liberal) e hoje vice-presidente da República, é empresário mineiro, dono de uma rede de fábricas de tecidos.

Pensadores como Chauí (2006), Boff (2006) e Iasi (2006) assumem e sustentam que há, inquestionavelmente, uma mudança de postura do PT no final do mandato 2002/2006. Chauí lembra que, com a crise de 2005, causada por várias denúncias de corrupção envolvendo o governo Lula, muitos militantes chegaram a dizer: "o PT morreu". (p. 35). Apesar das críticas, a filósofa não deixa de defender o partido. "Não é um governo de esquerda. Mas também não é um governo neoliberal" (2006, p. 40). Para Chauí, o PT é um partido social-democrata: que tenta humanizar o capitalismo.

Boff (2006) fala que o PT ficou 'doente' depois da crise (p. 209). "O resgate do PT depende dessa volta às fontes de seu nascedouro e de sua utopia original" (p. 220). O teólogo sustenta que no momento da crise faltou coragem política, ética e humanidade ao presidente Lula. "A utopia política mais alta que a história nos legou é a democracia. Ela, na sua essência, quer traduzir esta verdade: "tudo aquilo que interessa a todos deve e pode ser discutido e decidido por todos"" (BOFF, p. 230). Para o teólogo, a plena democracia equivale ao socialismo.

A partir da análise de documentos produzidos pelo próprio PT, Iasi (2006) mostra que, na constituição do Partido dos Trabalhadores, a discussão foi além de uma proposta democrática. "Desde a sua fundação o PT afirmou o seu compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados. Isto é: o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista"[6] (IASI, 2006, p. 391). Porém, não teria dado conta do compromisso.

O enlace com José de Alencar não seria o único exemplo. Setores considerados burgueses passam a ser contactados como possíveis fontes de apoio. Em 1989, a luta dos movimentos sociais se dava justamente contra a 'burguesia', que detinha o poder e o controle

[6] Grifo meu.

sobre o mercado de trabalho. Em 2006, a situação não havia mudado muito, mas o candidato Lula estava disputando o segundo mandato à presidência da República e a política de alianças incluía, na própria vice-presidência, um político empresário, e protestar, naquele momento, seria sair da disputa, já que seu outro mandato estava dando certo.

Assim, não mais caberia o uso de um vocabulário que excluísse, que polemizasse com tal classe. Era hora, então, de evitar qualquer palavra que excluísse inclusive as classes altas, com quem pouco havia contado. Como exemplos, podemos retomar (vide *capítulo* 2), então, a palavra 'burguesia', que teve 19 usos mais sete correlações em 1989 e apenas quatro ocorrências em 2006. Temos também 'capitalismo', com 17 usos mais 85 correlações em 1989 e apenas uma ocorrência, mais doze correlações em 2006.

Conforme aponta Iasi (2006), o movimento histórico foi levando o Partido dos Trabalhadores rumo a uma maior institucionalização e distância dos movimentos sociais. O partido passou a ser dirigido por uma cúpula que visava mais à disputa eleitoral, à conquista de assentos no legislativo. O sujeito histórico, a classe operária, se complexificou. Houve a influência da social-democracia, que contribuiu para algumas conquistas que resultaram em um enfraquecimento do movimento operário rumo a um questionamento radical do capitalismo. Todos esses fatores históricos, mundiais, contribuem para a mudança de rumo do partido.

A partir da análise de documentos produzidos pelo próprio PT, Iasi mostra que, desde a fundação do partido, o conceito de "classe trabalhadora" ampliou-se até atingir, inclusive, a denominada "burguesia". O autor propõe uma discussão na qual defende que "o partido passou de uma hegemonia proletária para uma hegemonia pequeno-burguesa" (IASE, 2006, p. 558). Essa constatação é, acima de tudo, uma crítica que faz ao partido, e observa: "É triste, profundamente triste, que o PT tenha se transformado no exato retrato daquilo que queria negar" (IASI, 2006, p. 563)

A partir da discussão de Iasi (2006) sobre a sequência histórica da trajetória do PT, verifica-se que o discurso do partido passa por um processo de "democratização", se assim posso dizer. Não aceita o socialismo real nem a social-democracia e busca firmar sua identidade defendendo a democracia. Isto é: sai do "socialismo" quase que "real", inspirado nas propostas de Marx, passa pela social-democracia, até chegar à democracia. No decorrer da história do PT, o termo 'socialismo' foi dando cada vez mais lugar à 'democracia' no discurso do PT, pois se trata de uma opção por uma concepção de esquerda que, modernamente, firmou-se como democrática, em oposição às experiências do dito "socialismo real".

Essa afirmação pode ser confirmada nos quadros das páginas 82 e 87. Veja-se que, em 1989, o substantivo ‘socialismo’ foi empregado 40 vezes, com mais 25 correlações, enquanto que a palavra ‘democracia’ foi usada 126 vezes, além das 198 correlações. Em 2006, esses números são menores, até porque falar em democracia não era tão relevante: o processo de democratização já estava estabilizado, mas essas informações podem corroborar as observações de Iasi.

Democracia, segundo Bobbio (1997), contrapõe a todas as formas de governo autoritário. É “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (p. 18). Bobbio defende que existem graus hierárquicos de democracia, isto é: sociedades mais ou menos democráticas. Um documento produzido de José Genoíno, por ocasião dos 25 anos do PT, frisa a necessidade de afirmação da democracia, das liberdades civis, tanto para a esquerda como para o PT. O objetivo era construir a imagem de um partido de esquerda atualizado, que não se ligava à experiência soviética.

Em 2006, o substantivo ‘democracia’ tem uma recorrência maior do que os outros recursos lexicais acima comentados e essa diferença ainda pode ser justificada pelo fato de ser possível que, em 1989, quando se estava saindo de uma ditadura, falar em democracia fosse mais relevante; em 2006, já não se fazia tão necessário. Em 1989, o termo foi empregado 126 vezes, com mais 200 correlações. Já em 2006, ‘democracia’ aparece 37 vezes, com mais 143 correlações. Outra observação considerável é que, tendo em vista a conclusão das análises acima, de que o discurso de 2006 busca atingir vários grupos sociais, a manutenção do item lexical ‘democracia’ estaria justificada.

Na sequência, parto para uma análise comparativa e visual, através de quadros, em que foram relacionadas, separadamente, todas as palavras selecionadas para este estudo e o número de ocorrências que houve tanto em 1989 quanto em 2006.

5.2.1 Dados e números (os quadros): a palavra como índice de significação

Palavras garimpadas	1989	2006
Palavra base: POVO	**Ocorrências**	**Ocorrências**
povo	354	136
Correlações		
popular	595	90
população	251	258
público	98	601
a maioria da população/as maiorias	25	2
a(s) (da) maioria(s)	17	2
populacional	7	8
os mais pobres, camadas/famílias mais pobres	4	6
a grande maioria	4	0
maiorias populares, nossa gente, anti-popular, a maioria dos brasileiros	3	1
o/este povão, a grande maioria da população, milhões de brasileiros	2x cada = 6	0
a maioria		2
brasileiros marginalizados, mais fracos e humilhados, populista, classes oprimidas, maioria oprimida, populismo, organizações populares, massas populares, mais carentes, maioria dos brasileiros, movimento popular	1x cada = 11	0
antipopular, pobres e oprimidos, populoso, comunidades pobres, repovoamento, popularização	0	1x cada = 6

Quadro 01 - Povo
Fonte: dados da pesquisa

Para coleta e classificação desses elementos lexicais, recorri tanto às palavras/termos cognatos: popular, população, público, antipopular, maiorias populares, como a palavras com aproximação semântica: nossa gente, milhões de brasileiros, classes oprimidas, famílias mais pobres, a maioria. O critério para a aproximação semântica pode ser determinado por duas razões: (a) a possibilidade de sua inserção em um amplo campo semântico como *eleitorado* – importante para uma campanha política; (b) a possibilidade de substitutabilidade sintático-semântica, resguardados os valores funcionais e propriedades morfológicas.

É importante ressaltar, para as palavras e expressões com substitutabilidade sintático-semântica, que é possível constatar certas relações de sentido porque estamos no interior de um campo semântico, construído a partir de premissas políticas específicas - isto é, um discurso de partido que se autodenomina como representante dos trabalhadores, o que implica milhões de brasileiros, classes oprimidas, famílias mais pobres, a maioria. Principalmente na campanha de 1989, elementos lexicais como ‘povo’, ‘trabalhador’ estavam diretamente relacionados com pessoas excluídas da sociedade democrática.

A palavra ‘população’ mantém uma constância de 1989 para 2006. Temos um total de 251 ocorrências em 1989 e 258 ocorrências em 2006. Tomando como base a análise que vem sendo feita, verifica-se que, apesar de ter sido empregada quase o mesmo número de vezes, a palavra ‘população’ tinha, com certeza, sentidos bem diferentes em 1989 e em 2006. No primeiro momento, estava relacionada a ‘povo pobre’, ‘trabalhador’, ‘marginalizados’. Já no segundo momento se referia, no mínimo, ao conjunto da população votante.

Palavra base: TRABALHADOR	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Trabalhador	606	159
Correlações		
PT	361	67
Trabalho	259	267
Trabalhar	76	27
operário/classe operária	34	1
camponês/liga camponesa	29	0
Trabalhista	26	18
Assalariados	8	0
população trabalhadora	5	0
Lavrador	1	0

Quadro 02 - Trabalhador
Fonte: dados da pesquisa

No quadro acima, entre as palavras/termos cognatos, estão: ‘trabalhador’, ‘trabalho’, ‘trabalhista’. Já os instrumentos lexicais com aproximação semântica podem ser: ‘operário’, ‘assalariado’. Entre as palavras ou expressões que representam substitutabilidade sintático-semântica, temos ‘classe trabalhadora’, operário’, ‘camponeses’, ‘assalariados’.

Conforme apontei, ‘trabalhador’ apresentava, socialmente, um sentido negativo no contexto de 1989, e o discurso do PT parece reafirmar esse valor negativo do termo, mas também busca reverter esse sentido. Observa-se que, em 1989, o elemento lexical ‘trabalhador’ foi empregado 606 vezes, contra 159 vezes em 2006. Isso confirma o ponto de vista que venho defendendo.

Em 2006, o locutor que enuncia em nome do PT busca uma interlocução mais abrangente, e o recurso tão acentuado ao substantivo trabalhador poderia excluir outros grupos com os quais precisava manter a interlocução. Já o elemento lexical ‘trabalho’, assim como ‘população’, teve ocorrências bem similares. Um total de 259 usos em 1989 e 267 usos

em 2006. Falar de ‘trabalho’ em 2006 poderia atingir um maior número de interlocutores do que falar de ‘trabalhador’. O sentido da palavra ‘trabalhador’, diferente de ‘trabalho’, apresentou variação.

> (49) “[...] tornou-se um símbolo da **luta** da classe **trabalhadora** brasileira” (1989, v. 1, p. 115).

No exemplo acima o símbolo da luta trata-se de Lula. A ‘classe trabalhadora’ não era, como já discutido, toda a população, mas um grupo restrito, isto é: os operários, trabalhadores braçais e até desempregados. A combinação de ‘luta’ com ‘trabalho’ traduz importante conotação para ação. Ser ‘Lula’ ou um militante ou eleitor do PT era, acima de tudo, ser um sujeito de ação no processo social, político.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: SOCIEDADE	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Sociedade	232	240
Correlações		
Social	340	815
Socialmente	7	3
Socioeconômico	4	15
Socialização	2	4
Sócioeducativo	0	13
Socioambiental	0	19
Sociocultural	0	3

Quadro 03 - Sociedade
Fonte: dados da pesquisa

Para a palavra ‘sociedade’ foram levantados apenas termos cognatos. Observa-se que o adjetivo ‘social’ apresenta importante diferença de uso de uma eleição para a outra. Ele foi empregado apenas 340 vezes em 1998, contra 815 vezes em 2006. Por que era tão importante recorrer a esse adjetivo em 2006? Estabelecida a democracia, falar de questões sociais era, com certeza, dever de um candidato que buscava a reeleição.

Mas, conforme já venho discutindo, em 1989, a palavra ‘sociedade’ tinha um sentido expressamente relacionado com ‘povo’ e ‘trabalhador’. Isso não se repete em 2006. Aqui

‘sociedade’ representa o conjunto de grupos étnicos, ideológicos, culturais, e falar de questões ‘sociais’ é falar para cada um desses grupos.

> (50) “As políticas neoliberais que foram aplicadas ao mundo do trabalho nas últimas décadas exigiram por parte dos diversos movimentos **sociais**, em especial o negro e de mulheres, redobrado empenho para a inclusão **social [**...]” (2006, v. 2, p. 213).

No exemplo acima, além de criticar o governo anterior a 2002, que era apontado como neoliberal, o locutor defende uma política que garanta a inclusão social de grupos que teriam sido prejudicados por políticas neoliberais.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: LUTA	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Luta	281	29
Correlações		
Lutar	61	6
luta de classes, sacrifícios, batalha	1 x cada = 3	0

Quadro 04 - Luta
Fonte: dados da pesquisa

No discurso de 1989, ‘luta’, ‘lutar’ têm um caráter messiânico, sentido positivo. Senha para sobrevivência das pessoas, ainda que se reconheça que, atrás dessa senha, há um sofrimento, que resgatará uma condição melhor, além do sofrimento. Esse sentido pode ser, de alguma forma, visualizado nos exemplos abaixo. Há também uma relação com ‘trabalho’, com as ações do dia a dia do trabalhador para sobreviver. Entre os termos cognatos temos ‘lutar’, ‘luta’ de classes. Há também substantivos do mesmo campo semântico: ‘batalha’, ‘sacrifício’, palavras com carga negativa, mas que sinalizam um resultado positivo: a vitória.

Se comparado com 2006, em 1989, o PT abusou do recurso à palavra ‘luta’. Em 1989, foram garimpadas um total de 281 palavras, contra apenas 29 em 2006. Situação semelhante ocorre com o verbo ‘lutar’: houve 61 ocorrências em 1989 e apenas seis em 2006. Esses números também ajudam a determinar o sentido da palavra, pois, quanto mais é usada, mais pode ser reforçado o seu sentido, e vice-versa. Evitar a palavra ‘luta’ pode equivaler a evitar o chamamento à ação, característica dos movimentos sociais em 1989.

> (51) “[...] fornecer [...] informações corretas sobre a realidade brasileira, inclusive sobre a história das **lutas** dos **trabalhadores**” (1989, p. 160, v. 2).

No exemplo acima, ‘lutas’ é instrumento lexical topicalizado juntamente com ‘trabalhadores’. Conforme já observado, em 1989, a relação luta/trabalhador é muito forte e está relacionada também a uma espécie de senha para sobrevivência.

No exemplo abaixo, o sentido de ‘luta’ passa a ter uma outra roupagem.

> (52) “O desafio central do Brasil na área dos direitos humanos está na **luta** por sua efetivação” (2006, v. 2, p. 109).

Nesse caso, o emprego do recurso lexical ‘luta’ está diretamente vinculado com ação para conquista social de direitos. Não há direcionamento para uma classe como em 1989, no caso, a trabalhadora, mas para toda a população. Os recursos centrais do discurso são ‘Brasil’ e ‘luta’.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: SOCIALISMO	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Socialismo	40	0
Correlações		
Socialista	25	1

Quadro 05 – Socialismo
Fonte: dados da pesquisa

Temos aqui apenas uma palavra cognata: ‘socialista’. Há também os itens lexicais ‘sociedade’, ‘social’, mas aqui estou levando em conta somente o regime político.

No discurso do PT, o recurso ao elemento lexical ‘socialismo’ tenta levar para o discurso o sentido de igualdade social, oportunidade para todos.

> (53) “Nosso objetivo é o **socialismo**, ou seja, uma **sociedade** em que o trabalho coletivo seja usado em benefício de todos [...]” (1989. v. 2, p. 43).

As observações que Bobbio (2004) traz para este item lexical têm relação direta com o sentido que o PT tenta manter para o termo.

> *Em geral, o Socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a revolução industrial. [...] as palavras "socialismo" e "socialista" adquiriram seu sentido moderno nos programas de cooperação entre os operários e nos de gestão comum dos meios de produção [...]* (BOBBIO, 2004, p. 1196/1197).

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: COMUNISMO	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Comunismo	-	-
Correlações		
Comunista	6	1
anti-comunistas	2	0
nova utopia	1	0

Quadro 06 - Comunismo
Fonte: dados da pesquisa

Temos aqui palavras selecionadas por relações cognatas: 'comunista', 'anti-comunista', e uma expressão por aproximação semântica: 'nova utopia'. Houve apenas uma ocorrência para 'nova utopia', expressão que retoma o pensamento romântico sobre transformações econômico-sociais causadas pelo surgimento das classes burguesas que se pensava, seriam importantes para aquele sistema. Mas novas transformações sociais e econômicas mudaram essa visão. Referente ao baixo índice do termo 'comunista' em 1989 e sua inexistência em 2006, acredito que se deve ao fato de que o PT, desde o seu nascimento, evitou filiar-se ao socialismo dito real, à experiência comunista dos países do Leste europeu.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: CAPITALISMO	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Capitalismo	17	1
Correlações		
Capital	51	11
Capitalista	34	1

Quadro 07 - Capitalismo
Fonte: dados da pesquisa

Para a palavra ‘capitalismo’, temos também apenas duas palavras cognatas. Conforme se vê acima, em 1989 a palavra ‘capitalismo’ e suas correlações foram muito mais usadas. Isso é um indicador de que havia, naquele momento, uma preocupação muito maior com esse regime. Criticar o capitalismo é característica de partidos de esquerda, mas, conforme a maioria dos discursos sobre a identidade política do PT, Iasi (2006), Chauí e Boff (2006), em 2006, o partido estava bem mais moderado, e criticar ou discutir o capitalismo nesse momento poderia ensejar em perda de votos.

Quando se fala em capitalismo, segundo Bobbio, “Fala-se exatamente, de sociedade industrial, liberal-democrática, ou de sociedade complexa, da qual o Capitalismo é só um elemento, enquanto designa o subsistema econômico” (2004, p. 141). Há ainda outra acepção: “[...] uma “relação social” geral. Esse autor traz ainda uma definição mais ampla: “[...] conjunto de comportamentos individuais e coletivos, atinentes à produção, distribuição e consumo dos bens” (p. 141). Há também a exploração do trabalho assalariado e o lucro.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: DITADURA	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Ditadura	48	4
Correlações		
Autoritarismo	6	1
tutela militar	2	0
ditatorial, totalitárias	1	0

Quadro 08 - Ditadura
Fonte: dados da pesquisa

Para o substantivo ‘ditadura’, temos uma palavra cognata: ‘ditatorial’. Já ‘autoritarismo’, ‘tutela militar’ e ‘totalitário’ são palavras/expressões que fazem parte do mesmo campo semântico. Conforme se vê acima, somente o instrumento lexical ‘ditadura’ ocorreu com mais frequência, isso em 1989, o que aponta para o sentido do discurso num momento em que a ditadura acabava de ser vencida.

Segundo Bobbio (2004), a palavra ditadura tem origem na *dictatura* romana. “O fim para o qual se nomeava um ditador era claramente definido e o ditador a ele deveria ater-se.” (p. 368). O período de ditadura não podia durar mais de seis meses. A *dictatura* romana ficou para trás e modernamente tivemos, por exemplo: despotismo, absolutismo, tirania,

autoritarismo. “Com a palavra Ditadura, tende-se a designar toda classe dos regimes não-democráticos especificamente modernos [...]” (BOBBIO, 2004, p. 372)

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: IDEOLOGIA	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Ideologia	8	2
Correlações		
Ideológica	6	2
ideológica-cultural	1	0
Político-ideológico	0	1

Quadro 09 - Ideologia
Fonte: dados da pesquisa

É relevante lembrar que, na campanha de 2006, segundo turno, o item lexical ‘ideologia’ não foi empregado. Apesar de usado menos vezes em 2006, o sentido do substantivo ‘ideologia’ sofreu variação apenas pela força da repetição. Na campanha de 1989, o substantivo teve um total de oito ocorrências, mais sete correlações. Já na campanha de 2006, houve duas ocorrências mais duas correlações. Isso sustenta, mais uma vez, a opinião de que, em 2006, houve a tentativa de abrandar o discurso contra outros grupos políticos e, consequentemente, contra algumas linhas discursivas defendidas por esses grupos. Falar em ideologia nesse momento poderia significar contradição à proposta de uma campanha menos restritiva aos diferentes grupos sociais.

Para o item lexical ‘ideologia’, temos apenas uma palavra cognata. Conforme foi discutido no *Capítulo* 3, temos para ideologia, segundo Bobbio, um significado fraco e um significado forte. “Em Marx, Ideologia denotava ideias e teorias que são socialmente determinadas pelas relações de dominação entre as classes e que determinam tais relações, dando-lhes uma falsa consciência” (p. 585). No discurso do PT, o recurso à palavra ‘ideologia’ está estreitamente ligado ao significado fraco do termo. Isto é: busca, através de crenças e críticas, orientar o comportamento social. A relação com o significado forte está descartada, pois o PT tenta justamente desmistificar as ideias que podem gerar falsa consciência.

> (54) “Assim, as eleições de 2006 [...] estarão marcadas por um enfrentamento **político-ideológico** que opõe um bloco social comprometido com mudanças na sociedade brasileira àqueles que sempre utilizaram o poder do Estado [...]” (2006. v. 1, p. 50).

O discurso acima trata a palavra ‘ideologia’ como um sistema de crenças políticas em que há oposição de ideais, valores. ‘Ideologia’ pode ser a forma de pensar de uma pessoa, de um grupo ou de uma comunidade.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: NEOLIBERALISMO	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Neoliberalismo	1	4
Correlações		
Neoliberal	5	17

Quadro 10 - Neoliberalismo
Fonte: dados da pesquisa

Temos acima duas relações cognatas. Há poucas ocorrências para ‘neoliberalismo’, mas, em 2006, o adjetivo ‘neoliberal’ foi empregado 17 vezes. Isso pode representar pouco em termos de direção do sentido se levado em conta que, nos momentos finais da disputa, o PT voltou a usar um discurso mais crítico aos outros partidos, objetivando alicerçar críticas contra Geraldo Alckmin, do PSDB, com quem disputou o segundo turno.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: SINDICATO	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Sindicato	57	8
Correlações		
Sindical	116	6
Sindicalista	23	1
Sindicalização	7	0
Sindicalismo	5	0
Intersindical	1	0

Quadro 11 - Sindicato
Fonte: dados da pesquisa

Também no caso do substantivo ‘sindicato’, foram localizadas nos discursos tanto de 1989 como de 2006 apenas construções cognatas. Conforme se vê acima, a diferença no número de ocorrências de 1989 para 2006 é bem expressiva. Em 1989, houve um total de 209 ocorrências contra 15 em 2006. No primeiro momento, 1989, recorrer ao instrumento lexical ‘sindicato’ e a suas correlações pode dar a essa palavra um sentido que a sinaliza como um instrumento de força e poder para os grupos então apontados como fracos: o trabalhador, o povo, a sociedade.

> (55) “Combinar a Campanha Presidencial com a mobilização social e as lutas dos trabalhadores (lutas **sindicais**);” (1989, p. 209, v. 2).

Esse discurso sinaliza que o PT tenta construir uma cadeia de ligação entre a campanha, a sociedade em geral, os trabalhadores e os órgãos que representam esses trabalhadores, no caso, os sindicatos.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: DEMOCRACIA	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Democracia	126	37
Correlações		
Democrático	106	60
Democratização	36	60
Democratizar	26	23
democrático-popular	8	0
anti-democrático	7	0
Democrata	5	0
Democraticamente	4	0
Democratizante	3	0
Democratizador	2	0
democrático-racial, sem democracia	1	0

Quadro 12 - Democracia
Fonte: dados da pesquisa

Temos aqui também uma gama de construções cognatas. Bobbio (2004) observa que, segundo a teoria clássica, Democracia é a forma de “governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania [...]” (p. 319). Não é esse o

sentido que o PT busca dar ao substantivo nos dois momentos eleitorais analisados, conforme os exemplos abaixo.

> (56) “[...] um governo **democrático** e popular, com os trabalhadores à frente” (1989, v. 1, p. 191).

> (57) “A gestão **democrática**, a mobilização e a participação popular são marcas deste governo” (2006, v. 1, p. 163).

Veja que, em ambos os exemplos acima, o discurso está restringindo o sentido de democracia à participação popular na administração pública: ‘trabalhadores à frente’ e ‘participação popular’. Esse conceito de democracia excluiria grupos da elite que ficariam fora das decisões numa sociedade. Porém esse discurso condiz com o que propõe Platão (*apud* BOBBIO), quando fala que “é na Democracia que há mais vantagem para viver; é nela que há menos vantagem para viver” (2004, p. 320). Isto é: se ‘o povo’, ‘os trabalhadores’, são a maioria, grupos que formam minorias podem ficar fora de algumas garantias sociais.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: BURGUESIA	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Burguesia	19	4
Correlações		
Burguês	7	0

Quadro 13 – Burguesia
Fonte: dados da pesquisa

Com o elemento lexical ‘burguesia’, houve apenas uma forma cognata. Segundo Bobbio, o termo ‘burguesia’ tem pelo menos duas definições. “[...] a camada social intermediária, entre a aristocracia e a nobreza, detentoras hereditárias do poder e da riqueza econômica [...]”, que perdeu muito o sentido, e, na sociedade atual “[...] a classe que detém, no conjunto, os meios de produção e que, portanto, é portadora de poder econômico e político” (BOBBIO, 2004, p. 119). A última definição pode ser relacionada à construção abaixo.

> (58) “[...] Ulysses e outros contam com as máquinas da **burguesia** para sustentá-los [...]” (1989, p. 181, v. 2).

O exemplo aponta que, naquele momento alguns políticos se mantinham no poder porque contavam com o apoio de grupos que detinham o poder econômico. Esses grupos eram chamados de ‘burguesia’. O item lexical ‘burguesia’ foi topicalizado juntamente com ‘Ulysses’.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: COMPANHEIRO	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Companheiro	93	3
Correlações		
Companheirada	2	0

Quadro 14 - Companheiro
Fonte: dados da pesquisa

Com o substantivo ‘companheiro’, houve apenas uma relação cognata. Esse termo tem acompanhado Lula desde os movimentos sindicais e chamar o outro de ‘companheiro’ significava, principalmente até as eleições de 1989, estabelecer uma proximidade não apenas política, mas quase que de afinidade pessoal. Significa também um chamamento para a ação, uma exclamação convocativa.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: DIREITA	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Direita	18	13
Correlações		
extrema-direita	2	0
centro-direita	1	0

Quadro 15 - Direita
Fonte: dados da pesquisa

No contexto político, a palavra ‘direita’ significa um regime político de caráter conservador. Em 1989, o PT lutava justamente contra os grupos considerados conservadores, mas, apesar da força expressiva que tem o termo, tanto em 1989 quanto em 2006, foi pouco empregado, podendo significar tanto uma tentativa de fugir do assunto como de pouca relevância para a discussão. Porém, quando empregado, em ambos os momentos, carregou sempre um sentido negativo.

(59) “A **direita** vê esses investimentos sociais, assim como os aumentos do salário mínimo acima da inflação, como “ameaças ao equilíbrio fiscal [...]” (2006. v. 1, p. 51).

Na discussão acima, o locutor está criticando a postura que a ‘direita’ estaria adotando quando o assunto era investimentos sociais, isto é: teria uma postura desfavorável a esses investimentos.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: ESQUERDA	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Esquerda	21	7
Correlações		
centro-esquerda	1	0

Quadro 16 - Esquerda
Fonte: dados da pesquisa

Para o item lexical ‘esquerda’, foi levantada apenas uma palavra cognata: ‘centro-esquerda’. O uso do termo está ligado a grupos políticos partidários das conquistas socialistas, que se opõem aos conservadores. Assim como o elemento lexical ‘direita’, a palavra ‘esquerda’ foi pouco empregada, principalmente no discurso de 2006. A partir da análise que venho fazendo, pode-se dizer que em 2006 não havia grande interesse em mostrar esse dualismo político, pois o discurso aponta que o objetivo era atingir todo o conjunto da população e reconquistar a presidência.

Palavras garimpadas	**1989**	**2006**
Palavra base: CENTRO	**Ocorrências**	**Ocorrências**
Centro	3	0
Correlações		
Centrão	1	0

Quadro 17 - Centro
Fonte: dados da pesquisa

Para o substantivo ‘centro’, temos também a palavra cognata ‘centrão’. O emprego dessa palavra nos discursos políticos tem valor pejorativo e serve para delimitar ainda mais os partidos ou grupos políticos que não são nem de direita nem de esquerda.

> (60) “Em um clima de compra de votos, golpes e barganhas, com o **Centrão** jogando pesado, comunicação foi um dos temas que geraram mais tumultos na Constituinte” (1989, v. 2, p. 124).

Mesmo o recurso à palavra ‘centrão’ não sendo tão expressivo, pois foi usada uma única vez em ambos os discursos, as escolhas lexicais dão ao termo um sentido negativo. O predicado ‘jogando pesado’ aponta uma postura crítica a essa posição política.

A seguir, pode ser visualizado o gráfico, construído a partir de cada palavra-chave mais uma correlação.

5.2.2 O gráfico

Para a construção do gráfico, recorri à palavra base de cada item lexical analisado, mais uma correlação que apresentou maior número de ocorrências. Conforme se vê no gráfico, em 1989 esses instrumentos lexicais foram usados de forma mais abundante, principalmente os posicionados à esquerda do gráfico. Houve apenas uma situação inversa. Trata-se do recurso à palavra social. Conforme já discutido acima, houve 340 ocorrências desse adjetivo em 1989, contra 815 em 2006.

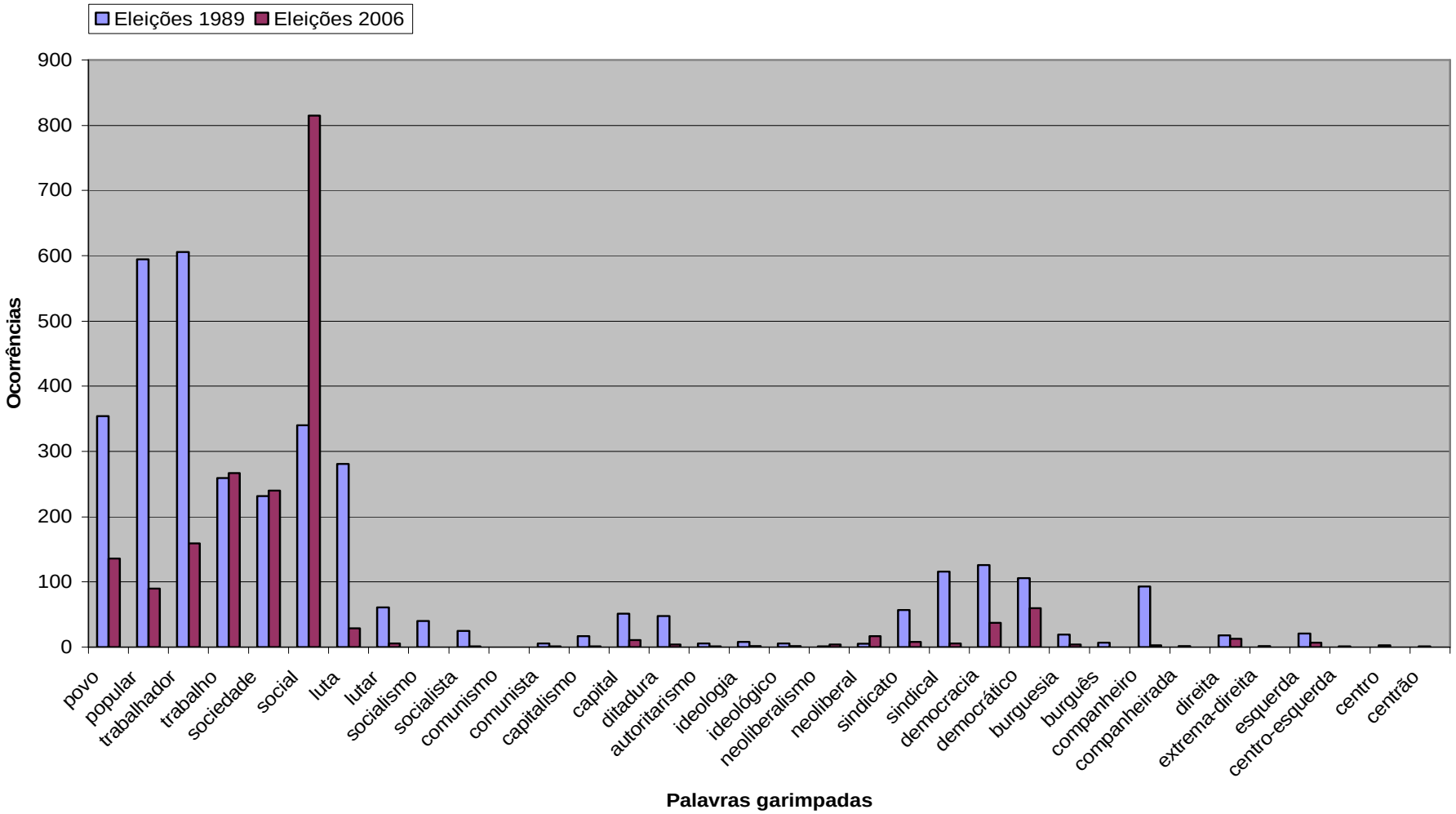


Gráfico 1: Eleições 1989-2006
Fonte: dados da pesquisa

5.2.3 A construção do sentido em processo: de 1989 para 2006

Primeiramente, é importante observar que, na maioria das construções referentes à campanha de 1989, onde aparece a palavra base ‘povo’ e suas correlações, esses elementos lexicais têm o mesmo sentido ou sentidos bem similares ao sentido dado às palavras ‘trabalhador’ e ‘sociedade’. Penso que é possível fazer a seguinte leitura: o ‘trabalhador’ equivale ao ‘povo’, e a ‘sociedade’ é constituída por esse ‘povo’. Fica claro no discurso do PT, que ‘sociedade’ é, muitas vezes, apenas mais uma construção do mesmo campo semântico de povo/trabalhador, isto é: sinônimo de povo/trabalhador.

Isso significa que, no discurso do PT referente à campanha de 1989, ‘povo’, ‘trabalhador’ e ‘sociedade’ trazem a mesma carga semântica: conjunto de cidadãos que trabalham, lutam, compõem a sociedade, mas não tem acesso a alguns direitos e garantias sociais, como saúde, educação, trabalho intelectual, lazer. Isto é: adquirem, no contexto em que estão sendo empregados, carga semântica com valor negativo.

Vamos a alguns exemplos de trechos extraídos de documentos publicados em 1989.

> (61) “[...] será preciso muito apoio, muita mobilização e muita luta, a fim de enfrentar os banqueiros, os latifundiários, os grandes empresários que exploram o **povo** (1989, v. 1, p. 157).

> (62) “Quanto mais desinformada for a **classe trabalhadora**, mais facilmente poderá ser enganada” (1989, v. 2, p. 148).

> (63) “Tomamos partido pela **sociedade**, pelas amplas maiorias, contra os poderosos interesses da elite dominante” (1989, v. 1, p. 119).

Nos exemplos acima, fica claro como essas três instâncias: ‘povo’, ‘trabalhador’ e ‘sociedade’, podem sinalizar cargas semânticas bem similares, quando empregadas no discurso da campanha de 1989. Podem ser facilmente substituídas umas pelas outras, sem perda de sentido.

> (64) “Quero dirigir-me a vocês, **companheiros**, para dizer-lhes que nosso **povo** traz no peito reservas infinitas de esperança” (1989, v.1, p. 140).

Temos aqui um discurso na primeira pessoa do singular. O sujeito é ‘eu’. Trata-se de Lula falando, através de carta, aos trabalhadores da terra. Discursos com esse aspecto, em que o locutor tenta proteger, valorizar o interlocutor, são muito comuns na campanha de 1989. Na construção enunciativa, quem fala deixa transparecer que esse ‘povo’ precisa de uma entidade, de alguém, ou de um grupo, para agir em seu favor. Veja que ‘companheiros’ tem o mesmo sentido de ‘povo’. É instrumento fundamental nesse discurso e foi destacado no texto com o recurso da vírgula/pausa e funciona como aposto. O locutor está fazendo um chamado, para que não perca as esperanças.

Verifica-se que a tentativa de garantia de conquista do que se espera vai sendo reforçada em cada fala. Para demonstrar a possibilidade dessa conquista, como direito, o locutor recorre ao substantivo ‘democracia’. A palavra ‘democracia’, repetida 126 vezes na campanha de 1989, usada mais 200 vezes através de palavras e expressões correlatas, tenta trazer ao discurso um sentido que dê ao ‘povo’, ‘trabalhador’, ‘sociedade’ o direito de participar efetivamente da vida social brasileira em todos os seus contextos, conforme exemplo seguinte:

> (65) “[...] o nosso voto consciente e comprometido pode eleger um governo **democrático** e popular, com os trabalhadores à frente” (1989, v. 1, p. 191).

A construção acima pode restringir o sentido do recurso lexical ‘democrático’, uma vez que é finalizada com o complemento “com os trabalhadores à frente”. Isto é: se o novo governo for constituído para os trabalhadores, talvez não vá ser tão democrático, uma vez que os outros grupos ficariam excluídos.

Vamos buscar, agora, o sentido que têm esses elementos lexicais no discurso da campanha de 2006. Nesse contexto, verifica-se que os substantivos ‘povo’ e ‘trabalhador’ podem englobar o mesmo sentido, mas o substantivo ‘sociedade’ fica um pouco afastado desse sentido. Vou explicar: em 2006, o discurso de campanha do PT é ampliado para os mais diferentes grupos sociais: índios, negros, homossexuais, estudantes, e até classes burguesas, além de trabalhadores, é claro. Veja que ‘sociedade’ tem o sentido ampliado para abarcar todos esses grupos. Já ‘povo’ e, principalmente ‘trabalhador’, ficam restritos a alguns desses grupos. Vamos aos exemplos.

> (66) “Ampliar a produção de material didático e cultural bilíngue e multilíngue para os **povos** indígenas” (2006, v. 1, p. 206).

Uma das características da campanha de 2006 é a forte presença do discurso técnico-científico, inclusive com resultados de pesquisas voltadas para as especificidades dos vários grupos sociais, que o PT busca atingir. Há também pouquíssima crítica a outros grupos políticos. O locutor trabalha com construções discursivas mais informativas do que persuasivas ou emotivas. Mas, será que esse discurso mais técnico, informativo, não estaria a serviço do persuasivo?

> (67) "Promover a geração de conhecimento e a socialização de informações e conhecimento popular, relativas ao **trabalho** na pesca" (2006, v. 1, p. 138).

No exemplo acima, a discussão está direcionada para um grupo específico: os pescadores. O enunciado fala da importância da "geração de conhecimento", da "socialização de informações". O locutor discute sobre a valorização do trabalho, mas restringe quando delimita a classe de trabalhadores. É justamente o fato de falar da pesca que faz o discurso mais informativo, já que não pretende ser universal. Isto é: vai ao detalhe, fala logo da pesca. Porém, essa proposta de interagir com cada grupo separadamente pode representar uma nova estratégia para atingir o eleitorado: o PT, por estar dando atenção a cada grupo separadamente, está dando atenção a todos os possíveis eleitores.

No exemplo abaixo, a discussão volta-se para o conjunto da sociedade, mas não se pode falar em contradição com a proposta de buscar o eleitorado de cada grupo.

> (68) "Fomentar, com a participação de toda a **sociedade**, o debate no Congresso Nacional [...]" (2006, v. 1, p. 217).

Verifica-se que, nesse enunciado, recorrendo ao pronome indefinido 'toda', o locutor reforça ainda mais o conjunto de interlocutores que quer atingir: "toda a sociedade" e não grupos específicos. O partido é o tópico que se esconde e tenta dar voz à sociedade e às suas demandas.

Em 2006, outra característica importante do discurso do PT são construções que justapõem os adjetivos 'social' e 'econômico'.

> (69) “O avanço do desenvolvimento social deverá se assentar em um novo e ampliado esforço de articulação entre políticas **sociais** e **econômicas [**...]” (2006, v. 2, p. 31).

Apesar da visível mudança de sentido que passam a ter principalmente os substantivos ‘povo’ e ‘trabalhador’, também em 2006, o ‘povo’, o ‘trabalhador’, a ‘sociedade’, continuam sendo os maiores e mais importantes interlocutores (tu) com os quais o Partido dos Trabalhadores/Lula procura interagir. Já os partidos denominados de direita e outros grupos políticos, a burguesia, o capitalismo, a ditadura, são colocados, quase sempre, na condição de ‘de quem se fala’: (ele), que, segundo Charaudeau (2008), refere-se, em primeira instância, ao mundo, representado no ato de linguagem. Mas o (ele) abarca também o interdiscurso e, quando o PT referencia o (ele), pode estar se referindo também ao discurso da instância adversária.

A partir da introdução de propostas Semiolinguísticas, advindas de Charaudeau, vamos tentar mostrar como a teoria desse autor se torna importante neste ponto do desenvolvimento da pesquisa, já que pode ilustrar o processo de construção de sentido de maneira dinâmica, considerando as relações entre as instâncias de produção.

5.3 O discurso do PT: instâncias de comunicação

O (tu), com quem o Partido dos Trabalhadores pretende manter a conversa, é o que Charaudeau chama de (TUd), isto é: apenas o destinatário idealizado, ao qual o discurso estaria sendo endereçado. Quando o PT/Lula constrói seu discurso, ele, via de regra, projeta imaginariamente como TUd o eleitorado, com suas necessidades, suas expectativas, como conjunto da nação. Já o (ele), o objeto de quem o PT fala, que pode ser principalmente os adversários, passa a ser, muitas vezes, quem interpreta o discurso do Partido dos Trabalhadores. Isto é: passa à posição de (TUi).

Isso significa que, dependendo da situação de comunicação, o discurso pode endereçar-se à instância adversária (TUi), estabelecendo com ela relação de polêmica. Charaudeau mostra que “o TUi “é [...] um ser que age fora do ato de enunciação produzido pelo EU.” (p. 46). O TUi é responsável pela interpretação de um processo que escapa à vontade do EU. “[...] os TUi constroem interpretações em função de suas experiências pessoais [...]” (2008, p. 47) O TUd e o TUi nem sempre coincidem, por estar este na esfera externa do discurso.

Vamos ver como pode se dar essa situação comunicativa no discurso do PT.

> (70) “A **população** pobre acaba ocupando áreas onde, por alguma razão, a propriedade capitalista não se implantou de forma efetiva” (1989, v. 2, p. 98).

> (71) “[...] **democratização** de gestão das empresas estatais, com participação dos **trabalhadores** nos mecanismos de decisão, e dos usuários na formulação de políticas” (1989, v. 2, p 144).

Observa-se que, em 1989, mesmo buscando o eleitor comum como interlocutor, o discurso acaba por atingir diretamente representantes empresariais da construção civil (70) ou funcionários públicos de alto escalão (71). Isto é: o (TUd) pode não ter recebido a informação e, logo, o (TUi) passou a ser, ao invés de o eleitor comum, empresários e funcionários públicos.

Retomamos agora o discurso de 2006.

> (72) “A verdade é que, com a força do **povo**, o Brasil vai conservar o seu patrimônio natural [...]” (2006, v. 1, p. 11).

No discurso de 2006, pelo menos no exemplo acima, fica bem mais claro que é o interlocutor ao qual o PT se dirige quem se apropriaria do discurso na condição de (TUi). Isto é: o (TUd) e o (TUi) são uma só entidade. O interlocutor ideal é também quem mantém comunicação com o PT. Isso pode se dar porque, conforme já observei, o discurso é mais informativo e menos crítico.

Charaudeau (2008) observa que, no processo de enunciação, um EU se instala como locutor e escolhe seu interlocutor TU, mas nem sempre este é atingido por aquele, nem aquele é compreendido por este. Isso significa que o EU enunciador – Eue - é diferente do EU comunicante - EUc. Da mesma forma, o TU destinatário – Tud - é diferente do TU interpretante - TUi.

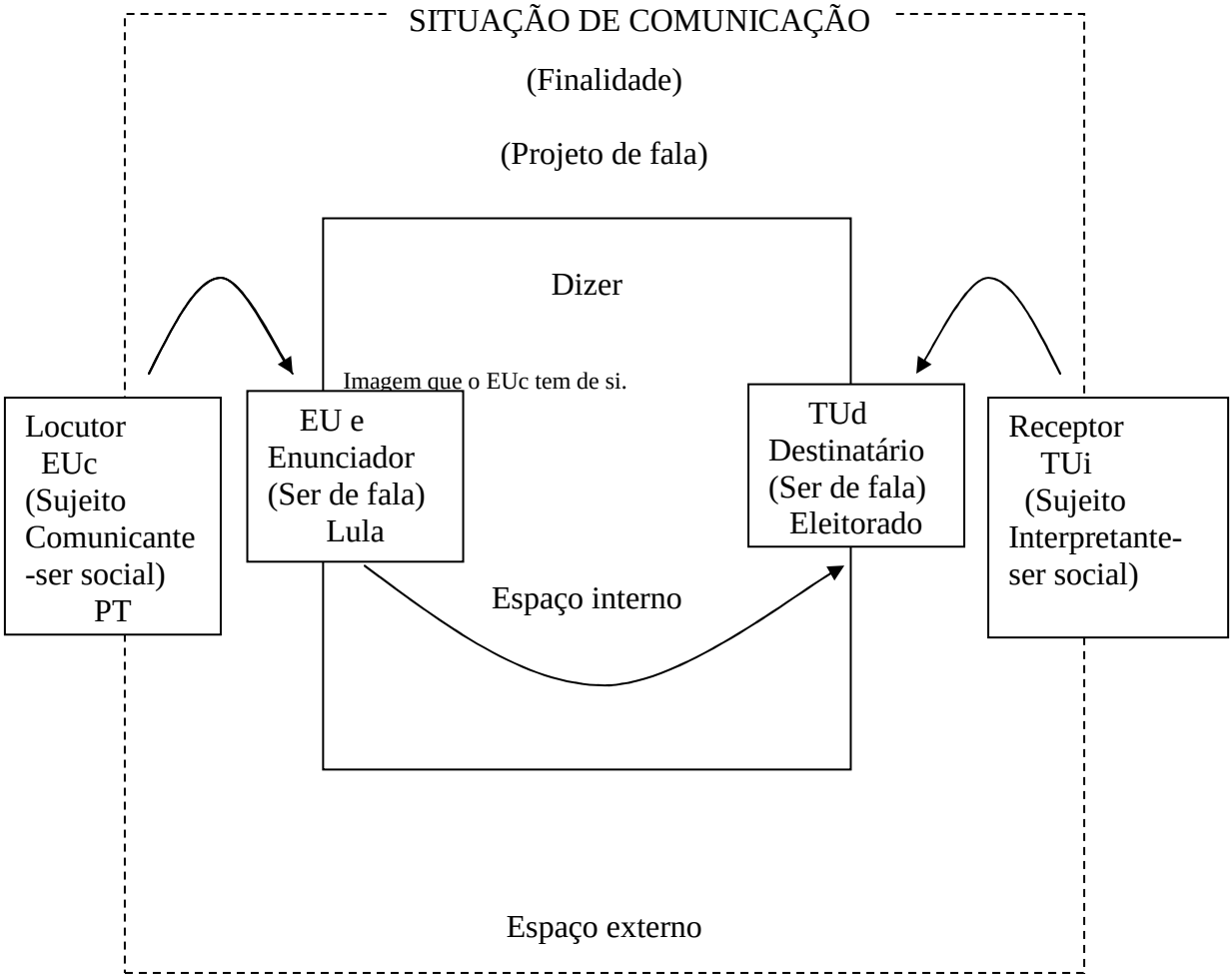
O EUe é a imagem que o sujeito produtor da fala EUc constrói de si e o TUd é aquele a quem o EUe pretende atingir com seu ato de linguagem. “O EUc é, como o TUi, um sujeito agente que se institui como locutor e articulador da fala, por nós denominado sujeito

comunicante” (CHARAUDEAU, 2008, p. 48). O autor está se referindo ao ato de linguagem, ao momento de uso da língua, isto é, à construção do sentido pelos actantes do processo discursivo, isto é, os sujeitos comunicantes, com seus papéis, identidades e estatutos sociais.

> *O TU não é um simples receptor de mensagem, mas sim um sujeito que constrói uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias de discurso e, portanto, sobre o EU (interpretar é sempre instaurar um processo para apurar as intenções do EU)* (CHARAUDEAU, 2008, p. 44).

Charaudeau está aqui falando da forma que somos interpretados pelas pessoas às quais dirigimos nossos atos de linguagem, as quais podem construir, a partir delas, de nós, um outro (EU), diferente do que acreditamos estar sendo interpretado. “O ato de linguagem torna-se então um ato *inter-enunciativo* entre *quatro sujeitos* (e não dois) [...]”

Essa discussão pode ser melhor visualizada no quadro enunciativo de Charaudeau, a seguir.



Quadro 18 – Situação de comunicação
Fonte: Charaudeau, 2008, p. 52

O quadro de Charaudeau representa uma possibilidade de representar os processos discursivos em ambas as campanhas. Na dimensão do quadro, pode-se dizer que Lula, quando fala, é, em geral, o EUe e o PT o EUc. Analisando o desdobramento do sujeito, pode-se dizer que, quando Lula fala, há o Lula (EUc), representação do lugar de fala do sujeito empírico, sexo masculino, pai, ex-metalúrgico, ex-sindicalista, ex-presidente do sindicato, membro do PT, no papel de candidato à presidência da República.

Ele constroi um (EUe) de papel, voz que argumenta, que busca persuadir, trata-se de um (EUe) candidato, que tenta construir um (TUd) referindo-se ao eleitorado brasileiro. Dessa forma, o (EUe) candidato à presidência mobilizará inúmeros recursos linguísticos, pragmático-retóricos para construir uma imagem positiva de si, que seja credível, que possa representar os interesses desse (TUd) idealizado.

Assim, o (EUe) candidato Lula, nos dois momentos, de acordo com as condições históricas, com o momento em que vive o partido, suas relações de aliança e de polêmica, mobilizará diferentes palavras-chave, que sinalizam suas tendências ideológicas naquele momento. Lançará mão da topicalização no sentido de enfatizar tais palavras-chave.

Enfim, utilizará o aparelho formal da enunciação, as estratégias argumentativas para dirigir-se ao eleitorado, para convencê-lo e persuadi-lo de que está apto a governar, que apresenta a melhor alternativa societal para o momento, em contraposição às gestões que critica como neoliberais, do governo anterior, representado por Fernando Henrique Cardoso e, em oposição ao aliado de FHC, Geraldo Alckmin, também então candidato à presidência da República.

Em ambas as campanhas, o discurso é construído, a maior parte do tempo, na primeira pessoa do plural (PT falando) e, às vezes, na primeira pessoa do singular (quando os textos são assinados por Lula), mas isso não gera diferença no sentido das palavras. Temos aí apenas uma mudança do centro da enunciação. Percebe-se que, nos textos referentes principalmente à campanha de 1989, a pessoa do PT enquanto entidade e a pessoa de Lula estão muito imbricadas.

Não se sabe até onde é somente Lula, pessoa, quem fala. Isso confirma as situações claras de polifonia presentes no discurso político. Dentre essas situações, podemos ter: a voz do PT que representa ora Lula, ora o povo, ora como se Lula fosse o próprio povo ou vice-versa.

> (73) “Vocês nasceram em plena **ditadura** militar, que riscou a **democracia** do mapa do Brasil” (1989, v. 1, p. 217 – Carta à juventude).

Há, no exemplo acima, um sujeito do discurso, que chama o interlocutor ‘vocês’ para a conversa. A construção foi extraída de uma ‘Carta à juventude’. Geralmente quem assina uma carta é um indivíduo. Seria Lula falando? Mas pode também ter sido produzida visando a um diálogo mais próximo entre o Partido dos Trabalhadores e os jovens. Temos, então, duas possibilidades: a voz do Lula ou a voz do grupo que ele representa. Essas possibilidades enunciativas traduzem, de modo efetivo, o teor polifônico do discurso.

O sub-tópico abaixo procura mostrar como o PT recorre, em 2006, a um discurso mais informativo, com caráter técnico, o que pode representar uma nova estratégia de persuasão, isto é: um novo direcionamento ideológico.

5.4 Novos rumos ou crise de identidade?: 2006

Na campanha de 2006, percebe-se que a sociedade brasileira foi dividida em setores: educação, transportes, turismo, ciência e tecnologia, grupos étnicos etc. Além dos cartazes e panfletos, que são tradicionais nos processos eleitorais, foram produzidos também vários livros destinados a esses setores, propondo programas de governo para apoiar as atividades desenvolvidas em cada segmento. Conforme já observei, o discurso é mais técnico-científico, mais informativo. Porém, pode ser esta a estratégia para construir um novo viés persuasivo.

Nota-se a tentativa de uma conversa do Partido dos Trabalhadores/Lula com esses vários segmentos sociais e, como se trata de campanha à reeleição, as propostas partem do que o governo Lula fez no mandato 2003/2006, rumo ao que pretendia trabalhar no próximo mandato: 2007/2010. Não é possível verificar uma briga clara com os outros candidatos e o foco da discussão centra-se basicamente nesses grupos sociais.

Vejamos agora alguns exemplos do discurso da campanha de 2006. O enunciado seguinte aponta que o país está em meio a uma transformação social positiva, decorrente do trabalho do PT na presidência.

> (74) “Precisamos continuar com esse projeto no investimento da infra-estrutura, na inclusão **social** com o Bolsa Família,[...]” (2006, v. 2, p. 128).

Observa-se que, nesse caso, o adjetivo ‘social’ explica o substantivo ‘inclusão’, construção que afirma que há uma situação inversa no Brasil: exclusão social, porém em processo de transformação. Nota-se que o adjetivo ‘social’ está topicalizado juntamente com ‘projeto’ e ‘bolsa família’, porque são esses instrumentos juntos que constituem o núcleo central da discussão.

Conforme já discutido em outro momento, diferentemente de 1989, no discurso de campanha de 2006, o elemento lexical ‘economia’ está mais próximo das construções que falam de questões sociais.

> (75) “O Governo Lula provou que é possível unir desenvolvimento econômico com desenvolvimento **social**” (2006, v. 2, p. 129).

Pode-se dizer que, na campanha de 2006, parece haver um abrandamento no sentido de alguns itens lexicais, como ‘economia’. Em 1989, talvez, as expressões ‘desenvolvimento

econômico' e 'desenvolvimento social' não se casariam, já que, conforme venho discutindo, o PT tenta, naquele momento, apontar que o desenvolvimento econômico não estava a serviço do povo, mas de uma elite.

Em 2006, porém, percebe-se que essas expressões estão no mesmo nível, ambas topicalizadas. Porém, o fato de a expressão 'desenvolvimento social' vir colocada depois de 'desenvolvimento econômico' aponta, no discurso, uma situação de dependência, já que no capitalismo (característica de direita) nem sempre 'desenvolvimento social' está vinculado a 'desenvolvimento econômico'. Essa explicação mostra que, neste caso, o substantivo 'social' passa a ter um sentido um pouco diferente do sentido que tinha no discurso de 1989.

Partindo agora para uma análise da palavra 'popular', proponho o seguinte enunciado:

> (76) "Uma visão **popular** do Brasil e do mundo" (2006, v. 2, p. 254).

O enunciado acima explica o nome do jornal "Brasil de fato", publicado pelo Partido dos Trabalhadores às vésperas do segundo turno das eleições de 2006. O item lexical 'popular' funciona como adjetivo e explica a forma com que o PT discute política: a partir do olhar, do ponto de vista do povo.

A expressão 'visão popular' aponta que o Partido dos Trabalhadores quer mostrar proximidade com o povo. Isto é: com o mesmo olhar que o povo enxerga a realidade, os problemas, o PT vai olhar para as questões do Brasil e do mundo, livre das arestas dos interesses que envolvem as instituições políticas. Neste caso, pode-se dizer que estaria, então, negando sua própria condição de partido político, onde predomina o jogo de interesses para a manutenção do poder.

Abaixo temos uma sequência de substantivos e um discurso com dois tópicos principais: 'trabalhadores' e 'Lula'

> (77) "**Trabalhadores**, estudantes e artistas declararam apoio a Lula" (2006, v. 2, p. 254).

O sujeito é composto e o substantivo 'trabalhadores' foi escolhido como primeiro recurso lexical empregado para a construção desse sujeito. Pode-se dizer que a posição de 'trabalhadores' na oração não é aleatória. O substantivo foi topicalizado. Pode ter havido a intenção de sequenciar os substantivos em ordem de representatividade de cada classe em

termos do número de eleitores. Primeiro ‘trabalhadores’, depois ‘estudantes’ e depois ‘artistas’. Sabe-se que a maioria do eleitorado são trabalhadores. Veja-se que ‘artistas’ ocupa outra categoria diferente da de ‘trabalhadores’, o que mostra, mais uma vez, o aspecto negativo estabelecido socialmente para esta categoria, o qual o PT tenta quebrar.

No exemplo abaixo, o aspecto negativo para a palavra ‘neoliberal’ não é estabelecido socialmente, mas pelo próprio locutor, representando o Partido dos Trabalhadores. Observa-se que, tanto na campanha de 1989 quanto na de 2006, o sentido construído para o termo não muda.

> (78) “A vitória de Alckmin não seria apenas a derrota do Lula. [...] Seria a legitimação do projeto **neoliberal**. Seria aceitar mais repressão aos movimentos **sociais**” (2006, v. 2, p. 256).

A proposição aponta que os movimentos sociais poderiam estar sendo reprimidos, inclusive no governo Lula, que tanto os apoiou, mas consegue produzir o sentido de que, sem Lula no governo, a repressão poderia ser maior. O adjetivo ‘sociais’ faz parte de um adjunto adnominal, mas é decisivo para a compreensão das intenções do enunciado. Isto é, se estava havendo problema de repressão contra os movimentos sociais, com a vitória de Alckmin, a repressão poderia aumentar ainda mais, porque ele participa do grupo de pessoas que apoiam o ‘projeto neoliberal’, o que reforça que ‘neoliberal’ tem um sentido negativo e que um projeto neoliberal é contra os interesses sociais.

Abaixo novo enunciado, que recorre ao substantivo ‘neoliberalismo’, agora retratado como postura política que detém influência sobre o PT, conforme já defenderam alguns autores acima estudados.

> (79) “O governo Lula não acumulou forças suficientes para derrotar o **neoliberalismo** [...]” (2006, v. 2, p. 255).

O ‘neoliberalismo’ representa uma doutrina criticada pelos partidos de esquerda, mas o instrumento de negação “não” aponta que a própria esquerda pode estar convivendo com essa forma de pensamento. Tal elemento lexical funciona como objeto e o sujeito da oração, ‘O governo Lula’, foi topicalizado com um valor enfraquecido, devido ao instrumento de negação ‘não’. Em outras palavras, isso reforça a importância do segundo mandato como instrumento para derrotar o ‘Neoliberalismo’

A seguir temos um exemplo que confirma uma luta não vencida da esquerda contra posturas que são contra os seus interesses.

(80) “É preciso derrotar a **direita**” (2006, v. 2 p. 255).

A proposição acima tem força imperativa. O sintagma nominal ‘a direita’ funciona como objeto do verbo ‘derrotar’, mas tem forte expressividade e passa a ser o tópico do enunciado, porém com valor negativo, construído com o verbo ‘derrotar’. Outro aspecto importante é o valor de contraposição, porque pressupõe que quem vai fazê-lo é a esquerda. Logo, ‘esquerda’ é um elemento implícito na proposição e ‘direita’ pode significar não só uma corrente ideológica da política brasileira, mas principalmente que o PT é um partido de esquerda e tem a função de derrotar a direita. Apesar da força imperativa que carrega a oração acima, a proposição a seguir aponta que o instrumento para derrotar a direita pode não ser tão eficiente.

(81) “Por outro lado, há uma grave crise da **esquerda** partidária” (2006, v. 2, p. 255).

O recurso lexical “esquerda” está na condição de complemento nominal e enfraquecido dentro da construção sintática. Devido ao valor negativo do adjetivo ‘grave’, a expressão ‘grave crise’ foi topicalizada juntamente com ‘esquerda’, o que reforça ainda mais o sentido negativo do substantivo ‘esquerda’. Fica claro, então, que o Partido dos Trabalhadores poderia estar também em crise, já que se intitula como instituição de esquerda. Ou, quem sabe, estaria se colocando como uma outra esquerda, acima dessa que ele está criticando?

Considerações finais sobre este capítulo

A partir das discussões acima, procurei mostrar, entre outras coisas, que a construção do sentido tanto pode se dar na estrutura, isto é, na construção textual, como no discurso. Em outros termos, mesmo analisadas de forma isoladas, se isto é possível, as palavras fazem parte de contextos preestabelecidos e, logo, de campos semânticos específicos. Notamos que não só

os itens lexicais, mas a forma como são construídos os textos garante um significado mais ou menos expressivo para eles.

Outro aspecto importante nesta discussão é a relação com o interlocutor. Nem sempre nosso discurso atinge o interlocutor com quem buscamos manter a comunicação (TUd). Isso fica claro no discurso do PT, principalmente em 1989, quando o partido parecia buscar o tempo todo os eleitores como interlocutor; mas, pragmaticamente, quem mais se colocava como (TUi) eram juntamente outros grupos políticos. Isso porque, devido à posição de ataque, considerada polêmica, os outros partidos eram, com certeza, muito mais atingidos do que o eleitorado.

CONCLUSÃO

Conforme tenho observado, minha proposta com este trabalho foi tentar mostrar o sentido que é dado a algumas palavras, quando introduzidas na *formação discursiva* do Partido dos Trabalhadores em dois momentos distintos: as campanhas para presidente da República de 1989 e de 2006. Para tanto, depois de minuciosa leitura dos documentos produzidos pelo PT nesses dois momentos, recorri a uma análise de vários enunciados, objetivando levantar a função dessas palavras, não apenas como instrumentos sintático-semânticos, mas como signos, representantes de importante posição ideológica.

Defendo, logo, a necessidade de se relacionar o morfológico, o sintático e o semântico, a outras dimensões do discurso, como a *formação discursiva* dos locutores, a ideologia predominante no meio social em análise, para se apreender o processo de construção de sentido e de posicionamento ideológico dos falantes.

Foi de fundamental importância para esta análise, a exploração tanto morfológica quanto funcional de itens lexicais selecionados para a pesquisa, entre eles: ‘povo’, ‘trabalhador’, ‘sociedade’, ‘luta’, ‘democracia’, etc., sobretudo, quando topicalizados. Verificou-se que na campanha de 1989, o PT era muito mais audacioso, contestador e com uma postura ideológica mais claramente definida: buscava os valores socialistas que clamam pelos direitos iguais para todos, tentando incluir, em uma sociedade estratificada e opressora, os grupos que considera excluídos: ‘pobres’ e ‘trabalhadores’, principalmente.

Já em 2006, o discurso do PT deixa de ser agressivo aos grupos antes considerados opositores e se torna mais neutro. Com isso, apresenta propostas que podem acolher distintos interesses políticos, econômicos e sociais. O partido muda bastante sua postura ideológica, assumindo o papel de uma instituição que se coloca a serviço não mais somente dos ‘pobres’ e ‘trabalhadores’, como em 1989, mas de grupos sociais que podem ser, inclusive, instituições capitalistas, como classes burguesas.

Isso não quer dizer que estou afirmando que o partido migrou para a direita, mas que pode estar buscando, junto a todas as instituições sociais, recursos não só para se manter no poder, mas para continuar o trabalho que vinha desenvolvendo, já que, neste momento, tentava a reeleição.

O diálogo que fiz com Saussure, Bakhtin, Benveniste, Mainguenau, Charaudeau, Orlandi, Bobbio, Althusser, entre outros, proporcionou-me respostas que confirmaram que as

palavras, enquanto instrumentos não apenas enunciativos, mas também sígnicos e de ação, carregam importante expressão ideológica, principalmente se colocadas em uma *formação discursiva* dada ou se disponibilizadas para uso no interdiscurso. Esses instrumentos – as palavras analisadas e sua abrangência discursiva ― mostram como o discurso político, neste caso, o discurso do PT, se vale do simbólico para mexer com o imaginário social e, logo, tentar convencer, persuadir.

Embora minha pesquisa tenha privilegiado análises em torno de algumas palavras centrais, não deixo de ressaltar que o sentido/valor delas foi extraído dos sintagmas, das sentenças, mas, principalmente, das *formações discursivas* nas quais estavam inseridas. Logo, nunca estiveram sozinhas. E, pode-se concluir também que, acima de tudo, são palavras que representam importante valor pragmático.

Observa-se que as palavras aqui analisadas, principalmente no campo discursivo em questão (política), geram efeitos práticos: conexão entre aquilo que se diz e aquilo que se faz, ou se deve fazer; o que faz delas não signos isolados, mas verdadeiros atos. Isto é, quando me aproprio, por exemplo, da palavra ‘povo’, mais do que um signo, sei que este substantivo representa pessoas que fazem parte de um conjunto de seres que interagem, participam, dão respostas.

Assim também, ‘companheiros’ é mais do que um signo, é um ato que conclama os pares para uma ação, que pode ser, por exemplo, lutar. Logo, ‘luta’ é também mais que um signo, é um ato que representa uma forma de ação de classe sobre certos objetos ou posturas sociais. Isso mostra que, as palavras aqui analisadas, tanto como signos ideológicos, quanto como instrumentos de ação, estabelecem comportamentos que se dão justa e unicamente nas esferas sociais, na interação. Embora centralizando minha análise no léxico, os itens lexicais escolhidos, em grande parte, representam verdadeiros atos através dos quais o PT proclamou sua identidade.

Em ambos os processos eleitorais aqui analisados, 1989 e 2006, verifica-se que as produções discursivas do PT têm uma função fática, se assim posso dizer, mas também e, sobretudo, uma função conativa, tendo em vista os aspectos argumentativos e persuasivos que regem o discurso político. O objetivo principal é manter o diálogo com a sociedade eleitoral, de quem o partido espera como resposta apenas o voto.

Por fim, o que posso almejar com essa pequena discussão é que ela possa proporcionar uma amostra referente ao valor ideológico que certos signos assumem em circunstâncias históricas específicas; além do mais, que seus resultados possam servir de apoio a outras

pesquisas sobre a importância da linguagem no discurso político, bem como à comunidade eleitoral e ainda ao próprio Partido dos Trabalhadores, para a sua base de dados.

Referências

ALMEIDA, João Ferreira. *A Bíblia Sagrada.* Brasília. Ed. Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo. Ed. Martin Claret, 2004.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer.* Palavras e ações. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas, 1990.

BANGE, Pierre. Les actions des communication (p. 125-166). In: *Analyse conversationnelle et théorie de l'action*. Paris. Ed. Didier, 1992.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo. Ed. Hucitec, 2002.

BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo. Ed. Cultrix, 1975.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas/SP. Ed. Pontes, 1989.

BOBBIO, Norberto; M. N.; P. G. *Dicionário de Política*. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Ed. UNB, 2004.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia.* Uma defesa das regras do jogo. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda.* Razões e significados de uma distinção política. São Paulo. Ed. UNESP, 1995.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas-SP. Ed. Unicamp, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. São Paulo. Ed. Contexto, 2008.

CHAUI, Marilena *et all*. *Leituras da crise.* Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

DIAS, R. Márcia e PETIT PEREZ, S. M. José. *Antes do vendaval* – um diagnóstico do governo Lula antes da crise de 2005. Porto Alegre. Ed. EDIPUCRS, 2006. Cap. 7: A esquerda petista, os intelectuais e o governo Lula. Pere Petit.

DUBOIS, Jean *et all*. *Dicionário de linguística*. São Paulo. Ed. Cultrix, 1973.

EMEDIATO, Wander. *A formula do texto.* Redação argumentação e leitura. São Paulo. Ed. Geração Editorial, 2005.

FAUCONNIER, Gilles e TURNER, Mark. *The way we think.* Conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York. Ed. Basic Books, 2002.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo. Ed. Ática, 1988.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo. Ed. Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo. Ed. Martins fontes, 1995, cap. II.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Ed. Vozes, 1985.

GUIMARÃES, Juarez. *A esquerda equilibrista.* O governo Lula em tempos de transição. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

IASI, Mauro Luís. *As metamorfoses da consciência de classe.* O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2006.

LEVINSON, C. Stephen. *Pragmática. Dêixis*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2007.

LIMA, Delzimar da Costa. A semântica de Jackendoff: discussões preliminares. In: *Letras hoje*, nº 89. PUC-Rio Grande do Sul, set. 1992.

MARI, Hugo. Sobre algumas condições da leitura: da naturalidade do significante ao conhecimento de intenções. In: *A escolarização da leitura literária – o jogo do livro infantil e juvenil.* (Org.) EVANGELISTA, Aracy A. M., BRANDÃO, Heliana M. B., MACHADO, Maria Z. V. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 1999.

MARI, Hugo. A teoria dos atos de fala entre convenções e intenções. In: *O novo milênio: interfaces lingüísticas e literárias*. Org. Eliana Amarante de Mendonça Mendes *et all*. Belo Horizonte. Ed. FALE-UFMG, 2001.

MARI, Hugo. *Os lugares do sentido*. São Paulo. Ed. Mercado de Letras, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas-SP. Ed. Pontes, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba-PR. Ed. Criar Edições, 2005. Introdução e cap. 3.

O PARTIDO aguenta o tranco? Carta Capital nº 357. São Paulo. Ed. Confiança, 2005, p. 26-37.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo. Ed. Cortez, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. (Org.) *Gestos de leitura da história no discurso*. São Paulo. Ed. Unicamp, 1994. Introdução e cap. V.

ROBIN, Régine. A palavra como índice de comportamento político; Prática discursiva e formação ideológica. In: *História e lingüística*. São Paulo. Ed. Cultrix, 1977.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. São Paulo. Ed. Cultrix, 1977.

SEARLE, John R. *Rationality in action*. Cambridge. Mass.: MIT Press, 2001: Basic structure of intentionality, action and meaning, p. 33-61.

SOUSA, José Pedro Galvão de; GARCIA, C. L.; CARVALHO, J. F. T. de. Dicionário de Política. São Paulo. Ed. T. A. Queiroz editor, 1998.

VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo. Ed. Cultrix, 1980.

VOTRE, Sebastião; NARO, Anthony. *Mecanismos funcionais do uso da língua*. Rio de Janeiro. Ed. Delta, 1989.